

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIA ÁVILA FRANZONI

LIBERDADE E LUTA:
Movimento estudantil e a expansão das repúblicas federais de Ouro Preto-MG
durante a transição política

MARIANA-MG

2021

MARIA ÁVILA FRANZONI

LIBERDADE E LUTA:

Movimento estudantil e a expansão das repúblicas federais de Ouro Preto-MG
durante a transição política

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo José Zangelmi

MARIANA-MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F837I Franzoni, Maria Avila.
Liberdade e Luta [manuscrito]: Movimento Estudantil e a expansão das repúblicas federais de Ouro Preto durante a transição política. / Maria Avila Franzoni. - 2021.
138 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo José Zangelmi.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Movimento Estudantil. 2. Ditadura. 3. Ouro Preto-MG. I. Zangelmi, Arnaldo José. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Ávila Franzoni

Liberdade e Luta: Movimento Estudantil e a Expansão das Repúblicas Federais de Ouro Preto Durante a Transição Política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em 16 de março de 2021

Membros da banca

Doutor - Arnaldo José Zangelmi - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - Fabrício Roberto Costa Oliveira - (Universidade federal de Viçosa)
Doutor - Marco Antônio Silveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Arnaldo José Zangelmi, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 24/05/2021



Documento assinado eletronicamente por **Arnaldo Jose Zangelmi, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/05/2021, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0174746** e o código CRC **64F7D34E**.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação durante a pandemia da Covid-19, em 2020 e 2021, me fez presenciar muita solidariedade, ajuda e companheirismo. Agradeço à UFOP, por ser uma universidade pública e por ter me dado condições de estudar.

Agradeço à Daniela Rocha, por ser minha grande companheira; agradeço à Ana Zanotti, por termos dado as mãos em um momento tão desafiador.

Agradeço ao Mauro Franco, por sua amizade e por todas as trocas geniais que fazemos.

Agradeço ao João Luiz, ao João Maciel e à Natália Martins. Não me ajudaram em nada neste trabalho, mas a presença deles em minha vida constitui parte de quem eu sou.

Agradeço ao Mateus Pereira, pela amizade, pela disponibilidade, pelas ajudas e pela irreverência.

Agradeço a todas as pessoas que me cederam entrevistas. Peço licença para agradecer, especialmente, à Maria Leônia, ao Helvécio, ao Rafael e ao Israel, pela dedicação, abertura e confiança.

Agradeço ao meu companheiro Kenji, por ter me ensinado tanto, pelo companheirismo, pela irmandade, pelo entendimento e pelo amor.

Agradeço à minha irmã Júlia, por ser minha grande parceira incentivadora de tudo.

Se esse agradecimento tivesse de ser destinado a uma só pessoa, eu agradeceria ao meu professor orientador, Prof. Dr. Arnaldo José Zangelmi. Agradeço por ter me acompanhado com tanta disponibilidade e pela dedicação em responder minhas dúvidas e meus questionamentos. Foram muitos aprendizados. No fim das contas, você me fez aprender que o produto final de um mestrado é um caminho longo, difícil, doloroso e também real, possível, maravilhoso, construtivo e responsável. Com esse agradecimento, agradeço também a todos os professores e a todas as professoras do ICHS/UFOP.

Agradeço aos membros da banca, o Prof. Dr. Fabrício Costa Oliveira e o Prof. Dr. Marco Antônio Silveira, pela dedicação na leitura, pelas trocas, sugestões e críticas tão importantes.

Agradeço, especialmente, à minha mãe. Independentemente do meu caminho, sempre vou agradecer tudo a ela. Obrigada, mãe!

RESUMO

A pesquisa investigou as repúblicas federais de Ouro Preto-MG a partir do movimento estudantil organizado na cidade, principalmente em torno das disputas centradas na expansão do acesso à moradia. Durante a emergência de lutas estudantis, no período de 1975 a 1983, considerado o início da abertura política para a democracia, uma das pautas regionais estava alocada justamente na exigência por mais moradias e por dinâmicas democráticas dentro delas. Evidenciamos que a história das repúblicas federais está associada à história da Escola de Minas e da UFOP, alicerçadas em uma rede de influências entre os alunos, ex-alunos e as instituições. Foi durante a abertura política, que coincidiu com a expansão da UFOP, que o *status* dessas casas começou a ser questionado de forma organizada pelos estudantes. Por meio da realização de entrevistas, da análise de matérias de jornais e da pesquisa nos arquivos pessoais detentores de fotos e correspondências de ex-alunos militantes na tendência, mostramos que a discussão em torno das políticas de gestão e de acesso às moradias estudantis esteve presente na pauta do movimento estudantil em Ouro Preto-MG, concomitantemente à expansão das casas e à expansão da própria universidade. A principal organização política analisada em nosso trabalho é o “Libelu”, apelido atribuído à “Liberdade e Luta”, organização estudantil que esteve atuante em Ouro Preto-MG nos anos 1970-1980. Em entrevistas realizadas com antigos quadros da tendência, narramos algumas especificidades e os posicionamentos do grupo, considerado, dentro do movimento estudantil, como uma tendência radical e que teve fundamental agência, principalmente na Escola de Farmácia, para a organização política dos estudantes da UFOP nas greves do período. Discutimos alguns aspectos da militância estudantil e da atuação política durante o período ditatorial do Brasil, com a análise de elementos como o medo, a opressão, o preconceito e as desigualdades sociais, encarados como elementos essenciais para a reflexão sobre as ações políticas. Metodologicamente, o trabalho também foi narrado em conjunto com elementos da experiência pessoal da narradora, por entender que essa trajetória está associada à escrita e ao trabalho historiográfico. Dessa forma, por meio da exposição do espírito da historiadora que compõe essa narrativa, buscamos conferir-lhe inteligibilidade.

Palavras-chave: Moradia estudantil; República federal, Ditadura civil-militar; Ouro Preto-MG; “Libelu”.

ABSTRACT

This research has investigated the federal student republics of Ouro Preto-MG with the view of the student movement organized in the city, specially around the disputes centered on the expansion of habitations. During the emergence of student struggles, in the period of 1975 to 1983, considering the start of the political opening towards democracy, the regional schedules of those movements was allocated precisely on the demand for more habitations and for democratic dynamics within them. We have produced evidence that the history of the federal student republics is associated with the history of the Escola de Minas and of UFOP, based on a network on influences between the students, ex-students and the institutions. It was during the political opening, which coincided with the expansion of UFOP, that the *status* of these habitations started to be questioned in an organized manner by the students. Through interviews, analysis of papers' news and of research on the personal files containing photos and correspondence of militant ex-students on that tendency, we have shown that the discussion around the politics of gestion and of access to the student habitations was present on the schedule of the student movement in Ouro Preto-MG, concomitantly to the expansion of the houses and to the expansion the university itself. The political organization analyzed in our work is "Libelu", a nickname attributed to "Liberdade e Luta" (Liberty and Fight, free translation), a student organization that acted in Ouro Preto-MG during the 70s and 80s. In interviews with previous members of the student movement we have narrated some specificities and positionings of the group, which was considered, inside the student movement, as a radical tendency that had fundamental agency, especially in the School of Pharmacy, for the political organization of the students of UFOP in the strikes of the period. We have discussed some aspects of student militancy and of political action during the dictatorial period in Brazil, with analysis of elements like fear, oppression, prejudice, and social inequality, which are seen as essential elements for the reflection on the political actions. Methodologically, this work was also narrated in conjunction with elements of the personal experience of the narrator, due to an understanding of this trajectory as a part of the writing and of the historiographical work. This way, through the exposition of the spirit of the historian that composes this narrative we seek to give it intelligibility.

Keywords: Student habitations; Federal student republics; Civil-military dictatorship; Ouro Preto-MG; "Libelu".

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Saída dos estudantes cercados do 3ENE	75
Figura 2: Chico, Helvécio e Rafael	87
Figura 3: Helvécio e Francisco Pedro de Resende	106
Figura 4: Placa de estudantes não grevistas de 1983	108

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Ocupação das repúblicas federais	51
Tabela 1: Relação de repúblicas federais por período	56

LISTA DE SIGLAS

CA	Centro Acadêmico
CEOP	Casa do Estudante de Ouro Preto
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COLTEC	Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais
COVEMG	Comissão da Verdade de Minas Gerais
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Doi-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ENE	Encontro Nacional dos Estudantes
EMOP	Escola de Minas de Ouro Preto
FAMOP	Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto
GT UFOP	Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto
“Libelu”	“Liberdade e Luta”
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRACE	Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
REMOP	Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto
REFOP	Associação das Repúblicas Federais de Ouro Preto
Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ANAMORFOSE DO TEXTO: OBJETO, FONTES E NARRADORA	16
1.1 A cidade república	22
1.2 A construção das entrevistas	30
1.3 A memória como afirmação da identidade	35
2 AS REPÚBLICAS NA HISTÓRIA DE OURO PRETO-MG	40
2.1 As repúblicas e o termo	42
2.2 Narrativas sobre o passado das repúblicas federais de Ouro Preto-MG	45
2.3 As reformas universitárias e a expansão da moradia estudantil como parte da modernização autoritária do ensino superior	55
3 MOVIMENTO ESTUDANTIL EM OURO PRETO-MG NO CENÁRIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO	67
3.1 A “Libelu” em Ouro Preto-MG	73
3.2 Memórias dos militantes da “Libelu” e a luta pela democratização da moradia estudantil na UFOP	86
3.3 As greves estudantis na UFOP e a expansão das repúblicas federais	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICES	119
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

As repúblicas federais de Ouro Preto-MG são famosas, já foram tema de novela e estiveram, por diversas vezes, em destaque no noticiário nacional. Elas formam um conjunto de moradias estudantis, propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mas que são geridas autonomamente pelos estudantes, em um modelo único no país. Pela gestão autônoma e por se tratarem de bens públicos, estão no centro de grande polêmica dentro da comunidade. Desde a época da fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), em 1876, encontramos referências a moradias estudantis denominadas repúblicas. Sobre as chamadas repúblicas federais, indicamos, em nosso trabalho, que foi a partir dos anos 1960 (embora não tenhamos encontrado consenso sobre a data exata) que a maior parte delas foi inaugurada ou adquirida pela UFOP. Buscamos investigar justamente a relação do movimento estudantil organizado com essas casas, que formam o conjunto do patrimônio público.

As dinâmicas de sociabilidade dentro das repúblicas, as rígidas hierarquias, os trotes, as chamadas “batalhas” de vagas para o ingresso de novos moradores, e a distribuição desigual de vagas constituem um universo particular, construído ao longo do tempo. O que demonstramos, em nosso trabalho, é como essas dinâmicas se transformaram em pauta do movimento estudantil durante as mobilizações ocorridas na abertura política.

A tendência política central na nossa pesquisa é a “Libelu”, apelido dado ao grupo “Liberdade e Luta”, que dá título ao nosso trabalho. A “Libelu” foi uma tendência trotskista, oriunda do movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP), que defendia a união dos estudantes com as lutas dos trabalhadores. Os militantes acreditavam que a universidade estaria a serviço da classe dominante e só se transformaria se tivesse seus órgãos representativos livres e ocupados pelos movimentos de resistência organizados. Defendiam o fim da ditadura, a liberdade das organizações partidárias, a abolição da censura e debatiam a aliança com o movimento operário na luta por moradia e alimentação (MULLER, 2010).

Nosso título se refere tanto à organização política, como aos valores sensibilizados pelos estudantes do movimento estudantil, afoitos por liberdade e luta, que representava o antagonismo à ditadura e aos valores daquele governo, como o autoritarismo e a violência.

O recurso metodológico principal foi a história oral, que, por força das

circunstâncias impostas pela pandemia da Covid-19, nos trouxe o desafio de realizar as entrevistas de maneira remota, em 2020. Fizemos, ao todo, 13 entrevistas, quatro presenciais e nove por videochamadas pela internet. Os entrevistados serão apresentados no decorrer do trabalho e também estão descritos em um apêndice, ao final no texto. Também utilizamos materiais de periódicos, buscados principalmente na Hemeroteca na Biblioteca Nacional e em arquivos pessoais dos nossos entrevistados, além da realização de extensa pesquisa bibliográfica.

No primeiro capítulo, apresentamos as repúblicas federais, o atual debate em que estão inscritas e discutimos aspectos da relação entre a memória e a construção da narrativa histórica no processo das entrevistas e do próprio texto. No capítulo dois, escrevemos sobre a genealogia das repúblicas federais, a constituição dessas casas durante a ditadura e discutimos algumas narrativas, que, muitas vezes, compõem uma retórica militante de defesa das moradias. Analisamos como as repúblicas estão alicerçadas na rede de influências da EMOP, atrelada ao desenvolvimento político-econômico de Minas Gerais e sob quais aspectos o movimento estudantil atuante no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980 as questionou. No terceiro e último capítulo, narramos a experiência do movimento estudantil, com foco na atuação da “Libelu”, e discutimos como as mobilizações nacionais dos estudantes encontraram eco em pautas regionais e fizeram valer a expansão do número de moradias públicas em Ouro Preto-MG, em que novos valores e determinações democráticas fossem pactuados.

Rememorar, compreender e pensar narrativas de liberdade e luta à luz dos relatos dos sujeitos sobre suas vivências abre caminhos na construção histórica. Como método, a história oral não tem um fim em si mesma – essa é uma de suas expressões mais conhecidas. Implicar-se na agência aberta pela metodologia oral permite encarar o desafio de produzir narrativas que extrapolem o dado das entrevistas, ao criar encontros entre perspectivas e interpretações que interseccionam memória e história – não qualquer história, mas aquela capacitada por uma dimensão democrática, que torna os indivíduos narradores de suas trajetórias, muitas vezes, desconhecidas. O processo de lembrar, narrar, transcrever e interpretar, desabrochado pelos relatos, multiplica o gradiente daquilo que é contado em minúcias, questões e problemas. Ao fim, que é também começo, a pluralidade de versões e de histórias sobre o passado age mais como recurso do que como limitação. Como o recorte do nosso trabalho se insere no contexto da ditadura, a complexidade do período nos levou a preceder com a exposição de escolhas conceituais.

A sociedade brasileira vivencia a experiência de ter atravessado um extenso período

de ditadura civil-militar, seguido por um processo de redemocratização que não julgou os crimes de Estado. Essa situação nos implica a todos diante das dívidas com um passado violento, em que há menos uma saída atual e objetiva para essa passividade, e mais uma desconcertante espera pelo acerto de contas, empenhado pela negação institucional e social dessas violências.

A dimensão ético-política do trabalho, considerada à luz de um giro ético-político (RANGEL, 2017) está associada ao ofício do historiador, principalmente em relação a temas sensíveis da história do tempo presente, como a ditadura civil-militar no Brasil. Refletir sobre os usos políticos de narrativas do passado e a construção da história do tempo presente caminha com a reflexão sobre sua imediata implicação política. Reconhecer essa subjetividade não significa nem o abandono, nem a relativização dos preceitos científicos da disciplina. É, antes, o respeito pelo caráter sensível da história e pela necessidade constante de pensarmos as metodologias e suas imbricações sociais (BAUER, 2017).

Fora do debate acadêmico, as memórias estabelecidas em relação à ditadura civil-militar ainda compartilham duas delimitações hegemônicas e complementares: a de que houve uma ditadura de caráter exclusivamente ou majoritariamente militar (que obscureceu, assim, a participação civil no processo); e a de que o marco final do regime ditatorial se deu em 1985, na ocasião da chegada de José Sarney, um presidente civil, ao poder, não obstante sua posse ter ocorrido a partir de eleições indiretas e ele ter oferecido apoio institucional ao regime. Essas demarcações não acompanham as proposições mais recentemente produzidas pela historiografia especializada. No tocante ao caráter civil do golpe militar, destacamos o trecho do último capítulo do segundo volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, p. 314):

em 1964, o Brasil era um país relativamente industrializado e que vivia uma etapa decisiva de sua urbanização. Era, portanto, uma sociedade com notável grau de complexidade e diversificação. Uma ditadura de mais de duas décadas não poderia ter se sustentado sem o apoio de parcelas importantes da sociedade brasileira, além dos próprios militares. A participação de setores civis no golpe de Estado de 1964, na efetivação do regime autoritário e posteriormente na montagem da própria estrutura da repressão, é uma dimensão crucial daquele processo histórico. Entendemos, assim, que a ditadura não foi um fenômeno exclusivamente militar, embora as Forças Armadas tenham assumido posição frontal naquele regime.

O destaque do relatório faz referência ao componente de classe presente na

discussão sobre a responsabilidade civil no golpe de 1964 e na posterior manutenção da ditadura civil-militar, debate realizado por Demian Bezerra de Melo (um dos autores do relatório) e já articulado no trabalho de René Dreifuss, desde 1981 (MELO, 2014). Na linha do argumento, o caráter civil do golpe deve estar associado, sobretudo, à responsabilidade dos setores empresariais da sociedade. A ideia de cumplicidade social generalizada, muito difundida por alguns autores como Daniel Aarão Reis (2014), pode ser problemática justamente por não destacar a dimensão classista na participação civil. A própria noção de sociedade apresentada por essa proposição tende a reificar, em um esquema hermético e homogêneo, um tecido social que é diverso e estruturalmente desigual. Contribui ainda para legitimar o discurso golpista que justifica o golpe em razão de um suposto apoio da sociedade brasileira. Por essas razões, mesmo compreendendo que setores civis foram responsáveis pela consolidação da ditadura, e utilizando esse termo em nosso texto, não perdemos de vista que essas forças estão muito mais alocadas em setores empresariais da sociedade.

Em relação ao marco inicial do período militar, Marco Antônio Vila (2014) defende que os anos iniciais do regime, de 1964 a 1968, não podem ser considerados precisamente como uma ditadura, pois esse momento guarda ainda uma série de liberdades e direitos civis. O historiador propõe que a periodização da ditadura seja compreendida entre 1968 até 1978, período de vigência do Ato Institucional nº. 5 (AI-5). De acordo com Vila (2014), nos quatro anos anteriores, o Congresso Nacional permaneceu aberto, mesmo que de forma ditatorial. Para Carlos Fico (2017), essa definição é tautológica e irresoluta, já que não é possível dizer que o parlamento funcionou de forma democrática em uma ditadura. Ao discutir a periodização de Vila (2014), Fico (2017, p. 54) argumenta que:

entre 1964 e 1968, houve tremendas restrições ao funcionamento do Congresso Nacional (inclusive o seu fechamento) e outras casas legislativas, gravíssimas limitações no tocante às eleições, censura da imprensa, do teatro, do cinema e dos livros, além de repressão brutal contra o movimento estudantil.

Daniel Aarão Reis (2014), em interpretação bastante difundida e oposta ao argumento de Fico (2017), caracteriza o governo Castelo Branco, período inicial da ditadura, como brando, sobretudo à luz da virulência dos governos seguintes. Essa delimitação não impede, contudo, que Reis (2014) situe esse momento como aquele relativo ao desenvolvimento do empreendimento ditatorial no país, e não como uma transição para a

restauração democrática, como inicialmente alegavam os golpistas. Isso pois, o presidente militar, além de cassar mandatos, liderou a pressão sobre o Congresso Nacional para a prorrogação do próprio governo, estendido até março de 1967. Essa ação ignorava o caráter supostamente transitório da ditadura, usado como justificativa para o golpe, que, a princípio, previa eleições presidenciais já em 1965 (REIS, 2014).

Na biografia de Carlos Augusto Marighella, escrita pelo jornalista Mário Magalhães (2012), são notórios os relatos de presos políticos do período de Castelo Branco, marcado por denúncias de torturas, repressões e arbítrios cometidos pelo governo. O próprio Marighella resistiu a tiros proferidos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob alegação de crime de subversão, já no dia 9 de maio de 1964 (MAGALHÃES, 2012). No relatório do Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (GT UFOP), em parceria com a Comissão da Verdade de Minas Gerais (COVEMG), estão descritos vários relatos de cassação de mandatos e prisões políticas feitos no curto período pós-golpe (SILVEIRA; MAIA; PEREIRA; SILVA, 2018). Por essas razões, no tocante ao marco inicial da ruptura democrática, compartilhamos o entendimento que situa 1964 como o ano referente, ainda que, durante o período da ditadura civil-militar, os momentos de maior ou menor repressão tenham variado.

Atrelada à discussão do lema de origem, o debate sobre a periodização do regime também questiona sua duração. Reis (2010) irá defender que o período de exceção terminou em 1979, e não em 1985, como quer a historiografia corrente. Segundo o autor, o ano de promulgação da Lei de Anistia (1979), dá lugar a um período que denomina como transição democrática em um estado autoritário, que terá fim somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nos seus termos, como a partir de 1979 já não há ditadura e tampouco há democracia, o período adquire caráter de transicional (REIS, 2010). Contígua a essa narrativa, que corrobora a historiografia que nomeia a ditadura brasileira de civil-militar, Caroline Bauer (2015) também entende que o estado autoritário só terá fim em 1988, com a promulgação da nova Constituição. A autora argumenta que

se houve uma polêmica por sua proposição para o final da ditadura civil-militar, o livro de Reis Filho, que atualiza algumas interpretações presentes em sua produção, contribuiu ao expandir o período a 1988, quando a nova constituição foi promulgada. O autor contrapõe-se ao término da ditadura em 1985, como se consolidou na memória coletiva e na historiografia sobre o tema, pois essa visão ratifica a noção de que a ditadura foi exclusivamente militar e que, com a posse de um presidente civil, findava-se a intervenção das Forças Armadas na política. Prolongando a ditadura até 1988, ressalta-se o seu caráter civil (BAUER, 2015, p. 126).

Ambos os autores compartilham uma interpretação que ressalta a continuidade ditatorial no processo político brasileiro pós-1985. Portanto, rejeitam nomear a ditadura apenas de militar e expandem sua periodização até 1988, para não esconder ou camuflar as permanências. Parte da sociedade opta pelo silêncio ou por visões simplistas, em uma ação que acaba beneficiando certos atores civis, partícipes do regime ditatorial (REIS, 2014). A delimitação do período que recorre ao marco de 1979 como fim da ditadura e nomeia os anos seguintes, até 1988, como fase transicional, não diminui o caráter violento e autoritário dos governos golpistas, mas estende essa característica até o momento da promulgação de uma Carta Constitucional, fruto da participação e de discussões políticas com diversos setores sociais.

Na disputa sobre a caracterização do golpe e a periodização do regime, interessamos também as preocupações de Carlos Fico (2017). Conforme o historiador, há que se reconhecer tanto a participação quanto o apoio, ao longo do regime, de determinados setores civis da sociedade. Contudo, dado que os governos estabelecidos na sequência foram inteiramente regidos por militares, adjetivá-los como civis seria algo supérfluo e impreciso. Ademais, na disputa ético-política na qual a história do tempo presente está inserida, esse adjetivo poderia causar a redução da responsabilidade dos militares (FICO, 2017). Sobre a periodização, Fico (2017) alerta para uma possível relativização do impacto da violência causada pela ditadura, ao considerarmos que ela nem começou efetivamente em 1964, como alega Vila (2014), e nem terminou em 1985, como alega Reis (2014). Para o autor, essa demarcação ainda carece de evidências empíricas (FICO, 2017).

A despeito da importância das questões levantadas por Fico (2017), entendemos que a proposição de Reis (2014) sobre o término da ditadura muito mais do que relativizar a violência (que ele mesmo reconhece não ter cessado em 1979), indica sua continuidade após 1985. É evidente que a periodização merece ser cada vez mais investigada, sobretudo em relação à permanência de ações que se tornaram comuns na ditadura, como a tortura e o autoritarismo, instrumentos da polícia militar (BAUER, 2019). Mariana Joffily (2018) propõe que a pouca adesão popular à temática da ditadura tem lugar justamente nessas continuidades não resolvidas. Para a autora, a memória de rechaço à ditadura e ao autoritarismo convive com uma brutal disparidade de distribuição de renda e com a prática sistemática de violência contra,

principalmente, a população negra e periférica (JOFFILY, 2018)¹.

Em discurso apresentado à turma de formandos do curso de Farmácia da UFOP, em 1981, Francisco Eduardo Chaves de Resende, liderança da “Libelu” em Ouro Preto-MG, denunciou que, muito embora o país vivesse, naquele momento, uma propalada abertura política, os casos de perseguição, autoritarismos e abusos eram constantes e estavam escondidos na retórica da abertura. A reformação daquele estado de coisas, segundo ele, só seria possível com a organização social contra às formas de opressão e de dominação².

A grande maioria das repúblicas federais, 45 do total de 65, surgiu (apropriadas pela UFOP ou fundadas) justamente durante a ditadura. São muitos os fatores que contribuíram para essa formação acelerada das casas no período ditatorial, até mesmo anteriores ou alheios à ditadura. No entanto, essa aceleração no número de casas demonstra que, no mínimo, as repúblicas mimetizavam comportamentos autoritários e elitistas, que também configuravam formas políticas dos governos ditatoriais.

¹ Como se, por outro lado, a periferia estivesse discutindo a violência e a tortura atualmente, questionando a polícia militar sobre suas ações no presente, não somente no passado.

² Discurso de formatura do orador Francisco Eduardo Chaves de Resende (Chico), por ocasião da formatura no curso de Farmácia e Bioquímica da UFOP, em 1981. Arquivo pessoal: Maria Leônia Chaves de Resende. O discurso está anexo ao final do texto. Francisco Eduardo Chaves de Resende, a quem chamaremos de Chico no trabalho, foi uma das principais lideranças da “Libelu” em Ouro Preto-MG.

1 ANAMORFOSE DO TEXTO: OBJETO, FONTES E NARRADORA

É comum que trabalhos que se ocupam da história do tempo presente tragam discussões sobre sua objetividade e sua imparcialidade. A discussão metodológica é tarefa presente em todo ofício do historiador, mas a imediata implicação política que os textos sobre o tempo presente apresentam, principalmente quando se relacionam com temas violentos e traumáticos, sugere uma preocupação mais detida.

Os testemunhos utilizados para compor a narrativa da história são de indivíduos presentes, o que forma um conjunto de acervo que é político e sensível ao mesmo tempo (ARAÚJO, 2020). Como a produção historiográfica pode, muitas vezes, responder às demandas de seu tempo, escolhi realizar esse trabalho em conjunto com alguns elementos de minha experiência pessoal, por entender que minha trajetória está associada à escrita e ao meu trabalho como historiadora. Dessa forma, explico os questionamentos que fiz diante de minhas evidências e meus documentos, por meio da exposição do espírito da historiadora que compõe essa narrativa, para buscar lhe conferir inteligibilidade. Não apenas em meu caso, compreendi que a escrita da história esteja ligada a uma rede de narrativas que nos rodeia, como se fosse impossível separar o objeto de quem apreende e como (BÉDARIDA, 2017). Contudo, não perdemos de vista ou desconsideramos a noção do fato histórico e do desígnio da pesquisa em construir uma narrativa metodológica e objetiva sobre nosso objeto.

Segui o caminho inspirado em uma aula ministrada na pós-graduação e na leitura do texto *Anamorfose de um dia*, de Daniel Faria (2015). No trabalho, o autor narra os acontecimentos do dia 11 de dezembro de 1972, como um exercício teórico de reflexão sobre a escrita da história e as múltiplas experiências que formam os acontecimentos. Se o nosso entendimento como historiadores compõe a análise dos eventos a partir de interpretações, parece lógico buscar entender as experiências que nos cercam, para chegarmos aos nossos métodos e conceitos para tais interpretações. Ademais, é necessário questionar o porquê de fazermos as perguntas que escolhemos fazer.

O conceito de anamorfose está emprestado para destacar uma das partes que formam esta pesquisa (nesse caso, eu, a narradora), ao deslocar também as formas usuais de aparição dos argumentos, como maneira de melhor interagir com esse trabalho. Para Faria (2015), ao mesmo tempo em que a narrativa histórica está cercada de questões, polêmicas e

debates, no campo da experimentação, ela ainda segue sem grandes mudanças ou ensaios. Na verdade, está alocada em padrões bem estabelecidos.

Meu relato inicial sobrepõe o enfrentamento e a angústia gerados pelo ato de narrar e de construir um conjunto de enredos, conceitos e métodos interpretativos. Trata-se de um esforço para explorar os diferentes segmentos do texto que se articulam com o tema principal. Entendo que contar sobre componentes do mundo que vivo é parte de um exercício epistêmico essencial para a narrativa que construo como historiadora e que alinha, epistemologicamente, componentes objetivos e subjetivos de todo texto.

Dentro dessa narrativa estão presentes os desafios de lidarmos com as temporalidades e as multifacetadas interpretações dos acontecimentos, provocações fundamentais ao rigor acadêmico. Evidente que o conjunto das coisas não possui necessariamente uma relação direta de causa e efeito com os casos narrados, nem tampouco são redutíveis à atribuição de vítimas e algozes aos agentes das situações narradas. No entanto, a experiência aqui representada por uma mulher branca, professora, historiadora e cozinheira instiga um interesse de pesquisa pela cidade, moradia e militância.

Sou professora de História em Ouro Preto, um município de Minas Gerais de, aproximadamente, 70 mil habitantes, conforme dados do IBGE (2020). Quando discutimos problemas sociais e questões sobre zoneamento escolar, muitos educadores dizem: “mas Ouro Preto não tem periferia, tem um CEP só”, ou “essa discussão [sobre zoneamento escolar] não faz sentido, pois somos uma cidade pequena”. A desigualdade socioespacial desconsiderada nos nossos debates se soma a outros assuntos que também não têm aparecido. As questões relativas às liberdades individuais, à pedagogia como fundamento da comunidade escolar, ao respeito às minorias, à reprovação escolar como método educativo e não punitivo, dentre outros postulados defendidos por educadores há muitos anos³, se perderam nos debates que centralizam nosso trabalho. Embora tenham sido sublinhados como temas fundamentais na construção de um programa de ensino de qualidade para o país, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996⁴, essas questões têm desaparecido. Se tornaram cotidianas cenas de censura, de autocensura e de exposição de professores diante da comunidade, de maneira invasiva e violenta.

³ Há, inclusive, o Projeto de lei nº. 1.930/2019 em tramitação no Congresso Nacional, que pede o fim do reconhecimento de Paulo Freire como patrono da educação. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/558470-projeto-revoga-lei-que-declarou-paulo-freire-patrono-da-educacao/>>. (Acesso em: 8 mar. 2020).

⁴ BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Essa experiência é especificamente marcante após a eleição de 2018, quando foram eleitos Jair Bolsonaro para o executivo nacional e Romeu Zema para o estadual. O atual presidente da República incentivou a gravação de vídeos de dentro da sala de aula para expor os professores que estariam, segundo ele, promovendo a doutrinação dos estudantes⁵. No âmbito estadual, vimos a Secretaria de Educação ocupada por profissionais que instrumentalizaram o assédio moral como força de trabalho, com, por exemplo, a divulgação (por meio de e-mail direcionado a toda a comunidade escolar e que muitos gestores colocaram impressos nas portas das escolas) de nomes dos professores que não cumpriram exigências burocráticas na digitalização de notas, ou a implementação de programas educacionais sem a discussão com a comunidade escolar, como é o caso do Ensino Médio Integral, cuja proposta se desenvolve alheia aos problemas estruturais das escolas. Romeu Zema também assumiu publicamente um compromisso com o projeto “Escola sem Partido”⁶.

Diante da pandemia da Covid-19, considero ainda mais problemática a divulgação, em 2020, de um programa de ensino remoto para as escolas estaduais, cujos compromissos propagandeados pela Secretaria Estadual de Educação não foram nem discutidos com a comunidade escolar e nem cumpridos (como os subsídios para a impressão de material para os estudantes que não tinham internet e a imposição de material didático e de avaliação escolar que solaparam a construção dos projetos pedagógicos das escolas).

Em 2020 e no contexto da pandemia da Covid-19, como professora, fui compelida a realizar trabalhos burocráticos e a registrar ações, como a presença e a participação dos estudantes, mesmo que não fossem reais, satisfatórias ou pedagogicamente situadas, sob pena de ser prejudicada em minha avaliação de desempenho. Nessa conjuntura e sob a mesma ameaça, fomos obrigados a nos inscrever em um concurso que avaliou as inovações realizadas pelas escolas (em uma tentativa de produzir narrativas que não correspondiam à realidade), mesmo sem concordarmos com a tarefa, já que não houve subsídio (material e pedagógico) para a implementação do ensino remoto. Fui constantemente surpreendida com informações sobre o ano letivo de 2020, que chegavam pela mídia, antes de ter conhecimento nas escolas. Fui constrangida a fazer cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação, que objetificaram a prática escolar, não debateram questões pedagógicas com profundidade e nos trataram, professores, como mero receptores e divulgadores de conteúdo (muitos desses cursos

⁵ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-gravacao-de-professores-por-alunos-em-sala-de-aula/>>. (Acesso em: 18 jan. 2020.)

⁶ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/hotsites/elei%C3%A7%C3%B5es-2018/nao-e-necessario-ter-uma-pessoa-para-cada-area-1.2055169>>. (Acesso em: 10 jun. 2020.)

apresentavam conteúdo sem referências bibliográficas ou quaisquer outras). Também fomos impulsionados a deixar nossas mídias de comunicação pessoal abertas e disponíveis para a escola.

Todo esse processo de cobrança, cuja métrica está alienada do “chão da escola”, efetiva-se pela ameaça constante de comprometimento da avaliação de desempenho dos professores (que se relaciona com nossa estabilidade no emprego). A frase que mais escutei entre os colegas no ano de 2020 foi: “estou à disposição”. Percebi como nossas ações profissionais pouco têm representado do que realmente pensamos ou de como gostaríamos de ter agido. O medo é, atualmente, a ferramenta pedagógica mais potente da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Muitos debates em torno do famigerado protejo “Escola sem Partido” se ocupam de demonstrar como a suposta neutralidade do processo de ensino-aprendizagem se configura como uma falácia (NICOLAZZI, 2016). A retórica envolvida no projeto serve muito mais para promover uma polarização política, em que, de um lado, estariam os defensores da família e dos bons costumes, e do outro, os professores militantes preocupados em promover o desmonte dos valores cristãos. Essa situação deu lugar ao medo e à perseguição, e acabou por esconder discussões imprescindíveis para a construção do projeto escolar, pois as questões pedagógicas também passaram a ser percebidas e discutidas dentro dessa polarização.

Em minha experiência profissional, a escola não discute a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reformulação do currículo de Minas Gerais, os métodos avaliativos, e a própria estrutura física do ambiente, dentre outros temas fundamentais. Presenciei uma escola preocupada em continuar existindo e muito pouco preocupada em se transformar. A sensação é a de que, quanto menos a escola for transgressora ou autônoma, mais ela possui a possibilidade de sobreviver. Contudo, minha experiência como professora não foi sempre assim.

Durante a campanha eleitoral de 2018, a direção da escola onde trabalho pediu que não falássemos de política em sala de aula com o intuito de evitarmos polêmicas. O incentivo ao debate e à exposição argumentativa não são preceitos caros para a relação de ensino-aprendizagem? Considero esse um momento muito diferente em minha experiência, acostumada ao espaço plural da escola pública, que, até então, eu conhecia. Anos antes, em 2015, quando participei da primeira formação de educadores para o programa de Ensino Integral nas escolas estaduais de Minas Gerais, a orientação havia sido outra. O pedido, àquela época, foi para que falássemos de questões de gênero, diversidade sexual, luta contra racismo,

questão indígena e quilombola, e que discutíssemos estruturalmente as proposições dos planos pedagógicos das escolas. Estávamos incentivados a transformar, a batalhar pela transformação, a encarar as violências e a denunciar os assédios. Na época, a secretária de Educação de Minas Gerais era a educadora Macaé Evaristo, em um governo estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupava também o governo federal.

Com mais de 10 anos como docente de escola pública, percebo e sinto diferença essencial no meu trabalho “pós-golpe de 2016” (FAUSTO, 2017). Antes, sabia a quem devia recorrer e onde diante de situações de exceção. Muito embora tivesse várias críticas ao nosso sistema de ensino, problemas, decepções, conflitos, desilusões, experiências de violência e de assédios, figurava uma estrutura de segurança baseada no meu *ethos* como servidora pública, que estava configurado até então. Sentia o que eu chamava de certeza de democracia, e essa certeza era o que guiava o meu trabalho, não o medo. Agora não. Hoje não possuo essa segurança, e é como se tivéssemos interrompido nosso longo caminho para a construção de uma sociedade cada vez mais justa. Por isso, todos os casos de injustiças, assédios, perseguições, deficiências pedagógicas etc., que sempre presencio como servidora em uma escola pública estadual se tornam muito mais dolorosos, obscuros e desesperançosos.

Discutimos nas escolas, em 2020, sobre como comprovar, para a Secretaria de Estadual de Educação, que estávamos trabalhando e pouco sobre como tornar a escola acessível e presente para a nossa comunidade. Nós, educadores, fomos impedidos, pelo medo, de educar. A perspectiva de transformação e construção nas escolas se modificou na direção de uma luta por sobrevivência. Não se trata de uma sobrevivência no significado mais profundo do termo, mas no sentido que ele dá à sensação de que a única coisa possível a ser feita na escola é permanecer presente nela, para que o espaço não se esvazie completamente.

Diante de tal cenário, busco uma atuação consciente e coerente dentro de movimentos sociais e organizações sindicais que procuram assegurar a constitucionalidade dos nossos trabalhos e de nossa vida social. Atuo como representante docente no Colegiado Escolar e, atualmente, exerço o ofício de representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) na minha escola e sou membro do conselho estadual da entidade. Componho também a mesa diretora do sindicato na Região dos Inconfidentes. Sou filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ocupo uma cadeira como representante da Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto (FAMOP) no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Uma das maiores dificuldades e um dos maiores dilemas que vivencio nesses espaços é perceber, recorrentemente, o uso de práticas autoritárias, justificadas como

formas de luta necessárias. Percebo que a adesão a um posicionamento progressista não garante uma experiência também progressista. São comuns, dentro de minha atuação sindical e partidária, assistir a situações de humilhação, perseguição, silenciamentos, violências de gênero e outras formas de opressão.

As questões que me incentivaram a realizar esta pesquisa se relacionam com essas experiências. A teorização (investigação, reflexão, interpretação) do passado me auxilia a refletir e a procurar caminhos para os conflitos que experienciava e que considerava abundantes na sociedade brasileira. Me pergunto: como podem as organizações políticas combater o autoritarismo enquanto são autoritárias? Como podem as escolas combater as desigualdades se são desiguais? De que maneira é possível agir e se posicionar contra regimes de exceção ante a ameaça de punição que esses próprios regimes prometem? Sob quais influências é possível se acomodar nesse estado de coisas? Influenciada por meus estudos busco caminhos na teoria, em uma teoria que seja libertadora (hooks, 2013). A referência que faço a bell hooks (2013) é uma referência contra ao que ela chama de antintelecutalismo, que dá lugar a uma teoria que reflita e que construa espaços democráticos.

A história do golpe e da ditadura civil-militar estão no centro de disputas políticas atuais, como o negacionismo⁷ defendido por certos setores da sociedade. Regionalmente, as repúblicas federais de Ouro Preto-MG constituem uma modalidade de moradia estudantil polêmica, muitas vezes atrelada às situações de violência, de autoritarismo e de privilégio (BONFIM; SILVA; BAHIA, 2018). Seu funcionamento existe sob a garantia de uma universidade que, como corpo institucional, defende a valorização de práticas democráticas. No meio das contradições e das múltiplas experiências que o cotidiano apresenta, o estudo da ditadura civil-militar em determinados campos educacionais tem um sentido pessoal de encontro e de cura. Dentro dessa complexidade, procuro entender as contradições do passado e me afastar de delimitações teóricas tendencialmente binárias.

⁷ Chamamos de negacionismo a radicalização da negação de determinado passado, como a negação da violência social da ditadura militar.

1.1 A cidade república

Os comportamentos e as formas sociais produzidos a partir da convivência entre sujeitos em um determinado espaço e tempo apontam para distintas experiências em uma mesma temporalidade. O conteúdo social, suas características, questões e tensões (de classe, gênero, cor e orientação sexual, por exemplo), e as projeções diversas que essas tensões refletem sobre a experiência, acumulam diversas características ao tecido social das cidades e das comunidades – têm história e têm geografia.

Ouro Preto-MG possui diversas moradias denominadas repúblicas estudantis. Utilizamos, como objeto principal, apenas as repúblicas federais da cidade, por se tratarem de casas que compõem o patrimônio da universidade ao guardarem relação direta com essa instituição escolar, uma vez que são cedidas aos alunos. O questionamento sobre as repúblicas e a moradia estudantil parte daquilo que está em contraste com os valores do movimento estudantil em ascensão durante a abertura política.

O principal questionamento da comunidade escolar atualmente se refere às formas de acesso às casas, que estão relacionadas à política de autogestão oferecida pela universidade, como explicaremos a seguir. No site da UFOP, na seção da Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), as repúblicas federais estão descritas como moradias com modalidade de gestão compartilhada. No item que se refere à maneira como é feita a seleção de moradores está escrito que

às moradias é assegurada a autogestão, em que cada casa tem seu regimento interno. Assim sendo, cada moradia tem um critério de seleção próprio com duração de até três meses no qual é avaliado o espírito de solidariedade e senso de comunidade⁸.

As disputas pelas vagas são nominalmente conhecidas como “batalhas”. Nelas, os alunos interessados permanecem cerca de um semestre disputando as vagas disponíveis. Os componentes da “batalha” variam entre as repúblicas e podem ser desde a capacidade de ingestão de bebida alcoólica do candidato à disposição para festas, ou o respeito pelas regras da

⁸ Disponível em: <<https://www.prace2.ufop.br/assistencia-estudantil/moradia-estudantil/modalidade-de-gestao-compartilhada>>. (Acesso em: 10 mar. 2020.)

casa. As repúblicas são formadas a partir de um rígido sistema de hierarquia, e o lugar ocupado pelos alunos ingressantes é o mais baixo. Esses alunos são chamados de “bixos⁹” e a eles são designadas uma série de tarefas relativas à manutenção da casa e outras que chamaremos de sistema pedagógico (conforme considerado pelos integrantes). Os trotes integram esse sistema. Muitos residentes consideram que o período da batalha e dos trotes é importante para o aprendizado e a sociabilização nas casas, pois atua como uma forma de integração. Para outros, a experiência significa uma prática autoritária, prejudicial, humilhante, violenta, e que tem o conhecimento da universidade. São comuns relatos de estudantes que desistem da moradia em repúblicas justamente pelas condições impostas pelas “batalhas” (SOUSA, 2020). É contra essas posturas que o movimento estudantil tem se contraposto. Afinal, muitas dessas características contrastavam com as lutas por liberdade, pelo fim do autoritarismo e da violência.

As repúblicas são famosas pelas festas, principalmente durante o Carnaval e o feriado do 12 de outubro, que é a comemoração do aniversário da EMOP. Nessa data, cuja adesão se estende às repúblicas de uma maneira geral, mesmo aquelas que não possuem somente estudantes das Engenharias, o festejo consiste em uma comemoração com a volta dos ex-alunos às casas. A Festa do Doze, como é conhecida, é um festejo da tradição das casas, celebra o encontro entre aqueles que já moraram nelas e os residentes atuais. Em muitas repúblicas, os recursos para a Festa do Doze são provenientes do ex-alunos, que, às vezes, mesmo sem comparecer, contribuem, como uma forma de retroalimentar as relações, uma resposta pelo tempo de estudante quando a casa recebia a contribuição de outros ex-alunos¹⁰.

O Carnaval, uma das festas mais populares da cidade, é usado pelos moradores como um meio de arrecadação de fundos para a manutenção das repúblicas. Essa prática está formalizada e regulamentada na UFOP e no Ministério Público. De acordo com o Ofício Proad nº. 157/2015,

a Universidade passou a autorizar formalmente as Repúblicas Federais a realizar festas e albergar convidados, como ação institucional, sendo que tal medida já foi aplicada na realização dos carnavais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, sempre com o devido acompanhamento do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. Todo o recurso arrecadado deve ser obrigatoriamente revertido na manutenção e conservação dos imóveis e eventuais sobras devem ser recolhidas ao Caixa Único da União¹¹.

⁹ Em todas referências que encontramos a grafia é com “x” e não com “ch”.

¹⁰ Tais informações foram colhidas em entrevista com Kenji Sousa, cedida em 18 de junho de 2020.

¹¹ Ofício Proad nº. 157/2015. Relatório de Demandas Externas CGU nº. 201413195%20(2).pdf. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9312.pdf>>. (Acesso em: 20 ago. 2020.)

As repúblicas, então, oferecem pacotes de Carnaval que incluem hospedagem, alimentação e festas. A esse respeito, pesam diversas contestações e críticas, pois se argumenta que estariam fazendo uso do patrimônio público para ganho privado, o que contraria a norma estabelecida, conforme lemos na resolução, que ressalta a exclusividade dos recursos obtidos para manutenção e conservação. Questiona-se se os recursos provenientes desses negócios são realmente empregados, em sua totalidade, na manutenção das casas. Em relatório da Controladoria-geral da União de 2015, desenvolvido em função de inquéritos desenvolvidos pelo Ministério Público a respeito das repúblicas federais, registrou-se que

a UFOP utiliza o argumento de que a moradia em repúblicas federais não é gratuita, pois os residentes se encarregam da manutenção do imóvel e dos gastos mensais de custeio. A metodologia apresentada para estabelecer o suposto gasto mensal com as repúblicas federais de Ouro Preto carece de aperfeiçoamento, tendo em vista que, no levantamento realizado, faltam informações de algumas repúblicas no período; foram informados gastos que não deveriam compor os custos mensais; além de informações muito díspares entre as repúblicas¹².

Sobre o acesso a essas casas, Luís Otávio Machado, historiador e ex-aluno da república federal Aquarius, publicou, em 2014, um livro intitulado *Guia de sobrevivência dos “bixos”*, estruturado com capítulos que representam um pouco do imaginário sobre a experiência de se morar em uma república federal. Destacamos os capítulos “A importância da capacidade de se superar: aprender a ser gente”, “Poder escolher com quem vai morar”, “Ser você mesmo e exigir respeito”. Destacaremos alguns trechos que evidenciam como a vida nas repúblicas federais se estrutura nos elementos da autogestão e da hierarquia. O autor explica que

o livro não veio com o objetivo de reforçar os trotes aos “bixos”, nem tampouco para pregar “piedade” aos “bixos”. O livro veio para registrar uma parte do cerimonial acadêmico universitário em que a figura do “bixo” é central. Trazemos um apanhado histórico e buscamos passar uma mensagem motivacional aos “bixos” de hoje. Também se espera que a obra contribua para que os que já foram “bixo” alguma vez também repensem o que foi sair da condição de “bixo” para a de profissional formado numa escola superior, principalmente o que eles podem fazer hoje para ajudar aos que estão na condição de “bixo” e os locais por onde passou (MACHADO, 2014, p. 9).

¹² Relatório de Demandas Externas CGU nº. 201413195%20(2).pdf. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9312.pdf>>. (Acesso em: 20 ago. 2020.)

No trecho, transparece a crença de que a batalha pela vaga e as condições a que o “bixo” é submetido serão essenciais para seu crescimento e sua aprendizagem. Em outra parte, em que esboça o mesmo argumento, o autor defende que

o que caracteriza a vida em república é a sua divisão das tarefas e a responsabilidade de cada morador, que adquire perante os demais membros. Este é um dos pilares da autogestão, que associado à tomada de decisões na casa possui importância e significado para as casas. Nas repúblicas, para se morar, o calouro precisa se pôr à prova, tanto em sua capacidade e destreza para auxiliar na manutenção da casa como da presença de espírito, ao atribuir valor à amizade (MACHADO, 2014, p. 9).

Ainda sobre a condição do “bixo”, ele afirma que

estar na condição de “bixo” é trilhar um caminho para se tornar uma pessoa melhor. Estar na condição de “bixo” é saber que está começando a subir o primeiro degrau, que a vitória vai estar para ele lá no último degrau e sempre é preciso subir. Não é uma subida sozinha, porque muitos estarão com o “bixo” nesta trajetória (MACHADO, 2014, p. 13).

E complementa:

as repúblicas permitem o aprendizado da relação humana e do convívio com as diferenças. A vida em comunidade reflete-se na vida profissional posterior. São elas um lugar de grande aprendizagem, é um dos poucos que permite o debate e uma vivência cultural onde o individualismo é superado. Os sonhos e projetos, compartilhados (MACHADO, 2014, p. 10).

É visível, nos trechos apresentados e também na retórica de defesa das repúblicas, a crença em seu poder pedagógico, pautada na experiência e no convívio com as regras repetidas pelos alunos. O aprendizado adquirido na república servirá para a excelência nos desafios da atuação profissional e, supostamente, ambos são pautados na hierarquia como valor principal. Como mostraremos a seguir, muitas denúncias sobre comportamentos autoritários e violentos nas repúblicas foram enviadas à universidade e ao Ministério Público. As práticas são consideradas, pelos estudantes, como abusivas e excludentes. A UFOP foi, diversas vezes,

notificada a prestar esclarecimentos sobre essas questões que ferem muitos princípios constitucionais.

A política de autonomia, denominada autogestão, descrita e institucionalizada pela UFOP, é parte do *status quo* das repúblicas federais presente antes, durante e após a ditadura civil-militar, embora, nesse período, tenha sido o momento de maior expansão. Para a universidade, do ponto de vista pedagógico, ao assegurar a autonomia da gestão, se garantiria que o período de permanência nas repúblicas federais se tornasse, do mesmo modo, um tempo de crescimento e aprendizado fora do espaço escolar formal.

Percebemos que a universidade mimetiza a retórica das repúblicas, que não se relaciona com uma justificativa sobre a cessão do bem público com garantias constitucionais. Essa aprendizagem se refere ao desenvolvimento de responsabilidades em relação ao grupo, conforme descrito na resolução do conselho universitário que estabelece o Estatuto das Residências Estudantis de Ouro Preto:

II - contribuir para o desenvolvimento da formação humanística do estudante, atribuindo-lhe, ao mesmo tempo, a responsabilidade de administrar o prédio e de promover a boa convivência coletiva e o respeito ao próximo; III - estimular e desenvolver entre os estudantes o espírito de solidariedade e cidadania, dentro de um clima de permanente compreensão dos seus direitos e seus deveres no ambiente comunitário; Além disso, muitas das repúblicas federais foram formadas por estudantes que lutaram e exigiram a moradia estudantil como um direito fundamental¹³.

Já na perspectiva de parte da comunidade escolar, o que existe é a omissão da universidade no controle de acesso à moradia e às práticas exercidas pelos moradores para a escolha dos novos residentes (BARBOSA, 2003; SOUSA, 2020). Ressaltamos, ainda que, no item referente à capacidade das casas, está escrito que, atualmente, são cedidas 61 delas, com capacidade total para 794 residentes, localizadas no entorno do campus Morro do Cruzeiro e no centro histórico de Ouro Preto-MG. Identificamos, para esse trabalho, que, atualmente, o índice de ociosidade das repúblicas federais é de 363 vagas¹⁴. Para Marcondes, um de nossos entrevistados, a ocupação das vagas da república Maracangalha é, hoje, muito menor do que em sua época de graduação (1979-1982), pois muitas vagas ficam ociosas. Contudo, em

¹³ Resolução CUNI nº. 21.540. Disponível em: <https://www.prace2.ufop.br/sites/default/files/resolucao_cuni_1540.pdf>. (Acesso em: 10 mai. 2020.)

¹⁴ A contagem foi feita a partir da lista de ocupação e vagas disponíveis divulgadas no site da UFOP. Disponível em: <https://prace.ufop.br/sites/default/files/ocupacao_republica_05_2020.pdf>. (Acesso em: 10 mai. 2020.)

conversas com estudantes residentes nas repúblicas, alguns relataram que a ociosidade anunciada pela UFOP não é real e que muitas vagas não constam como ocupadas, embora estejam. Essa situação ocorreria, porque estudantes que possuem média inferior ao estabelecido não poderiam residir nas repúblicas e, por isso, não formalizam a moradia¹⁵. Por um lado, a UFOP tenta restringir a moradia a quem tem a média cinco, para incentivar que estudem. Por outro, são comuns os relatos de estudantes que, em vista do grande número de atividades nas repúblicas, desde tarefas até festas, não conseguem estudar e tiram notas ruins. A questão das ocupações e a ociosidade são um dos principais pontos de questionamento sobre o funcionamento das repúblicas federais.

Com a expansão do ensino superior e o acesso à universidade de classes geralmente excluídas e marginalizadas, cresceram as demandas por uma educação cada vez mais emancipadora, em que as formas de acesso democráticas às moradias estudantis formam parte essencial. Consoante a isso, demonstramos que as lutas pela redemocratização, desde a abertura política pautaram, em Ouro Preto-MG, questões relativas à moradia estudantil e às repúblicas federais. A questão fundamental no debate diz respeito à necessidade de garantias institucionais de que os imóveis pertencentes à universidade estejam, de fato, a serviço de valores democráticos e que os moradores das repúblicas, como cessionários de bem público, mantenham a devida relação republicana com uso do imóvel. Dentre outras questões, essa condição implica a garantia de que essas moradias atendam, prioritariamente, a pessoas com hipossuficiência econômica¹⁶. A seguir, apresentaremos alguns exemplos de fiscalização e de cobrança por parte de poderes públicos e da sociedade civil sobre esse tema.

Nos levantamentos feitos por nossa pesquisa, encontramos dados que indicam que os questionamentos jurídicos oficiais sobre as repúblicas federais de Ouro Preto-MG se iniciaram nos anos 1990. Nesse ano, o então reitor da UFOP, Fernando Antônio Borges Campos,

¹⁵ De acordo com o regulamento da UFOP, os estudantes que obtiverem coeficiente semestral inferior a cinco devem fazer parte de um programa que se chama Caminhar, em que serão orientados a recuperar seu rendimento. A participação no programa é obrigatória para os residentes das repúblicas federais cujo desempenho é considerado insatisfatório. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/assistencia-estudantil/moradia-estudantil/modalidade-de-gestao-compartilhada/programa-caminhar>>. (Acesso em: 15 fev. 2021.)

¹⁶ No site da UFOP, onde estão descritos os tipos de moradia estudantil, as repúblicas federais estão caracterizadas como “os imóveis que a Universidade cede aos alunos para a moradia estudantil. Em Ouro Preto são 59 repúblicas, espalhadas pelo centro histórico de Ouro Preto. Às moradias é assegurada a autogestão, em que cada casa tem seu regimento interno, seguindo os parâmetros da resolução CUNI 1540. Cada moradia tem um critério de seleção próprio que dura três meses, e no qual é avaliado o espírito de solidariedade e senso de comunidade”. De acordo com a Resolução CUNI nº. 1.540 (UFOP, 2013), que trata do estatuto das residências estudantis em Ouro Preto-MG, o ingresso de moradores nas residências estudantis (as repúblicas federais) será realizado diretamente por meio de cada residência e se deve “priorizar os estudantes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica provenientes de municípios distintos de Ouro Preto e Mariana”. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1540.pdf>. (Acesso em: 10 jun. 2020.)

respondeu a um questionamento do Tribunal de Contas da União sobre a autonomia das repúblicas federais e a respeito dos usos dessas casas:

a “república” possui características peculiaríssimas, e como o próprio nome revela, tentando reproduzir no convívio diário entre eles, quinze ou vinte estudantes, por um período não menor do que quatro ou cinco anos, as regras sociais de formação de um cidadão. Existe em Ouro Preto um “alojamento” situado no campus do Morro do Cruzeiro [...]. A administração da UFOP, em 75/76, cedeu o espaço a estudantes de graduação, alojamento implantado nos moldes convencionais. A prática demonstrou a inadequação sistemática, condenada por estudantes, professores, administração e cultura local. [...] Esse processo cultural, tradicional, gerou inevitavelmente, um forte sentimento de repúdio a qualquer iniciativa externa contra suas estruturas formais [das repúblicas]. A instituição escolar compreendia essas raízes e mesmo durante os governos militares respeitou esta cultura local, que nunca admitiu sequer intervenção do DCE e/ou de Diretórios Setoriais [...] (CAMPOS, 1990 *apud* SAYEGH, 2009, p. 122-123).

Chama atenção o fato de o reitor afirmar que os governos militares respeitaram essa cultura local, como se essa ação emprestasse uma qualidade moral às repúblicas federais. O período dos governos militares foi o de maior crescimento do número de casas, como mostramos no trabalho, e também foi o de perseguição política de estudantes que moravam em repúblicas. Sobretudo, foi o tempo em que se garantiu, pela universidade, a continuidade e o crescimento dessa modalidade de moradia estudantil.

Em 2006, foi promovido pelo Movimento pela Democratização da Moradia Estudantil¹⁷ e noticiado pela Câmara dos Vereadores de Ouro Preto-MG¹⁸, um abaixo-assinado que pedia o fim da política de autogestão das repúblicas federais e o controle de acesso a essas moradias a partir de políticas socioeconômicas. Em 2009, uma ação do Ministério Público Federal pediu o fim da autonomia das repúblicas federais e cobrou da UFOP que fosse a responsável por gerenciar as repúblicas¹⁹.

Em relatório apresentado pela Controladoria-geral da União de 2015²⁰, citado anteriormente, foram assinaladas possíveis situações problemáticas sobre a vida nessas

¹⁷ O Movimento pela Democratização da Moradia Estudantil foi uma organização criada por iniciativas de estudantes da UFOP que discutia as formas de acesso à moradia estudantil.

¹⁸ Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287:carta-deprincipios-do-movimento-pela-democratizacao-da-moradia-estudantil&catid=62:outros>. (Acesso em: 19 abr. 2020.)

¹⁹ MARTINS, Eugenio. *O Tempo*, Belo Horizonte, 29/05/2009. MPF quer fim da independência das repúblicas de Ouro Preto. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/mpf-quer-fim-da-independencia-das-republicas-de-ouro-preto-1.265106>>. (Acesso em: 13 mai. 2020.)

²⁰ Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9312.pdf>>. (Acesso em: 10 mai. 2020.)

repúblicas estudantis, como:

a forma de admissão, trotes, possível tratamento degradante aos candidatos, consumo de álcool, vagas ociosas, utilização de imóveis públicos para atividades com cunho comercial, controle exercido pela UFOP sobre as atividades das repúblicas. Algumas delas são motivos de delação/acompanhamento por parte dos Ministérios Públicos Estadual e Federal²¹.

Sobre o argumento de que as festas e os pacotes de hospedagem serviriam para custear gastos de manutenção das casas, o relatório concluiu sobre a insuficiência da fiscalização e da prestação de contas:

com relação às autorizações para a realização de festas e/ou albergar convidados, foram observadas falhas no processo, tais como ausência de aprovação expressa da Proad nos processos de prestação de contas, tais como deficiência na comprovação das despesas. Além disso, a análise dos processos de prestação de contas pela Auditoria Interna é inadequada, tanto do ponto de vista de constituir-se em ato de gestão, quanto pela cobertura reduzida no universo dos processos de prestação de contas, dada a capacidade operacional do setor²².

Novamente, em janeiro de 2020, o Ministério Público Federal apresentou ação civil pública que questionou as formas de acesso à moradia nas repúblicas federais²³.

As controvérsias sociais e institucionais sobre o uso do patrimônio público marcam a história das repúblicas, principalmente a partir da expansão da UFOP e das mobilizações pela redemocratização do país. Mostraremos, no segundo capítulo, como se deu a formação dessas casas e defenderemos que houve influência da EMOP na consolidação de tal processo.

²¹ Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9312.pdf>>. (Acesso em: 10 mai. 2020.)

²² Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9312.pdf>>. (Acesso em: 10 mai. 2020.)

²³ MAZZOCO, Heitor. MPF entra com ação civil para UFOP adotar critério de seleção em repúblicas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 30/01/2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/aparte/subscription-required-7.5927739?aid=1.2290787>>. (Acesso em: 14 abr. 2020.)

1.2 A construção das entrevistas

Por se tratar de uma pesquisa com objeto contemporâneo, o uso da metodologia de história oral se faz relevante e necessário para que seja possível apreender aspectos da vida diária nas repúblicas federais de Ouro Preto-MG. A história oral é entendida como um meio de conhecimento e não um fim em si mesmo. Assim como o trabalho com fontes e documentos escritos é feito por nós, historiadores, a partir de pressupostos de crítica e método, da mesma forma são os tratamentos aos testemunhos orais, fontes repletas de questões e significados (PORTELLI, 1997). Entendemos que os testemunhos orais são produtos, antes de serem fontes. Para Joseph Morsel (2000), as fontes²⁴ são um reflexo do passado que nos diz o que quer e o que pode.

Ao fazer uma análise crítica das fontes no nosso caso, especificamente dos testemunhos orais, não buscamos apenas as questões relacionadas ao nosso objeto específico, mas nos prestamos a entender também os diversos traços sobre o cotidiano do passado que os testemunhos podem trazer. Inserimos, na nossa narrativa, o contexto de cada entrevistado (em relação à época estudada e ao momento da entrevista), para auxiliar na compreensão e na construção da memória. Essas estratégias são parceiras no enfrentamento dos desafios que as fontes e a metodologia escolhida oferecem ao pesquisador.

O gênero testemunhal se estabelece como uma experiência cognitiva feita de corpo presente (viu-se e ouviu-se algo que, agora, se transmite sob forma escrita ou oral). Ao pesquisador, como interlocutor, cabe o trabalho de compreensão sobre os diálogos que o testemunho suscita e de como o sujeito dessa narrativa abarca o real e se encarrega dele, com a consciência das múltiplas formas de objeções e dos problemas possíveis no ato da interlocução e da contação de memórias.

Desafio importante que nos afligiu durante a pesquisa e que encaramos na escrita, carregada, talvez, por um sentimento de responsabilidade, diz respeito ao que nomeamos (possivelmente com injustiça a outras metodologias) de faceta afetiva da metodologia de história oral – a retribuição aos entrevistados. Como lidar com a responsabilidade de sermos guardiões da memória daqueles que nos cedem entrevistas e registro pessoais? De que maneira

²⁴ Muito embora as reflexões de Morsel (2000) estejam relacionadas às fontes escritas, a utilizamos aqui como parte da nossa reflexão sobre as fontes orais.

é possível retribuir aos entrevistados? Ou, pelo menos, não os prejudicar? Como ser digno de ouvir, guardar e interpretar as suas memórias? E se o trabalho final não atender às expectativas dos entrevistados? Geralmente, um processo de pesquisa com história oral se inicia com a aproximação entre entrevistador e entrevistado, em que o primeiro faz a busca e o convencimento, para que o segundo o receba – presencialmente ou virtualmente, como foi o caso da maioria de nossas entrevistas. A partir desse convencimento, temos acesso a uma documentação extremamente pessoal, a memória de cada um, que talvez nunca tenha sido exposta. Ao final do processo nos perguntamos: seremos capazes de retribuir? Como? Precisamos retribuir? Como esse sentimento se relaciona com a objetividade científica do trabalho?

Questões éticas sobre como lidar e interpretar documentações perpassam os trabalhos acadêmicos de forma geral. Contudo, para a metodologia de história oral, esses desafios são essencialmente centrais (ZANGELMI, 2016). No caso da nossa pesquisa, essas inquietações surgem pelo fato de os entrevistados terem feito parte de um momento político, a ditadura civil-militar, e de uma experiência de moradia, as repúblicas federais, que estão ainda no centro de muitos debates marcados, principalmente, pela polarização das posições.

Além desses fatores por nós mencionados, o uso político de narrativas sobre o passado ditatorial brasileiro tem ocupado amplamente o debate público. Em todas as entrevistas realizadas com o grupo temático, nossos entrevistados parabenizaram o trabalho, o conteúdo e se sentiram, de antemão, agradecidos por participarem e terem suas memórias transformadas em história. Esse agradecimento cria a justa expectativa de que o trabalho final devolva exatamente isso, parte da história de militância de cada um. Não é possível atravessar esses dilemas éticos por meio do mero repertório metodológico, conforme apontado por Zangelmi (2016, p. 145):

apesar de geralmente os pesquisadores estarem focados na validade dos estudos para si e seus pares ou, na melhor das hipóteses, para a sociedade em geral, uma relação de comprometimento com os entrevistados coloca em evidência a necessidade de pensarmos o valor dos nossos trabalhos para aqueles que se dispõem a colaborar. Nem a culpa, nem o alheamento parecem respostas adequadas, é importante a reflexão sobre caminhos alternativos.

Ao escolher nosso tema e nossos entrevistados, o fizemos com o intuito de contribuir para a constante construção de espaços democráticos, de forma objetiva, em que se

compreenda a rede de relações que envolvem os contornos de toda história.

A história oral tem as relações de confiança entre entrevistador e entrevistado como elemento metodológico central e essa confiança depende do comprometimento do pesquisador, o que pode significar um risco para a validade acadêmica de seu trabalho. Assim, por um lado, o pesquisador tem a necessidade ética de não prejudicar aqueles de quem pede ajuda em sua pesquisa e, por outro, precisa evitar que seu estudo se torne apenas uma obra panfletária, que nada acrescenta em relação ao discurso político do movimento (ZANGELMI, 2016, p. 145).

Essas reflexões se tornaram atitudes em nosso trabalho. Os nomes dos entrevistados estão referenciados em comum acordo, e esperamos que as vozes relatadas possam chegar à sociedade, para que as discussões que narramos ajudem nas reflexões do presente sobre as repúblicas federais, a moradia estudantil e a democratização dos espaços.

Nosso trabalho está composto por 13 entrevistas primárias (ver Apêndices), realizadas em momentos diferentes. Em 2016, para a mobilização de trabalho acadêmico, realizamos duas entrevistas, que chamamos de exploratórias. Nos anos de 2019 e 2020, realizamos as entrevistas que chamamos de temáticas. Para as duas entrevistas exploratórias, buscamos indivíduos que viveram em Ouro Preto-MG na época estudada, como estudantes das escolas superiores e moradores da cidade. Nossa intenção era buscar informações que nos ajudassem a compor nosso objeto que, até então, estava focado na história das repúblicas federais durante a ditadura civil-militar. Entrevistamos, nessa ocasião, Jarbas Eustáquio Avelar e Maurílio Torres. Ambos haviam sido estudantes da EMOP, e Jarbas também foi morador de uma república chamada Sparta, que ainda existe. A república é de direito privado, mas foi adquirida por meio de doação à associação das repúblicas da EMOP, por isso, guarda muitas semelhanças com a dinâmica das repúblicas federais. Maurílio Torres nasceu em Ouro Preto-MG, trabalhou como jornalista e era filho de Salatiel Torres, importante político e professor ouro-pretano, que ocupou o cargo de diretor da EMOP.

Com o nosso objeto definido, estudar os embates do movimento estudantil durante a abertura política focado nas repúblicas federais, buscamos pessoas que haviam vivido o período e protagonizado essas lutas, para compor experiências que pudessem significar dados qualitativos ao trabalho. Além da vivência direta, procuramos também pessoas que tinham contato com o movimento estudantil e com a cidade para que pudessem fornecer uma visão das repúblicas federais experienciada de fora delas. Sob a posse dessa proposta e da nossa pesquisa

preliminar, buscamos narrativas sobre a “Libelu” que, em muitos momentos de nossa pesquisa, apareceu como uma tendência política importante em Ouro Preto-MG.

A figura de Francisco Chaves de Resende, que chamamos de Chico, nos foi indicada efusivamente, como uma importante liderança estudantil em Ouro Preto-MG. Chico foi estudante de Farmácia, chegou à cidade em 1975 e foi morador da república Maracangalha, até se formar em 1981. Atuou como diretor do Centro Acadêmico Livre da Escola de Farmácia e foi uma das lideranças da “Libelu”. Infelizmente, ele já faleceu e, por essa razão, reconstruímos sua narrativa a partir de dois depoimentos principais. Primeiro, o de sua irmã, Maria Leônia Chaves de Resende, que, atualmente, é professora de História na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e, na época, acompanhou alguns momentos do irmão na militância em Ouro Preto-MG, além de ter sido ela própria ativa militante.

Na sequência, entrevistamos a professora da Universidade de São Paulo (USP), Kátia Schelin da Costa Primavera, grande amiga de Chico, companheira de militância desde 1978, quando o conheceu na ocasião em que foi a Ouro Preto-MG ministrar um curso na Escola de Farmácia, e com quem Chico trocava impressões e discussões políticas e intelectuais. Kátia chegou a se hospedar na república Maracangalha algumas vezes. Entrevistamos, ainda, dois integrantes da “Libelu” que formavam, com Chico e outros colegas, o grupo de atuação da tendência. Helvécio Lopes de Faria é mais um dos membros, foi estudante da Escola de Farmácia, militante da “Libelu” mesmo antes de chegar a Ouro Preto-MG e se formou morando na república federal Pronto Socorro. Rafael Chaves de Resende, irmão de Chico, também foi militante da “Libelu”, companheiro de turma de Helvécio e morou, durante todos os anos em que cursou a graduação, na república federal Pronto Socorro. Ambos chegaram à cidade em 1978. Entrevistamos também Marcondes de Oliveira e Souza, estudante de Farmácia da turma de 1979 e morador da república Maracangalha, onde dividia a habitação com Chico. Marcondes e seu colega de quarto eram politicamente antagônicos no movimento estudantil, mas conviveram harmoniosamente, de acordo com ele. Israel José Barbosa, estudante da EMOP e ex-morador da república Castelo dos Nobres também foi entrevistado. Ele foi diretor do Diretório Acadêmico da EMOP, na gestão de 1976 e, como se lembra, conviveu com a “Libelu”, que considerava como um grupo de militância radical.

Na busca por pessoas de Ouro Preto-MG que viveram o período e que possuíam relação com o movimento estudantil, fizemos entrevistas com Gildésio Raimundo dos Santos e com Maria Madalena de Souza e Santos. Ambos são casados desde 1975, e moram na mesma casa até hoje, localizada no bairro Pilar, ao lado de algumas repúblicas federais. Além de

vizinhos das repúblicas, Maria Madalena havia sido estudante de História e Gildésio, um alfaiate, ofício que aprendera com seu pai e que lhe permitiu atender a diversos alunos e professores da EMOP e da Escola de Farmácia. Entrevistamos também Márcia da Conceição Valadares, nascida em Ouro Preto-MG e que atuou no movimento estudantil secundarista. Outra moradora e participante de algumas ações do movimento estudantil entrevistada foi Mônica Versiani Machado, que, durante sua adolescência, frequentava algumas repúblicas federais. Ainda como parte do trabalho, fizemos um levantamento sobre o debate mais recente em torno das repúblicas federais. Realizamos, por essa razão, uma entrevista com Kenji Sousa, morador da república Castelo dos Nobres, em 1992, estudante de Engenharia Geológica e de Engenharia de Minas na EMOP.

As entrevistas realizadas entre 2016 e 2019 foram presenciais, com o auxílio de um gravador e de um bloco de anotações. Elas foram realizadas na casa dos entrevistados, com exceção de Jarbas Avelar, que nos recebeu em um hotel do qual é proprietário, em Ouro Preto-MG. Todas as entrevistas foram previamente combinadas com os entrevistados, que definiram a hora e o local mais adequado. Já as entrevistas realizadas em 2020 (em alguns casos, os contatos se estenderam até janeiro de 2021), devido às condições impostas pela pandemia da Covid-19, foram feitas pela internet, com o recurso das chamadas de vídeo ou de aplicativo para reunião on-line.

Além de apresentar nossos entrevistados, entendemos como essencial a reflexão sobre o momento em que as entrevistas foram realizadas, que reflete as circunstâncias políticas marcantes da experiência recente do nosso país. Fazemos referência, em 2016, ao processo de impedimento sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e, em seguida, em 2019, ao primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro. Em 2020, no segundo ano desse governo, nos surpreendemos pela pandemia de Covid-19. A seguir, apresentaremos aspectos relacionados aos contextos de nossas entrevistas e aos desafios de realizar os encontros por meio de videochamadas.

1.3 A memória como afirmação da identidade

A memória também age como um componente forte de legitimação de uma identidade ideológica. Como dito, a discussão sobre a conjuntura política esteve presente em todas as entrevistas realizadas, mesmo quando o entrevistado não era diretamente questionado a se posicionar politicamente. Em 2016, o debate sobre o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue em 2014²⁵, ainda era bastante presente e o projeto foi extremamente apoiado pelo então governo federal de Dilma Rousseff. Estávamos sob o lastro de uma investigação recente sobre os crimes do Estado ditatorial, que apontou para culpados e torturadores, e que reconheceu desaparecidos políticos. Era possível afirmar a existência de um passo em relação ao necessário acerto de contas do país com o passado da ditadura civil-militar e com os crimes por ela cometidos. Já em 2019, vimos crescer, por parte do governo federal do presidente Jair Bolsonaro, a presença do discurso negacionista sobre a ditadura²⁶, oposto ao esforço do governo de Dilma Rousseff. Em 2020, observa-se o incentivo crescente a leituras negacionistas sobre o passado, em que pesam posturas relativistas sobre a violência cometida pela ditadura, em conjunto com uma série de outros negacionismos, especialmente ligados às formas de combate à pandemia. A negação passou a ser uma forte ferramenta política. No debate público, a defesa da ditadura civil-militar sem maiores constrangimentos é constante, já que o próprio presidente assim o faz.

O pessoal é também impessoal. Entendemos que, além das diferenças individuais de cada entrevistado, a subjetividade e o contexto político do país influenciam a formação dos testemunhos oferecidos. Não se trata de pensar a memória como uma construção feita no presente, mas de uma disputa de narrativas de um passado que ainda persiste, em que momento político oferece condições para que ressurgam sem constrangimento, ou para que sejam combatidas e enfrentadas. Nos referimos à memória social como um componente importante na construção dos testemunhos orais. Ou seja, a percepção da memória como um fenômeno

²⁵ A CNV foi criada pela Lei nº. 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014, pela Medida Provisória nº. 632. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. (Acesso em: 9 ago. 2019.)

²⁶ Verificamos essa postura em diversas manifestações do presidente a respeito do tema ditadura militar. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>. (Acesso em: 10 dez. 2019.)

primeiramente coletivo, que possui a interferência dos grupos e quadros sociais em que o indivíduo está inserido e, sendo assim, a memória individual é sempre parte de memórias coletivas (HALBWACHS, 1990).

Nesse sentido, a experiência social presente pode ser responsável por produzir as condições para que as memórias se estabeleçam ou se fortaleçam como legítimas. Na reflexão sobre os usos políticos de narrativas sobre o passado, a memória coletiva apresenta muito mais relevância devido ao exercício de sua função do que à sua construção. Como coloca Pollack (1989, p. 6):

estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

A reconfiguração da atmosfera política pode permitir a ascensão de narrativas que estiveram sempre presentes, mas silenciadas. E o silêncio não é ausência de memória. Com Pollack (1989), o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente impõe ao excesso de discursos oficiais. Além disso, a história oral, como uma ferramenta que se baseia na memória, serve também, como coloca Portelli (1997), para questionar interpretações consolidadas.

A historiografia sobre a ditadura civil-militar no Brasil está pacificada em relação ao caráter golpista, violento e autoritário dessa experiência. No entanto, fora dos muros da academia, formas interpretativas para relativizar o período ditatorial que favorecem as leituras negacionistas têm ganhado espaço no debate público. A falta de rigor institucional na punição aos crimes do Estado, caracterizado pela Lei de Anistia, é o terreno sobre o qual essas “batalhas de memória” ganharam espaço (PEREIRA, 2015).

Importa também pensar sobre uma produção acadêmica que fecha o tema em uma redoma binária de bem e mal, sem alcançar as complexidades do período. A ausência de debates que exponham as contradições e os paradoxos da ditadura, sob o medo de parecerem elogiosos, pode ser uma ferramenta para que essas complexidades e esses paradoxos sejam utilizados

como frestas por onde passam a luz da construção dos negacionismos. O fato de a historiografia democrática ter vencido a narrativa sobre o golpe de 1964 não significa que esse tema estava superado ou aceito da mesma maneira pela sociedade brasileira, nem como memória e nem como projeto político.

Essa consideração não nos faz perder de vista que, ao retratar um período ditatorial, com o uso da história oral, as entrevistas trarão consigo as características de regimes autoritários e de estados de exceção, como a censura e a produção de narrativas que, por meio da exposição seletiva de informações, elogiam a si mesmas. Os órgãos de censura do Estado brasileiro no período ditatorial estiveram a serviço de pautar, nas mídias e em manifestações artísticas, uma narrativa completamente enaltecida do próprio regime. Por isso, a construção da memória coletiva e seu entendimento devem ser feitos levando em consideração a ideologia sob a qual estavam expostos os sujeitos históricos – em consonância com a situação política e em relação à resistência. Além disso, a produção historiográfica a respeito da ditadura encontra barreira ainda pouco superada em relação ao acesso à documentação. Grande parte do acervo documental sobre o período não está acessível publicamente, portanto, a garantia da memória e da verdade está, em grande parte, condicionada a uma disputa entre memórias sobre uma época, cujo principal agente formador das narrativas (o Estado ditatorial) controlava o que seria dito ou não dito à população. Por essas razões, além de buscarmos os testemunhos para a realização do trabalho, procuramos também entender o lugar de onde vem a fala dos nossos entrevistados.

As entrevistas realizadas em 2020, com a ascensão solidificada do governo Bolsonaro (nos referimos às pesquisas de satisfação ao seu governo, com resultados positivos), revelaram um reflexo da situação social da grande polarização política do país. A maioria de nossos entrevistados fez questão de se posicionar contra o governo. Demonstravam que falar sobre suas memórias e sobre o movimento estudantil era também uma forma de tentar recriar ou reviver a luta de resistência contra as violências e os ataques à democracia. Foram entrevistas aguerridas, como uma conclamação para que os jovens de hoje realizem novamente uma luta por resistência.

Uma fala muito comum foi a de que, hoje, as mobilizações políticas não são tão fortes e organizadas como já haviam sido. Curioso notar, no entanto, que, nas mesmas falas, nossos atores também reconhecem que a mobilização política organizada no período em que atuavam no movimento estudantil também alcançava uma minoria entre os estudantes. Por outro lado, alguns entrevistados se posicionaram a favor do governo. Não o fizeram claramente,

mas destacaram posicionamentos conservadores e, algumas vezes, reacionários. Esses posicionamentos vieram sempre justificados, quase junto a um pedido de desculpa, mas, ao mesmo tempo, um posicionamento considerado legítimo, que não deixaria de ser dito. Ouvimos, durante as entrevistas, algumas relativizações da violência da ditadura, como a afirmação de que a violência só atingia quem era realmente merecedor.

Evidentemente nosso trabalho não se fará como uma “disputa de torcida organizada” em lados da história que mereçam um vencedor. Entender os contornos da memória é necessário para nosso método de narrativa e interpretação. Buscamos uma narrativa que não se guia por um produto teleológico, mas pela interpretação e apresentação das fontes que utilizamos, que, ao fim, podem, inclusive, trazer mais questionamentos do que conclusões, evidência do caráter inconclusivo da história (SCHWARCZ, 2012).

Outro desafio relacionado a compreender as maneiras de lembrar o passado foi colocado pelas condições em que foram realizadas as entrevistas. Muitas vezes, as circunstâncias que envolvem o momento da entrevista podem se sobrepor ao depoimento e incidir indubitavelmente sobre seu andamento e conteúdo (ALBERTI, 2013). Em nosso trabalho, a maior parte das entrevistas foi feita de maneira remota, com a utilização de aplicativos de videochamada, devido às condições impostas pela pandemia da Covid-19, que reiteram a importância do distanciamento e do isolamento social. As entrevistas feitas de forma presencial trouxeram um componente de confiança e certa intimidade, o que contribuiu positivamente para as narrativas dos entrevistados, que estavam à vontade e falavam com mais, digamos, fluidez. As quatro entrevistas presenciais foram feitas em locais escolhidos pelos próprios entrevistados, com hora e duração determinada por eles. Acreditamos que essa dinâmica faz com que os encontros já iniciem com um vínculo de confiança que incide positivamente no conteúdo da narrativa.

As entrevistas realizadas por videochamada possuíam uma carga de formalidade mais difícil de ser perpassada. Era como se estivessem, de antemão, atribuindo a si mesmos uma responsabilidade manifesta, formal e solene. A formalidade e solenidade da entrevista foi percebida em ambos os casos, mas o esforço para criar uma atmosfera de tranquilidade, respeito e confiança, com os encontros por videochamadas, foi maior. Além disso, o caráter oficial ou protocolar foi mais hermético. Entrevistado e entrevistador não se olham diretamente, não compartilham espaço físico, não se comunicam com a presença física. O vínculo estabelecido pela videochamada é muito mais cortês e com menos possibilidades de interação e cumplicidade. Ao mesmo tempo, também abre novas possibilidades e pode trazer mais

facilidades. Por exemplo, os horários das entrevistas foram mais elásticos. A facilidade de comunicação on-line trouxe a maior possibilidade de encontros virtuais e o contato estabelecido por aplicativos de mensagens fez com que o momento da entrevista fosse sucedido por outras inúmeras trocas espontâneas com os entrevistados.

Entendemos que o desafio no processo da entrevista é o estabelecimento de confiança e cumplicidade entre os agentes envolvidos. Por isso, optamos pela possibilidade de realizar mais de um encontro, nas entrevistas presenciais e remotas, com o intuito de que o bom vínculo fosse estabelecido e para que o engajamento na recriação da narrativa sobre o passado fosse de ambos (ALBERTI, 2013). Realizamos um encontro para a preparação para a entrevista, como nossa apresentação, amostragem do trabalho e questões investigadas, além de buscarmos compreender elementos da história de nossos entrevistados. Depois, realizamos a entrevista temática semiestruturada e seguimos com outros encontros suscitados por novas questões trazidas pelas entrevistas. Foram muitos encontros virtuais e presenciais na construção de um diálogo informal e honesto.

2 AS REPÚBLICAS NA HISTÓRIA DE OURO PRETO-MG

Em Ouro Preto-MG, em todo 21 de abril, quando há a cerimônia de transferência da capital do Estado, por um dia, escutamos, pelas ladeiras, o absurdo que é fecharem a praça central da cidade para abrigar a cerimônia de entrega das medalhas da Inconfidência, algumas de honras bastante duvidosas pela população. Se trata de uma solenidade que atribui honrarias a personalidades que tiveram papel importante em âmbito nacional ou mineiro. São três tipos de medalhas, e a da Inconfidência é a mais prestigiosa. Os protestos realizados por organizações sindicais, geralmente ao lado da praça Tiradentes, são comuns e acolhem aqueles que querem denunciar a encenação controversa que ocorre em memória aos inconfidentes, quando destinam homenagens a pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do país. As ações diretas no local foram usuais durante a ditadura e organizadas com o apoio do movimento estudantil²⁷. Para Nilmário Miranda²⁸, no 21 de abril de 1966 foi gestado, em Ouro Preto-MG, parte do movimento que se organizaria para a reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE). Como era uma solenidade para reafirmar a ditadura civil-militar, constituía também um momento que os estudantes utilizavam para se manifestar contra o governo²⁹.

Eu moro nessa cidade, Patrimônio da Humanidade e sede de escolas superiores do país, a Escola de Farmácia e a Escola de Minas, ambas criadas ainda durante o período imperial. É comum que, nas repúblicas federais, trabalhem mulheres que realizam os serviços domésticos. São chamadas, pelos estudantes, de “comadres” e muitas são da periferia de Ouro Preto-MG. O trabalho de “comadre” costuma se perpetuar nas famílias, o que faz com que mãe,

²⁷ Muitos políticos investigados por crimes de corrupção já foram agraciados com as medalhas, o que impulsiona muitos protestos. Interessante notar como a cerimônia também pode seguir o clima político da época. Por exemplo, em 2015, Hécio Pereira Fortes (*in memoriam*) foi agraciado com a medalha. O caso de Hécio havia sido trabalhado pela Comissão da Verdade de São Paulo, em agosto de 2013. Nascido em Ouro Preto-MG, foi grande liderança da resistência à ditadura na cidade. Era estudante da antiga Escola Técnica e mobilizava o movimento estudantil. Foi, depois, militante da Ação Nacional Libertadora, em Contagem-MG e em Belo Horizonte-MG. Foi torturado e morto pela ditadura, em 28 de janeiro de 1972. O caso de Hécio foi discutido em audiência pública como um dos trabalhos da CNV, em 2013. Como forma de reparação, recebeu a medalha do governo de Fernando Pimentel, em 2015. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/helcio-pereira-fortes/>>. (Acesso em: 7 jan. 2021.)

²⁸ Nilmário Miranda é um político mineiro de grande destaque no cenário nacional. Durante a ditadura civil-militar, permaneceu preso por três anos. Ocupou as cadeiras de deputado federal e estadual, é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

²⁹ Nilmário Miranda. Entrevista cedida a Otávio Luiz Machado em 07/02/2003. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/03/depoimento-de-nilmario-miranda-otvio.html>>. (Acesso em: 7 jan. 2021.)

filhas, sobrinhas e tias se sucedam na ocupação doméstica das repúblicas.

A escola estadual em que leciono foi fundada em Ouro Preto-MG há, aproximadamente, 100 anos. Atualmente, oferece as modalidades de Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitos dos alunos, maioria nascida e criada na cidade, têm seu direito à moradia complementado por meio do aluguel social, subsídio do programa Auxílio Moradia, ou são beneficiários do programa Bolsa Família. São raros os alunos e alunas da minha escola que ingressam na UFOP após concluírem os estudos do ensino básico. Por outro lado, é comum que, nas famílias dos meus alunos, tenham “comadres”. Da mesma maneira, é comum que não conheçam ou não se apropriem do patrimônio da cidade como algo que os forma como sujeitos – é como se não fizessem parte da cidade-patrimônio, mas de outra cidade. Quando o programa de Educação em Tempo Integral era uma política educacional do Estado e os professores construía o currículo, umas das disciplinas ofertadas era a de educação patrimonial, que tinha o objetivo de refletir pedagogicamente sobre essas questões e incentivar os alunos a ocuparem os espaços da cidade.

Como parte da minha formação acadêmica, concluí o curso de Gastronomia pelo Instituto Federal Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto. Meu trabalho de conclusão intitulou-se *Um ingrediente barato do turismo gastronômico: a sindicalização simbólica e a precarização dos trabalhadores do centro histórico de Ouro Preto* (FRANZONI, 2018). Além de professora da rede estadual, trabalho como cozinheira. Sou uma dentre tantos professores do ensino básico da rede pública que têm outras fontes de renda. Trabalho em bares, restaurantes e em hotéis da cidade há, aproximadamente, 10 anos e, muitas vezes, encontrei alunos e alunas, mães e pais de alunos como colegas de trabalho. Sempre que estou em alguma cozinha alguém ali fará parte, direta ou indireta, do meu universo escolar. Durante minhas experiências como cozinheira, ficaram e ainda ficam latentes os preconceitos de gênero, os assédios morais, as práticas racistas e os preconceitos de classe. Essas violências estão presentes em diversas situações desse cotidiano de trabalho, que presencio e vivencio junto à parte da minha comunidade escolar, alunos, alunas e famílias. Nesse sentido, com as proposições de Bourdieu (2007), buscamos entender e demonstrar como as manifestações do poder estão simbolicamente alocadas em múltiplas relações sociais.

Pensando nessa cidade e nas tensões que as formam, buscamos, neste capítulo, apresentar parte da trajetória e da consolidação das repúblicas federais. Demonstramos como esse processo está relacionado com a criação de algumas escolas superiores da cidade, a Escola de Farmácia e a Escola de Minas. Notadamente, a EMOP teve maior influência na consolidação

das repúblicas, o que pode ser demonstrado pelo número maior de moradias que sempre possuiu. Veremos a relação do fundador da escola, Henri Gorceix, com o acesso à moradia pelos estudantes, e como a influência da escola foi fator importante na consolidação das repúblicas como um direito dos alunos. Buscamos a genealogia de construção das moradias e apontamos para as relações entre as repúblicas, a EMOP e seus ex-alunos.

2.1 As repúblicas e o termo

Para a escrita deste capítulo, contamos com as nossas entrevistas, com as notícias de jornais e a produção bibliográfica acadêmica. Destacamos os trabalhos que se debruçaram sobre esse tema, que serviram de grande valia para a escrita da nossa investigação e com quem dialogamos: a dissertação de mestrado de Liliane Márcia Lucas Sayegh (2009), em que a autora discute processos de urbanização de Ouro Preto-MG, em relação à expansão universitária; e a tese de doutorado de Letícia Pereira de Souza (2020), que discutiu a relação entre a moradia estudantil e o processo de integração na vida acadêmica do estudante. Destacamos também o extenso trabalho acadêmico de Daniel Henrique Barbosa (2005; 2012), desde sua monografia apresentada ao bacharelado até sua tese de doutorado, em que discute a construção do projeto econômico de Minas Gerais e a influência da Escola de Minas. Em suas pesquisas, o autor sugere a relação da EMOP com as repúblicas e ressalta como as formações das casas foram estratégias de sedimentação da escola em Ouro Preto-MG. Por fim, recorreremos ao extenso trabalho de Otávio Luiz Machado (2007; 2013; 2014), que, em diversos livros e artigos publicados, estuda as repúblicas federais. Destacamos a densidade de seu trabalho e a construção de um acervo de fontes (principalmente, orais) inestimáveis para o estudo do passado das repúblicas federais e do movimento estudantil.

Em relação ao emprego do termo “república”, utilizado para a designação das casas, encontramos interpretações que o explicam como uma demarcação de posição política, oposta à monarquia no Brasil (SOUZA, 2013). Segundo Machado (2007), as primeiras repúblicas surgiram no começo do século XX, quando o regime monárquico já não tinha força política no país. Assim, dotados do espírito republicano, os estudantes passaram a compartilhar as residências, com trocas de solidariedade e de afeto. Muitas das assinaturas presentes na ata de fundação do Congresso Republicano Mineiro, pertenciam a pessoas ligada à EMOP, e muitos

dos republicanos fundadores do Partido Republicano de Ouro Preto-MG estavam ligados à EMOP (COSTA, 2006 *apud* BARBOSA, 2012). Parece pertinente interpretar, portanto, a conexão entre o uso do termo e a sua simbologia política.

A terminologia também aparece como uma designação influenciada pelas moradas estudantis de Coimbra, em Portugal, e é difícil falar das repúblicas estudantis ouro-pretanas sem mencionar as portuguesas (SAYEGH, 2012). Segundo Sayegh (2012), as primeiras instituições de ensino brasileiras tiveram forte influência dos modelos da Universidade de Coimbra. A autora também cita um estudo que demonstra que diversos estudantes da EMOP eram provenientes de Coimbra (SAYEGH, 2012), o que sugere que o termo república tenha sido utilizado sob a influência da experiência coimbrense entre a comunidade estudantil. Na mesma pesquisa, ela explica que, em Coimbra, o termo república começou a ser utilizado pelos estudantes ainda no período monárquico, com a conotação política de apoio às contestações do sistema político lusitano.

Argumentos semelhantes estão presentes no trabalho de Letícia Pereira de Sousa (2012). A autora demonstra como aspectos da vivência estudantil ouro-pretana se assemelham às práticas estudantis em Coimbra, principalmente em relação à aplicação de trotes aos alunos novatos, chamados, na cidade portuguesa, de praxe. Em publicação de 1963, da revista do Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, encontramos uma notícia que descreve aspectos das repúblicas de Ouro Preto-MG. Nas imagens que ilustram a matéria, há a placa da república Ninho de Amor, que ainda existe, mas que, na época, ainda não era uma república federal, e a Sepulcro dos Vivos, que não existe mais. A reportagem escreveu sobre as mais de 40 repúblicas da cidade, que formam o que o texto chamou de “a Coimbra Brasileira”³⁰. Em outra reportagem, do periódico *O Jornal*, de 1945, o texto faz descrição da vida nas repúblicas estudantis e usa uma escrita irônica, em que relaciona o termo república com a resistência pela democracia³¹. Essa relação nos parece uma ironia relacionada à situação política do país, que vivia o Estado Novo, governo ditatorial de Getúlio Vargas, que atravessava uma crise e chegaria ao fim em outubro daquele ano.

As repúblicas estudantis, seriam, então, para o jornal, um bastião da república

³⁰ *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, edição 6, 16 de novembro de 1953. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=%22rep%C3%BAblicas%20de%20ouro%20preto%22&pasta=ano%20196&pagfis=146291>>. (Acesso em: 5 jan. 2021.)

³¹ MOREIRA, Neiva. *O Jornal*, As repúblicas de Ouro Preto estão sublevadas, Rio de Janeiro, edição 7.760, 15 de agosto de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=%22rep%C3%BAblicas%20de%20Ouro%20preto%22&pasta=ano%20194&pagfis=28818>. (Acesso em: 5 jan. 2021.)

nacional. Notamos a necessidade de refletir e questionar as referências e o emprego do termo república. Por mais que as casas alberguem uso diversificado do patrimônio público e seus membros possam ter relações de solidariedade e de afeto, muitas experiências foram e também são abusivas, autoritárias, machistas, personalistas e excludentes. Ou seja, contrários aos valores politicamente republicanos.

Em relação aos sistemas culturais de moradias estudantis compartilhadas que se formam como uma rede de sociabilidades, alguns trabalhos apontam para as semelhanças com outros modelos. Nesse sentido, a fraternidades constituídas nos Estados Unidos como núcleos de moradias dos estudantes formam também um sistema antigo e solidificado, assim como as repúblicas de Ouro Preto-MG. As fraternidades foram construídas, e existem até hoje, como casas compostas por grupos fechados de estudantes que residem juntos e formam uma rede de apoio e de contatos sociais. São subsidiadas pelos próprios moradores e ex-moradores. As formas de ingresso a uma fraternidade se assemelham ao processo da “batalha” descrito anteriormente. Para ingressar em uma dessas casas, o estudante deve se candidatar e será escolhido pelos atuais moradores. No processo da escolha, o candidato deve passar por uma série de ritos e tarefas cujo desempenho será analisado para o resultado (OLIVEN, 2005). Para Oliven (2005), pertencer a uma fraternidade é uma marca. Assim como nas repúblicas federais ouro-pretanas, as fraternidades mantêm uma relação entre alunos, ex-alunos e a universidade e, em um contexto em que as universidades se democratizam cada vez mais, pertencer a uma fraternidade é também uma distinção social que forma um capital simbólico, o reconhecimento de um valor social (BOURDIEU, 2007).

O debate em torno das repúblicas federais é prosaico. Quando um estudante ingressa na UFOP, logo terá uma opinião a respeito do assunto e saberá dizer se concorda ou não com o sistema republicano. Parte das histórias dessas repúblicas pode contribuir para essa agenda e também para refletir sobre como alguns argumentos utilizados apaixonadamente em defesa das repúblicas esbarram em narrativas que questionam o passado. Na discussão recente em torno dessas casas é muito comum o argumento de que são parte do patrimônio, que ocupam imóveis antigos e tradicionais que, de fato, integram, em parte, o conjunto patrimonial oficial. Evidenciamos, na investigação, que a maior parte dessas casas foi criada quando a EMOP e a Escola de Farmácia já contabilizavam mais de 100 anos, o que contraria parte da justificativa usual. Buscamos demonstrar como a tradição e a sedimentação dessas casas esteve mais envolvida com a influência e com o prestígio da EMOP.

2.2 Narrativas sobre o passado das repúblicas federais de Ouro Preto-MG

A história das moradias estudantis se entrelaça com a história das escolas superiores de Ouro Preto-MG, instituições de grande prestígio e destaque nacional. Pedro Rache, ex-aluno da EMOP e da Escola de Farmácia, que atuou como empresário, escritor e deputado federal durante a primeira metade do século XX, descreve sua chegada do Rio Grande do Sul, em uma república, em Ouro Preto-MG, no final do século XIX:

noite fechada quando chegamos a Ouro Preto, depois de sofrer 16 horas num banco sem grande comodidade. Smich aguardava-nos na estação. A república do Pilar 27, onde moravam os poucos estudantes riograndenses da terra, era o nosso destino provisório. Situava-se mais ou menos a 500 metros da estação da Central, e o caminho de ligação desenvolvia-se em terreno plano de amplo vale, beirando um pequeno córrego (RACHE, 1958 *apud* MACHADO, 2013, p. 121).

Essa citação nos interessa para demonstrar a presença da denominação das casas de estudantes como república, desde muito cedo. Encontramos referências a repúblicas estudantis também no livro de Davi Dequech (1984), em que o autor faz menção à república do Pilar e à república Bastilha (hoje, uma república federal criada em 1982), como casas que abrigavam estudantes gaúchos em Ouro Preto-MG, na primeira década do século XX. Também sobre Pedro Rache, o ex-estudante, ao final de sua trajetória na EMOP, em 1901, recebeu um prêmio estipulado por Dom Pedro II quando visitou a escola, e que consistia na cessão de uma viagem à Europa para o aluno que se formasse com o melhor desempenho (RANGER, 2012).

A EMOP surgiu de um esforço e da articulação de Dom Pedro II, ainda durante o Brasil imperial. Sensibilizado pela indicação dos estudos geológicos na região e pela demanda da articulação política mineira para que fosse criada uma escola focada em tais estudos, o imperador organizou a estruturação de uma escola de estudos geológicos em Ouro Preto-MG (BARBOSA, 2012). Henri Gorceix foi o engenheiro que, em 1876, a convite de Dom Pedro II, planejou a formação de uma Escola de Minas em Ouro Preto-MG. Ele mesmo, criado em uma família pobre, havia sido aluno bolsista da Escola Normal Superior de Paris, e teve toda sua formação custeada pelo governo francês (BARBOSA, 2012). Para José Murilo de Carvalho (2002), algumas características da trajetória pessoal de Gorceix formavam parte do “espírito”

que o primeiro diretor da EMOP quis imprimir à instituição. Uma dessas características era a garantia de que a EMOP ofereceria ensino gratuito, e que os alunos de baixa renda teriam acesso a uma bolsa para custear sua permanência e sobrevivência na cidade. Seriam condições ideais para o estudo, como ele mesmo havia vivenciado.

No livro de José Murilo de Carvalho (2002), essa exigência está descrita no fragmento de um relatório enviado ao governo brasileiro, em que Gorceix sugeriu o regulamento da escola. Em um dos tópicos, ele diz sobre a necessidade de bolsas de estudos para os estudantes pobres e, em outro, sugere o ensino gratuito. Esse chamado “espírito de Gorceix” é, muitas vezes, celebrado entre os alunos moradores das repúblicas federais em Ouro Preto-MG. Apesar disso, embora o engenheiro francês tenha destacado a importância do auxílio àqueles que não conseguiriam custear a sua permanência na escola, nem sempre essa é uma questão igualmente tratada pelos moradores das repúblicas que, segundo Machado (2007), não consideram o critério socioeconômico primordial para a escolha dos moradores. O espírito ao qual se referem parece estar ligado à importância aferida por Gorceix à EMOP, como a instituição responsável pelo progresso e desenvolvimento da região, a partir da formação e da atuação de seus alunos (BARBOSA, 2012).

A relação da EMOP com o desenvolvimento da política minero-siderúrgica de Minas Gerais, observada no começo do século XX, se relaciona com a formação dos profissionais que atuavam e defendiam tal política. A EMOP era a instituição que gestava, ideologicamente, a construção da corrente de valorização da modernização produtiva da região, baseada na extração e no beneficiamento de minérios. Ela também formava, em suas salas, muitos dos responsáveis por desenvolver essas políticas para o Estado, como é o caso de Pedro Roche, industrial e político mineiro citado no início do capítulo. Desde sua criação, o investimento público na EMOP se justificava pelo retorno social que a instituição teria para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Ouro Preto-MG foi, então, um polo de formação desses profissionais e de formatação e divulgação do discurso científico, alocado na importância da política mineira siderúrgica para a industrialização, o desenvolvimento e o progresso (BARBOSA, 2012). Queremos demonstrar que a EMOP e seus alunos possuem fortes relações com a crescente elite desenvolvimentista da região. Evidente que isso muda com o passar do tempo e que apresenta conotações distintas em diferentes épocas. Carvalho (2002) relata, por exemplo, as mudanças no *status* da EMOP no decorrer do século XX e demonstra, inclusive, o que ele considera como a decadência da escola no final da década de 1970.

Buscamos discutir, neste capítulo, como a construção e a formação das repúblicas estudantis como moradias públicas possui relação com a sedimentação da EMOP na cidade, além de sua importância para o desenvolvimento econômico do Estado e a influência que a instituição galgava no campo político. A fundação e a estruturação das repúblicas têm lugar em momentos históricos distintos, algumas do início da República brasileira, outras durante a ditadura civil-militar, e outras após 1985. Não se sabe a data precisa da formação das primeiras moradias coletivas estudantis em Ouro Preto-MG, mas, por meio de relatos memorialísticos, é possível verificar a existência, ainda no século XIX, de casas ocupadas por estudantes de maneira compartilhada, como é o caso da república do Pilar, descrita no fragmento de Pedro Rache e designada como república de estudantes. Sabemos que muitas repúblicas, hoje, se vangloriam de ter décadas de história. Em depoimento a Bonfim (2019), o professor e ex-aluno Walter José Kruger, que foi estudante em meados da década de 1930, relata que a EMOP comprava os prédios, os arrumava “direitinho” e os sorteava entre os alunos para que formassem as repúblicas. O depoimento nos interessa, pois, nessa mesma época, havia intenso conflito entre os professores da instituição sobre a mudança ou não, da EMOP para Belo Horizonte-MG. Os mudancistas, como eram chamados, alegavam que a mudança para a capital garantiria o progresso e o crescimento da escola (CARVALHO, 2002).

A discussão sobre a mudança gerou intensos debates na instituição e foi justamente nessa época (década de 1940) que surgiram algumas associações com papel fundamental na aquisição de casas para os estudantes, como a Casa do Estudante de Ouro Preto, criada em 1946. Essas associações serviriam para fornecer os benefícios necessários aos estudantes e receberam recursos públicos e privados para a construção de moradias (MACHADO, 2014). Em 1953, também foi criada a Casa do Estudante da Escola de Minas, que teria o mesmo objetivo, custear moradia e auxílios para os estudantes.

O Centro Acadêmico da EMOP também foi responsável pela aquisição de novas casas, com dinheiro oriundo de doações de ex-alunos. Embora fossem associações sem fins lucrativos e recebessem recursos privados e públicos, as casas eram de direito privado e algumas delas só passariam a integrar o patrimônio da UFOP em 1975, quando a Casa do Estudante de Ouro Preto transferiu sete repúblicas para o patrimônio da UFOP: Tabu, Canaan, Quitandinha, Sinagoga, Consulado, Verdes Mares e Pif-paf. De acordo com Machado (2013), a transferência se deu em razão das dificuldades de manutenção dessas casas. Muitos dos recursos destinados à aquisição dos imóveis foram oriundos de ex-alunos, em um esforço para que a cidade de Ouro Preto-MG tivesse condições de abrigar os estudantes (MACHADO,

2014). É desse movimento que se fortalece o vínculo entre ex-alunos, alunos e EMOP (BARBOSA, 2003).

Na reportagem da revista *O Cruzeiro* (1963) já citada, está descrito que alguns estudantes “mais felizes” moravam de graça em casas da EMOP. O texto segue com a afirmação de que as casas são “exclusivas dos alunos do célebre estabelecimento, onde se formaram vários dos mais famosos técnicos (geólogos, metalúrgicos, petrógrafos etc.) e numerosos dirigentes industriais da atualidade brasileira”³².

Algumas repúblicas citadas no texto ainda existem, como Arca de Noé, Formigueiro, Necrotério, Ninho do Amor, Poleiro dos Anjos e Saudades da Mamãe. Dessas, apenas a Necrotério e a Arca de Noé não são de direito público, embora se intitulem como repúblicas federais. Em reportagem de 1956, do jornal *Tribuna da Imprensa*, Ana Verônica Mautner descreveu a vivência de estudantes nas repúblicas de Ouro Preto-MG. A notícia também cita nomes de repúblicas que existem até hoje, como Consulado, Vaticano, Pureza e Reino de Baco (somente a Consulado é uma república federal atualmente). Algumas repúblicas pertencem, ainda, à Fundação Casa do Estudante da Escola de Minas e à Fundação Gorceix³³ (Arca de Noé, Formigueiro, Hospício, Pureza, Reino de Baco, Serigy, Sparta, Vaticano e FG). Essas casas, embora se denominem como repúblicas federais, não entraram em nosso trabalho, pois estão ligadas a associações de direito privado e não são responsabilidade da UFOP. Apesar disso, é comum, na cidade, que essas casas sejam consideradas como repúblicas federais, por compartilharem valores e organização similar, além de uma longa trajetória. Além disso, notamos como o *status* de república federal é almejado por algumas delas, que não propagavam ou propagam que não são federais.

Sobre as repúblicas, Mautner (1956) descreve que as casas foram adquiridas pelo Centro Acadêmico da EMOP e que, à época, os estudantes pagavam a quantia de 80 cruzeiros para custear a empregada e a alimentação. No trecho intitulado “Como vivem”, a autora descreve que

³² *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, edição 6, 1963. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=%22rep%C3%BAblicas%20de%20ouro%20preto%22&pasta=ano%20196&pagfis=146289>>. (Acesso em: 8 jan. 2021.)

³³ A Fundação Gorceix é uma entidade jurídica de direito privado, criada por um grupo de ex-alunos em 1960, cujo objetivo é amparar alunos da EMOP. Disponível em: <<http://site.gorceixonline.com.br/historia>>. (Acesso em: 9 jan. 2020.)

foram apenas três: Pronto Socorro, Maracangalha e Mixuruca.

A seguir, apresentaremos um quadro com os nomes das repúblicas, sua capacidade total, número de vagas ocupadas e ociosas, e a data de fundação. Todas essas casas ainda existem e, no campo descrito como patrimônio, inserimos a data que se refere ao ano em que elas passaram a pertencer ao patrimônio público, primeiro, das escolas superiores e, depois, da UFOP. Essa explicação é importante, porque, em muitos casos, as repúblicas já existiam como moradias custeadas por meios privados (ou aluguel, ou custeadas pela Casa do Estudante de Ouro Preto, ou pela Casa do Estudante da Escola de Minas, ou pelo Centro Acadêmico da EMOP), como mostrado, e somente depois passaram a pertencer ao patrimônio das escolas como moradias cedidas aos alunos. Destacamos, então, o período em que se tornaram patrimônio público e não essencialmente a data de sua fundação como república.

Moradias estudantis estão presentes em todos os espaços onde há universidades, e acompanham o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, em que, comumente, os estudantes se deslocavam para estudar e utilizavam o recurso de moradia coletiva (SOUSA, 2020). A peculiaridade que investigamos reside no fato dessas moradias terem as características das repúblicas federais, espaços públicos, casas autônomas, cedidas e geridas pelos próprios estudantes.

A lista de repúblicas, a relação de residentes, de vagas e o preço médio gasto por cada morador se encontram acessíveis no *site* da UFOP³⁵. A esse quadro, já disponível, foi adicionado, por nós, uma coluna que se refere ao ano de federalização/fundação da república como patrimônio da universidade. Os dados foram obtidos, principalmente, a partir do livro de Otávio Luiz Machado (2014), cujo levantamento foi feito, em sua maioria, com depoimentos escritos por moradores ou ex-moradores das casas.

O critério utilizado para nosso levantamento é a data em que a casa passou a pertencer ao patrimônio da EMOP ou da Escola de Farmácia, e depois à UFOP, e não a data em que estudantes reunidos compartilhavam uma habitação. Insistimos nesse ponto como fundamental, pois a discussão em torno das repúblicas federais não está alocada no questionamento sobre a vida em moradias estudantis, seus benefícios e história, que sabemos ser muito antiga na cidade. A questão, como demonstrado, diz respeito ao uso do patrimônio público de forma democrática, discutido pelo movimento estudantil que investigamos. Para essa

³⁵ Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/assistencia-estudantil/moradia-estudantil/modalidade-de-gestao-compartilhada>>. (Acesso em: 11 jun. 2020.)

reflexão, a situação da moradia anteriormente não tem relevância central.

Encontramos referências às repúblicas como moradias coletivas privadas ou subsidiadas pela EMOP que datam do início do século XX, como mostrado no trabalho. No entanto, para o foco da nossa investigação, buscamos entender o processo de patrimonialização. Entendemos que a história das repúblicas e a tradição das casas possam interferir na defesa da manutenção de tal sistema, mas, para o movimento estudantil que estudamos e para o Ministério Público, atualmente, o questionamento se refere às formas de acesso e dinâmicas de moradia, que, como bens públicos, devem responder como tal.

Quadro 1: Ocupação das repúblicas federais

República	Tipo	Capacidade	Residentes	Vagas ociosas	Patrimônio
República Adegá	Masculina	10	7	3	1963
República Alforria	Masculina	18	8	10	1999
República Aquarius	Masculina	26	21	5	1969
República Arte e Manha	Mista	18	8	10	1982
República Bangalô	Masculina	10	7	3	1976
República Bastilha	Masculina	16	7	9	1982
República Baviera	Masculina	16	9	7	1965
República Bem na Boca	Feminina	10	6	4	1992
República Boite Casablanca	Masculina	12	8	4	1963
República Butantan	Masculina	8	3	5	1967
República Canaan	Masculina	13	6	7	1975
República Casanova	Masculina	11	10	1	1973
República Cassino	Masculina	12	6	6	1973
República Castelo dos Nobres	Masculina	13	6	7	1957
República Chega Mais	Feminina	11	4	7	1994
República Cirandinha	Feminina	10	8	2	1977
República Consulado	Masculina	10	6	4	1975
República Convento	Feminina	16	12	4	1982
República Cosa Nostra	Masculina	14	7	7	1989
República Covil dos Gênios	Masculina	16	8	8	1982
República Doce Mistura	Feminina	18	13	5	1982
República dos Deuses	Masculina	12	10	2	1963
República Espigão	Masculina	8	5	3	1975
República Gaiola de Ouro	Masculina	13	6	7	1977
República Jardim de Alá	Masculina	12	6	6	1965
República Jardim Zoológico	Masculina	8	5	3	1969
República Koxixo	Feminina	16	9	7	1982
República Lumiar	Feminina	16	9	7	1982
República Maracangalha	Masculina	13	8	5	1955

República Maria Bonita	Feminina	9	5	4	1987
República Marragolo	Masculina	13	9	4	1968
República Mixuruka	Masculina	7	3	4	1960
República Nau sem Rumo	Masculina	15	5	10	1968
República Necrotério	Masculina	14	6	8	1966
República Ninho do Amor	Masculina	16	6	10	1967
República Ovelha Negra	Feminina	10	11	-1	1988
República Palmares	Feminina	16	10	6	1982
República Pasárgada	Masculina	16	9	7	1982
República Patotinha	Feminina	12	11	1	1980
República Penitenciária	Masculina	16	10	6	1976
República Peripatus	Masculina	16	12	4	1982
República Pif-paf	Masculina	16	12	4	1975
República Poleiro dos Anjos	Masculina	13	6	7	1969
República Pronto Socorro	Masculina	12	9	3	1953
República Pulgatório	Masculina	16	15	1	1967
República Quarto Crescente	Feminina	18	7	11	1982
República Quitandinha	Masculina	14	6	8	1975
República Rebu	Feminina	10	4	6	1974
República Saudade da Mamãe	Masculina	12	1	11	1976
República Senzala	Masculina	16	9	7	1982
República Sinagoga	Masculina	16	6	10	1975
República Tabu	Masculina	13	7	6	1975
República Tanto Faz	Feminina	12	6	6	1987
República Território Xavante	Masculina	10	4	6	1967
República Tigrada	Masculina	16	5	11	1977
República Toka	Feminina	16	10	6	1997
República Unidos por Acaso	Masculina	18	9	9	1982
República Verdes Mares	Masculina	12	10	2	1975
República Virada pra Lua	Feminina	10	6	4	1991
República Vira Saia	Masculina	16	8	8	1982
República Xeque-mate	Masculina	16	0	16	1982

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Machado (2014) e Prace UFOP (on-line)

Para Otávio Luiz Machado (2014), historiador e ex-aluno da república federal Aquarius, esse tipo de moradia estudantil se tornou parte do patrimônio cultural de Ouro Preto-MG³⁶. Talvez este seja o maior argumento para a pertinência da continuidade do modelo de autogestão das repúblicas, a tradição e a constituição da identidade da cidade. Ele explica que,

³⁶ De fato, muitas repúblicas federais de Ouro Preto-MG ocupam casas que fazem parte do conjunto arquitetônico da cidade, que é Patrimônio Mundial da Unesco.

com a transferência da capital do Estado para Belo Horizonte-MG, em 1897, muitos imóveis na cidade ficaram ociosos e sem manutenção e, por isso, o preço de alugueis era baixo. Como consequência, relata que muitas casas foram ocupadas por estudantes para a instalação de repúblicas estudantis. Ainda segundo Machado (2014), foi justamente esse processo que garantiu a manutenção de várias propriedades que fazem parte do conjunto patrimonial de Ouro Preto-MG. Em 1975, algumas repúblicas foram apropriadas pela UFOP, porque os alunos não tinham condições de manter a casa. Em artigo da revista *O Mundo Ilustrado*, em edição de 1959, as repúblicas são descritas como casas em que oito ou 10 rapazes se estabelecem e contratam uma cozinheira. O artigo conta ainda que os estudantes estudam nos quartos “infectos” das moradias, que estavam “caindo aos pedaços”³⁷.

Essa reportagem se referiu a estudantes morando em residências malcuidadas. De qualquer forma, demonstramos, em nosso trabalho, que a maior parte das casas foi cedida aos alunos e às alunas em uma temporalidade já distante da ocasião citada pelo autor. Mesmo as casas que já haviam sido adquiridas pelas associações citadas formam um quantitativo pequeno em relação à totalidade das repúblicas federais. Em um primeiro momento, algumas casas foram ocupadas pelos estudantes, em outro, foram transferidas para a UFOP, para que a instituição assumisse sua manutenção. Assim, responsabilizar historicamente as repúblicas pela manutenção do patrimônio da cidade, a partir das moradias, não parece fazer sentido.

Em relação à patrimonialização, a república federal mais antiga, ainda em funcionamento, de acordo com a Associação dos Moradores das Repúblicas Federais da UFOP (REFOP), é a Castelo dos Nobres (MACHADO, 2013). A república passou a compor o patrimônio da EMOP em 1958 (MACHADO, 2014), quando abandonou sua condição de casa particular e passou a ocupar um imóvel comprado pela escola, reformado e entregue aos alunos (BONFIM, 2019). Mas a república Pronto Socorro (que também compõe a REFOP) tem, em seu documento de fundação, descrito que a casa foi fundada em 1953, com a aquisição de um imóvel da cidade, feita com a mediação do Diretório Acadêmico (DA) da Escola de Farmácia, como podemos ver na imagem do documento de fundação da república (ver Anexos), onde lemos que “os estudantes juntamente com o Diretório Acadêmico conseguiram juntar parte do dinheiro e outra parte foi doada pela Escola de Farmácia resultando na quantia de 4 contos de

³⁷ *O Mundo Ilustrado*. Nas “repúblicas de Ouro Preto”, Rio de Janeiro, edição 57, 1959. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=119601&pesq=%22rep%C3%BAblicas%20de%20ouro%20preto%22&pasta=ano%20195&pagfis=15708>>. (Acesso em: 6 jan. 2021.)

réis, que foi o valor pago pela casa... fundada em 1953”³⁸.

De acordo com dados da república Maracangalha, em 1955, foi autorizada, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a compra de imóvel para estudantes da Escola de Farmácia fundarem a república³⁹. Notamos que as repúblicas da Escola de Farmácia, mesmo que apresentem data de fundação anterior, não são consideradas como as repúblicas federais mais antigas pela REFOP. Essa divergência talvez se dê pelo fato de a república Castelo dos Nobres ter sido, desde a década de 1920, reconhecida como uma república de estudantes. Além disso, também pode ser uma forma de evidenciar o prestígio da EMOP como garantia dessa referência.

De toda forma, concluímos que as primeiras cessões de imóveis públicos aos estudantes ocorrem nos anos 1950, porém ainda de maneira incipiente. Machado (2013) também cita que, durante a década de 1960, houve uma sistemática compra de repúblicas para os estudantes, pela EMOP e pela Escola de Farmácia. No entanto, a Escola de Farmácia possuiu apenas três moradias destinadas aos estudantes do curso de Farmácia, como mostramos.

A transformações nas dinâmicas e nas estruturações das casas acompanham as mutações da EMOP. Na década de 1960, a Escola de Farmácia foi federalizada para a criação da UFOP. A união entre as escolas ocorreu no dia 28 de novembro de 1968 e a UFOP foi oficialmente criada em 21 de agosto de 1969, primeiro como uma fundação de direito público e, em 1972, como universidade, institucionalizada em 1979 (CARVALHO, 2002). Helvécio Lopes, nosso entrevistado, era membro do Conselho Universitário em 1979, representava os alunos da Escola de Farmácia, e assinou a ata declaratória de institucionalização da UFOP (ver Anexos). A criação da UFOP apresentou uma aceleração no número de estudantes matriculados no ensino superior, principalmente após a mudança no sistema de vestibular, quando passou a ser classificatório. Israel Barbosa relatou que, quando ingressou na UFOP em 1972, sua turma foi a primeira a entrar pelo vestibular classificatório. Nas palavras dele:

³⁸ Foto de arquivo pessoal de Rafael Marcos Chaves Resende. Documento de fundação da república Pronto Socorro, que se encontra em quadro na parede da casa. O documento é cópia de ata de reunião do DA Escola de Farmácia.

³⁹ Disponível em: <<https://www.republicamaracangalha.com.br/historia>>. (Acesso em: 28 mai. 2020.) A fonte apresentada se trata de texto do site da República Maracangalha. Até agora, tentamos cruzar os dados com outras fontes. No livro de Machado (2014), há essa mesma data. Além disso, entramos em contato com a UFOP e solicitamos o envio ou a confirmação da informação. Nos responderam que a informação de surgimento das repúblicas consta nos *sites* das respectivas moradias.

eu vi no jornal que tinha vestibular em Ouro Preto na federal e eu fiz a inscrição. Fiz a inscrição e passei. Primeiro vestibular classificatório de Ouro Preto. Porque é bom que se diga o que acontecia... Tinha nota mínima pra passar e aí a universidade adotou essa questão do vestibular classificatório... Era norma nota mínima... Nessa época que eu entrei, nós fomos a maior turma que entramos... 150 alunos... era um negócio enorme, nós entramos no vestibular classificatório (Israel José Barbosa. Entrevista cedida em 20/11/2020).

Em 13 de julho de 1971, houve a emissão do Decreto-lei nº. 66.908-7, que dispunha sobre as regras de ingresso nas universidades públicas. Entre elas, estava a obrigatoriedade de as escolas superiores adotarem o vestibular classificatório, além de as instituições serem obrigadas a ocupar todas as vagas fixadas no edital. O vestibular classificatório extinguiu a nota mínima para aprovação, o que ocasionou maior número de estudantes necessários e uma suposta modificação nas competências intelectuais dos alunos ingressos.

Nos interessa ressaltar esse fato, pois setores da congregação da EMOP resistiram à ampliação do acesso à escola, sob a alegação de que se perderia a qualidade do ensino, o que demonstra a grande seletividade de parte da congregação da escola (CARVALHO, 2002). Nesse sentido, argumentamos que o sistema de ensino da EMOP parecia arregimentado para manter uma estrutura escolar elitista. Segundo Israel, para alguns ex-alunos da escola, a abertura da escola e das repúblicas para alunos de outros cursos é a causa da diminuição do desempenho da instituição⁴⁰.

2.3 As reformas universitárias e a expansão da moradia estudantil como parte da modernização autoritária do ensino superior

Com a criação da UFOP, em 1968, durante a ditadura civil-militar, seu primeiro reitor, Antônio Pinheiro Filho, fez uma tentativa de controlar os moradores das repúblicas. Machado (2014) destaca que, no período da ditadura, inúmeras intervenções nas repúblicas, tanto da direção dos órgãos escolares, como dos órgãos de repressão e de informação do governo, marcaram bastante a história das casas. Anos antes, em 1964, Pinheiro Filho havia

⁴⁰ Israel José Barbosa. Entrevista cedida em 5 de novembro de 2020.

presídio a Comissão de Inquérito que auxiliou na prisão de estudantes subversivos da EMOP. Em seu livro, Machado (2014) demonstra, a partir das atas de reuniões dos estudantes do diretório da EMOP, que Pinheiro Filho fez diversas tentativas de organizar as casas, ao trocar as vagas dos estudantes que eram militantes da esquerda. Sobre isso, os estudantes responderam com manifestações em defesa da continuidade da autogestão das moradias. A tentativa de controle das repúblicas não significou a diminuição das casas, pois a grande maioria das repúblicas federais será assim constituída a partir da ditadura civil-militar, como demonstra a Tabela 1, a seguir. Apesar disso, se, por um lado, o regime ditatorial impulsionou a expansão das repúblicas, por outro, pode ter modelado, por meio da violência e de autoritarismos, as dinâmicas das casas.

Durante a ditadura civil-militar foram construídas ou adquiridas e cedidas pela EMOP e pela Escola de Farmácia e posteriormente UFOP, 45 casas das 61 que existem até hoje. Desse total, nenhuma se refere a uma república destinada a alunos da Escola de Farmácia, que sempre teve somente as três casas já citadas. Apresentaremos a seguir a relação do número de repúblicas criadas/cedidas e o período em que ocorreu. Ressaltamos novamente que não estamos discutindo a origem da casa como uma moradia coletiva de estudantes, mas a cessão pública do imóvel.

Tabela 1: Relação de repúblicas federais por período⁴¹

Período	1957 a 1963	1964 a 1968	1969 a 1979	1980 a 1985	1986 a 2020
Nº. de repúblicas	7	9	20	16	9

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Machado (2014)

Os dados apresentados na Tabela 1 permitem perceber que a maior parte das casas foi cedida aos alunos durante a ditadura civil-militar e que o período de vigência do A1-5 foi também o de maior número de criação das repúblicas federais. Esse dado nos chama atenção, pois, durante a ditadura, as organizações estudantis foram extremamente reprimidas. Por isso, a criação de espaços autônomos para estudantes, durante esse período de maior repressão, nos parece uma questão pertinente. Não perdemos de vista que, a despeito dos números absolutos, a intensidade na criação das casas é maior após 1979 (16 casas em cinco anos, em relação a 20

⁴¹ As divisões por período seguem um padrão de cronologia situado da seguinte maneira: primeiro, as repúblicas que surgiram antes do golpe de 1964; em seguida, as que surgiram antes do Decreto AI-5; depois, as que surgiram durante a vigência do decreto; em seguida, as que surgiram durante a abertura política; e, por fim, as que surgiram após o fim da ditadura civil-militar.

casas em 10 anos) e, por isso, defendemos que a atuação do movimento estudantil foi fundamental. Ressaltamos novamente que, das casas cedidas aos alunos durante a ditadura, todas foram disponibilizadas para os estudantes da EMOP. As três casas da Escola de Farmácia – Maracangalha, Mixuruca e Pronto Socorro – foram cedidas entre 1953 e 1960. Por isso, o enlace entre as relações de influência da EMOP e seus alunos e ex-alunos aparece como definidor na história das repúblicas federais. A rivalidade das escolas é uma marca histórica da constituição da UFOP. Segundo o relatório do GT UFOP, tal rivalidade diminuiu de maneira incipiente nos anos 1970, impulsionada pelas mobilizações políticas nacionais. Em relação às repúblicas federais, o relatório publicou um documento do DA da Escola de Farmácia, que, em reunião com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), questionou o tratamento diferenciado das duas escolas em relação às moradias. Nesse sentido, para os estudantes da Escola de Farmácia:

as placas que existem afixadas nas casas da UFOP, com a inscrição “PROPRIEDADE DA ESCOLA DE MINAS”. Por que isto? Hoje não somos todos iguais? Deveriam constar como propriedade da UFOP, ou se assim não fôr, dividir as casas entre as duas Unidades que a ela pertencem. Igualdade de tratamento é o que desejamos. Somos todos universitários, apenas em campos diferentes, portanto, devemos viver como amigos e sem separações chocantes⁴².

A constatação de que as repúblicas foram formadas, em sua maioria, durante a ditadura não significa dizer que os estudantes eram favoráveis ao golpe e ao governo militar. Ao ser entrevistado por Machado (2013), César Maia⁴³, ex-aluno da EMOP, que ingressou em 1965, ele contou ter sido apresentado por um colega, Nelson Maculan Filho (que havia sido preso em 1964, durante uma das primeiras perseguições e expurgos do golpe), à União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas (Urso), que congregava os estudantes de esquerda reunidos em algumas repúblicas, principalmente na Pureza, na Canaã e na Castelo dos Nobres. Ele narrou que as ações dos integrantes da Urso consistiam em intensos estudos marxistas e na distribuição de material panfletário pela cidade, com críticas ao golpe e à ditadura.

Entrevistado em 2016, Jarbas Avelar narrou que, durante a ditadura, algumas

⁴² Arquivo Central da UFOP. Considerações apresentadas pelos representantes do Diretório Acadêmico Jovelino Mineiro, da Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, aos representantes do MEC, em reunião na Reitoria da UFOP. 22/01/1974. Documento 3 (SILVEIRA; MAIA; PEREIRA; SILVA, 2018).

⁴³ César Maia é um político brasileiro que, durante a ditadura civil-militar, era estudante da EMOP e atuou como militante no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Durante a transição política, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e apoiou Leonel Brizola.

repúblicas eram reconhecidas por serem de esquerda e serviram de abrigo para pessoas investigadas. Enquanto outras, como a que ele residia, eram repúblicas de direita ou de centro. Nas palavras dele, nessas casas de direita, a rotina não mudou devido ao golpe, pois já existia, nelas, a característica da ordem e da disciplina e, por isso, não foram incomodadas. Em seu relato, ele também se lembra do dia em que presenciou, em Ouro Preto-MG, o início do que chamou de revolução:

Antônio Rafael da Silva e eu descemos um dia de sábado para ir ao cinema e, quando subíamos do cinema, íamos os dois subindo a Rua Direita quase a alcançar a Praça Tiradentes, ali, aproximadamente, em frente à Casa do Ouvidor, quando alguém falou alguma coisa pra gente: “passa pro lado de lá, passa pro lado de lá”. Nós não demos atenção àquilo, íamos conversando de cabeça baixa até que uma pessoa enfiou na minha barriga um fuzil [pausa] e, com força, me tirou da rua e disse: “passa para o outro passeio”. Ai que nós olhamos e era o pessoal do Exército. Nós mudamos para o outro passeio. Isso deveria ser mais ou menos umas 20:30, que é a hora que terminava o cinema da primeira sessão que a gente sempre ia. Ai nós chegamos até a Praça Tiradentes curiosos para saber o que era aquilo. Ai fomos ali verificar onde era a sede do sindicato. Tinha um sindicato aqui [pausa], eu não me lembro bem do que era o sindicato. O sindicato que tinha ali em cima do..., onde funciona hoje o Lampião, um restaurante que nós chamávamos de [pausa] sempre foi Milton Lampião. Ai, nós passamos pro outro lado da praça e vimos aquela grande movimentação de militares ali e, nesse momento, eles estavam fazendo a prisão do prefeito de Ouro Preto, Benedito Xavier. Tinha estourado a revolução e ele, como era do PTB, era tido, pela revolução, como uma pessoa, digamos assim, socialista né?! Isso foi em [19]64, logo depois do dia 31 de março de [19]64. Não me lembro que mês não, mas deve ter sido em abril, algum dia de abril. Então, aí foi preso o Benedito Xavier e eu me lembro bem que nós vimos eles descendo as escadas empurrando, ele caía, levantava, eles empurravam de novo, até que pegaram ele e jogaram dentro de um camburão e levaram embora. Então aí que nós sentimos o começo da revolução (Jarbas Avelar. Entrevista cedida em 3 de julho de 2016).

Para Israel Castro, que morou na república Castelo dos Nobres, entre 1972 e 1979, a percepção foi um pouco distinta, em relação ao escancaramento da luta e da militância. Para ele, não havia estudante que se manifestasse de direita. Ao mesmo tempo, se lembra que teve, como colegas de moradia, filhos de generais e de comandantes do Exército e que isso, somado aos casos de violência e perseguição dos militares, causava uma sensação de medo entre os moradores. Por outro lado, ninguém se declarava de direita ou manifestava apoio aos militares. Tanto César Maia como Israel Barbosa, Jarbas Avelar e Maurílio Torres, que experienciaram os primeiros anos dos governos militares, falaram sobre a existência de estudantes de direita dentro das repúblicas, que delatavam quem estava envolvido com atividades políticas de subversão. De fato, como apresentado pelo relatório do GT UFOP, logo após o golpe, foi criada, na EMOP, uma comissão de inquérito, como demanda do governo militar e que foi apoiada pelo executivo

da instituição, para buscar reconhecer os agentes da subversão nas escolas (SILVEIRA; MAIA; PEREIRA; SILVA, 2018).

Em artigo publicado em 1967 para a revista da EMOP, Moacyr do Amaral Lisboa, ex-aluno e professor da escola que integrou essa comissão de inquérito, e que auxiliou na prisão de diversos estudantes, descreveu que o espírito de fraternidade característico de ex-alunos da escola é, “sem dúvida”, fruto da convivência em república. Tal espírito se perderia cada vez mais com os avanços modernizadores da instituição, como a criação do restaurante universitário, que modificou o estilo de vida nas repúblicas, que, em suas palavras, propiciou “a infiltração de ideologias políticas, estabelecendo choques de ideias entre grupos que formam as alas da direita e da esquerda” (LISBOA, 1967 *apud* MACHADO, 2013). Esses relatos demonstram que as experiências foram múltiplas e que, se, por um lado, as repúblicas foram usadas como espaços de resistência, por outro, foram também garantidoras de valores da direita ligados à ditadura.

Tais reflexões nos levam à discussão do conceito de modernização autoritária, especialmente tratado por Rodrigo Patto, que o usa para interpretar a reforma universitária realizada pela ditadura. Abastecido de diversa documentação (muitas inéditas) sobre o período, Rodrigo Patto publicou, em 2014, o livro *As universidades e o regime militar*. A obra, que investigou o percurso das universidades durante a ditadura, é o resultado de grande esforço de pesquisa historiográfica. Encontra-se dividida em oito capítulos e percorre acontecimentos particulares das universidades e também ações generalizadas da maneira como o regime militar tratou os temas da educação pública. A proposição indispensável de Motta (2014) diz sobre o caráter modernizador autoritário do regime militar e de como essa característica esteve presente nas ações e nos planos direcionados às universidades.

Antes de 1964 não havia universidades na plena acepção do termo, apenas agregados de faculdades praticamente autônomas, com reitorias que desempenhavam papel decorativo. Com exceção de alguns laboratórios e centros mais avançados, a infraestrutura de pesquisa era escassa e as oportunidades para cursar a pós-graduação, ainda menores. Com o advento do projeto modernizador-autoritário, as então modestas universidades receberam recursos e equipamentos que as tornaram instituições mais relevantes para o país (MOTTA, 2014, p. 67).

A organização e a expansão das universidades, com acesso a cursos estruturados de pós-graduação e laboratórios de pesquisa, se deu, no Brasil, no contexto da ditadura civil-militar. Isso não é dizer que os militares possuíam um projeto próprio para as reformas do ensino

superior, mas que muitas das demandas de estudantes e professores, sugeridas ao longo do início da década de 1960, foram apropriadas e parcialmente atendidas pelo regime, como a própria expansão universitária de 1969. É justamente nesse contexto da reforma universitária que a UFOP se forma. De acordo com Motta (2014, p. 291), a atenção a algumas demandas educacionais do país se deu em face de objetivos políticos, como “a necessidade de aplacar o descontentamento de intelectuais e acadêmicos, e sobretudo o ativismo radical dos estudantes”⁴⁴.

As reformas educacionais não foram suficientes para garantir o amplo acesso à educação superior, e não atenderam satisfatoriamente às manifestações e às causas dos projetos sociais da esquerda. Ainda que tenham sido implementadas de maneira obscura e, muitas vezes, violenta, elas atraíram a cooperação de parte do meio acadêmico, mesmo de pessoas que não eram simpáticas ao regime e ao projeto autoritário em andamento. Para Motta (2014), esse processo foi beneficiado, ou ao menos possível, pela tradição de conciliação que faz parte do que ele chama de cultura política brasileira ou de traços culturais tradicionais.

O uso da categoria cultura política é parte essencial do livro de Motta (2014), e ele trata disso mais detidamente em um artigo publicado em 2018, em que refletiu sobre o caráter plural das culturas políticas da sociedade. Ainda assim, explica que certas questões estruturais da política brasileira, com foco em tradições arraigadas da nossa sociedade, formam parte da nossa cultura política nacional e que os aspectos básicos dessa cultura seriam a conciliação/acomodação e o personalismo (MOTTA, 2018).

O personalismo é a força das relações pessoais em detrimento de relações impessoais, dos jogos de acomodação, das conciliações tácitas feitas por sujeitos em momentos de conflitos e tensões. Trazemos essa discussão para pensar se é possível utilizar essa chave analítica em relação ao fato de as repúblicas terem se expandido durante a ditadura. Ou seja, o fato de estudantes e professores da EMOP se posicionarem a favor da ditadura ou se manterem acomodados a ela beneficiou o surgimento das repúblicas como casas autônomas? Para Motta (2014), essa acomodação não se refere a uma postura atávica, mas representa uma escolha racional dos atores envolvidos que optaram pela negociação/conciliação, mesmo com projetos políticos díspares.

⁴⁴ Em uma das críticas a essa leitura, Carlos Fico (2017) coloca dois principais pontos, de que as leituras da modernização ocorrida durante o período militar carecem de historicidade (já que muitos processos têm sua gênese anterior ao período) e que essa mesma leitura está encoberta ideologicamente por uma noção de atraso ou de incapacidade geral social da sociedade brasileira em se modernizar.

Em publicação do *Jornal do Brasil*⁴⁵, do dia 8 de junho de 1977, encontramos o relato de que um ônibus com estudantes da UFOP havia sido preso em Belo Horizonte-MG, acusado de se dirigir para a reunião do segundo Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), que ocorreria na Faculdade de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tinha, como intuito, a reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE). O aparato militar organizado para acabar com o evento conseguiu desarticular os estudantes e prender alguns deles. Parte dessa organização foi um cerco nas entradas de Belo Horizonte-MG, para que fossem parados todos os ônibus que, possivelmente, se dirigiam para o encontro (MULLER, 2010). Os estudantes da UFOP estavam sob a coordenação do professor da EMOP, Rubert Peter Roger. Junto a ele, os alunos passaram algumas horas (23, segundo publicação do jornal) na sede no DOPS para prestar depoimento. Sobre o ocorrido, Israel Barbosa, nosso entrevistado, narrou que:

sei que as autoridades fizeram um cerco perto de BH [Belo Horizonte] e todo mundo que era estudante foi preso ou detido... para ser entrevistado e tal... O negócio era evitar que houvesse a reunião... Então teve esse episódio da prisão dele [professor Rubert Peter Roger]... A história foi essa, ele estava numa excursão com aquele ônibus... Quando os caras viram “ônibus da UFOP”? Foi um prato cheio. Mas os caras não estavam indo pra reunião, estavam indo para excursão de estudos, nós íamos em excursões que a escola promovia. A ida do professor não tinha nada a ver com participação dessa reunião (Israel José Barbosa. Entrevista cedida em 7 de novembro de 2020.)

Em 9 de junho do mesmo ano, o jornal publica uma carta do DA da EMOP, em que o presidente da organização atesta o descontentamento com a situação a qual os estudantes e o professor foram submetidos. Na mesma publicação, o jornal noticiou sobre uma carta direcionada ao reitor da UFOP, assinada pelo DA da EMOP e da Escola de Farmácia em que declararam estar desligados de qualquer manifestação estudantil⁴⁶. Após a suposta repercussão da carta, no dia 13 de junho, o jornal publica uma notícia com o título “DA de Ouro Preto explica posição”. A publicação descreve que, na carta enviada ao jornal, o presidente do diretório, Antônio Claret Soares Albioni, afirmou que os estudantes não haviam rompido com a causa estudantil, mas com eventuais agitações de minorias. Em trecho da carta publicado pelo

⁴⁵ UFMG apoia alunos e repudia a repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22movimento%20estudantil%22%20%22ouro%20preto%22&pasta=ano%20197&pagfis=162224>. (Acesso em 20 ago. 2020.)

⁴⁶ Rompimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 62, 9 de junho de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22movimento%20estudantil%22%20%22ouro%20preto%22&pasta=ano%20197&pagfis=162265>. (Acesso em 20 ago. 2020.)

jornal, ele diz que

ao lado das manifestações de outros DAs em todo o país, os diretórios da Universidade Federal de Ouro Preto têm conservado uma posição nem sempre compreendida, mas que se tem mostrado correta no contexto da política estudantil. Vistos por alguns como apolíticos, os DAs optaram por um constante diálogo com a Reitoria e as direções das Escolas de Minas e Metalurgia e de Farmácia e Bioquímica, do que resultou o atendimento da maioria das reivindicações feitas, até agora, junto a esses órgãos⁴⁷.

Em seguida, em publicação do dia 20 de junho do mesmo ano, o *Jornal do Brasil* publicou uma crítica dos estudantes da UFMG, que acusavam o presidente do DA, Antônio Claret, de que o rompimento com movimento estudantil só havia sido feito em nome de uma monitoria escolar (para atuar como auxiliar de um professor) que ele, supostamente, ganharia. A publicação coloca ainda que, na última semana, havia tido nova eleição, a qual Albioni perdeu, o que deu lugar a uma direção que já havia declarado amplo apoio ao movimento estudantil⁴⁸.

Veremos, no capítulo quatro, que Helvécio Lopes de Faria, um de nossos entrevistados e integrante da “Libelu” estava no encontro do terceiro ENE, na Escola de Medicina, e, como estudante secundarista, foi preso com outros colegas do movimento. A discussão sobre a autonomia das representações estudantis é o que vai levar ele e os outros companheiros militantes à diretoria do Centro Acadêmico Livre da Escola de Farmácia, onde Helvécio relata terem iniciado a discussão sobre as moradias estudantis na UFOP.

Maurílio Torres nos narrou que, embora muitos grupos de estudantes de direita fossem formados para “dedurar” colegas considerados subversivos, desses mesmos grupos saíram alguns colegas que avisavam, aos perseguidos, as datas de suas prisões, para que pudessem fugir. Em sua entrevista, Maurílio disse que tinha uma certa tristeza por nunca haver sido preso ou investigado pelo DOPS, mesmo tendo sido um ativo militante da esquerda. Entendia que isso não ocorreria mesmo, porque seu pai era Salatiel Torres, famoso diretor da EMOP. Nos avanços de nossas pesquisas, encontramos, em algumas pastas do Arquivo da

⁴⁷ DA de Ouro Preto explica posição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 66, 13 de junho de 1977. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22movimento%20estudantil%22%20%22ouro%20preto%22&pasta=ano%20197&pagfis=162544>. (Acesso em: 8 jan. 2021.)

⁴⁸ Democracia Interna. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 73, 20 de junho de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22movimento%20estudantil%22%20%22ouro%20preto%22&pasta=ano%20197&pagfis=162945>. (Acesso em: 8 jan. 2021.)

Polícia Política⁴⁹, registros de que Maurílio Torres, jornalista e residente em Ouro Preto-MG, era reconhecido e investigado como subversivo. De posse da cópia dessa documentação, voltamos a casa de Maurílio para lhe contar que, embora fosse filho de Salatiel Torres, era investigado pelo DOPS. Sua reação foi de surpresa e felicidade, e nos saudou com um “eu sabia!”. Essa reação de afirmação de uma identidade, primeiro com a memória, e depois com a história, na medida em que sua relação de resistência foi comprovada nos parece fortemente relacionada com as políticas de memória da CNV que estavam em vigor à época de sua entrevista.

Após a narração de múltiplas experiências com o passado, que envolvem sujeitos da nossa história, voltamos às perguntas quando apresentamos a chave analítica proposta por Motta (2014) para pensar o processo da reforma universitária. As reformas universitárias demonstram as características da nossa sociedade, como o personalismo e a acomodação? É possível, por meio dessa chave de interpretação, pensar em uma cultura política com essas, digamos, tradições arraigadas? No caso das repúblicas federais de Ouro Preto-MG, sobre o paradoxo de expansão das repúblicas durante a ditadura, Helvécio Lopes, entrevistado em 18 de novembro de 2020, narrou a impressão de que se tratava de uma ação perniciosa, que garantiria a tutela de poucos estudantes e que tinha relação com a origem deles. Ele nos disse: “que a ditadura não era burra, quem chegava à universidade era elite, que também sustentava a ditadura, a gente nega isso, mas isso aconteceu, a ditadura teve apoio popular”. E ainda alegou que não conseguiam “sensibilizar as repúblicas da Engenharia que tinham mais”. Também para Helvécio Lopes, Marcondes de Oliveira e Rafael Resende, muitos estudantes estavam alheios aos processos políticos do país. Não se posicionavam ou se organizavam politicamente. Essas memórias nos sugerem uma compreensão de que o período deve ser enxergado como múltiplo, com a apreensão da atmosfera da época em seu aspecto mais diversificado (CORDEIRO, 2009).

Carlos Fico (2017) chama atenção para o fato de que muitos eventos que ocorreram durante a ditadura podem ter sua origem mencionada em etapas anteriores, mas não necessariamente estão relacionados a ela. O autor destaca também as críticas sobre a dimensão ideológica das teorias de modernização que levariam em conta certo atraso institucional anterior ao período ditatorial, baseado em uma incapacidade social, que teria sido colocada pela ditadura, embora de forma violenta e autoritária. Em artigo de 2018, Motta responde que a relevância ao fator cultural não é o pressuposto de que todo grupo se comporte da mesma maneira e nem que a suposição de elementos estruturais da sociedade implique a

⁴⁹APM. Pastas 0135, 4150, 0011.

impossibilidade de mudança. Também ressaltou que o caráter paradoxal da ditadura se mostra nas universidades na medida em que negociação e repressão caminhavam juntas (MOTTA, 2018).

Para o nosso caso, interpretamos que as repúblicas mimetizam, desde sua formação, aspectos de uma modernização elitista e que isso, embora não tenha sido criado na ditadura, foi corroborado por ela, uma vez que não foram compostas por governos cujas preocupações estiveram voltadas para a igualdade social. As repúblicas foram expandidas durante a ditadura e, mesmo havendo nelas algumas forças de esquerda, que o regime buscava reprimir ou tutelar, a maioria se acomodava (não necessariamente em consonância ideológica) e, assim, ajudava a reforçar o poder dominante.

A ditadura civil-militar instaurou uma atmosfera de tensão política, que se juntou a tensões que já formavam o tecido das relações sociais no Brasil. Queremos dizer, com isso, que à ruptura democrática causada pelo golpe se somaram questões que já eram perenes na sociedade brasileira, como a miséria, o preconceito, o racismo, a violência de gênero etc. Refletir sobre os paradoxos e as conciliações nos acontecimentos protagonizados por nossos atores históricos não nos serve para apontar para culpados de complacência com o regime ditatorial ou para esquematizar uma lista de apoiadores da ditadura. O interesse é, antes, o de buscar a complexidade dos fatos para, cada vez mais, fortalecer a importância de estabelecermos e disputarmos normas institucionais para uma organização social democrática. Márcia da Conceição Valadares que, em 1970, era estudante secundarista e compunha a União Colegial Ouro-pretana (UCO), foi militante com Hélcio Pereira Fortes e nos relatou uma percepção de alguém que não morava nas repúblicas, mas que era do movimento estudantil além de moradora da cidade. Para ela, o movimento estudantil na UFOP era racista, pois não havia negros e apenas composto de “filhos de burgueses”. Nas palavras dela:

a minha turma, nós não gostávamos dos estudantes. Nós achávamos que eles eram sacanas com as mulheres. Tinham muitas mulheres aqui primacialmente as burguesinhas... Elas achavam que tinham que casar com os engenheiros. Nosso grupo achava que os estudantes eram sacanas... Eles pegavam as filhas das empregadas. Quantas e quantas meninas foram estupradas aqui em Ouro Preto? Tem muita mulher de quase 50, 60 anos, filha de estudante que as mães não podiam falar que eram filhas de estudantes (Márcia da Conceição Valadares. Entrevista cedida em 12 de janeiro de 2021).

Para Márcia Valadares, havia uma diferença entre os estudantes da EMOP e da

Escola de Farmácia. Esses últimos seriam mais “família”, em suas palavras. Na UFOP, muitos casos de violências contra mulheres, de racismo e preconceito já foram amplamente divulgados por mídias jornalísticas e trabalhos acadêmicos. Nos interessa pensar sobre como, por mais que as repúblicas pudessem representar um espaço de resistências durante a ditadura, por serem casas autônomas e algumas delas terem sido espaços de organização de resistências estudantil, elas também estavam sujeitas às lógicas culturais dos seus diversos componentes. E, no contexto da ditadura civil-militar, marcado pelos autoritarismos, privilégio e violências, essas lógicas também estavam mimetizadas nas casas.

Sugerimos que parte da legitimidade das repúblicas federais, hoje, se dá pelo passado de modalidade de moradia estudantil que serviu a alunos das escolas superiores de Ouro Preto-MG, especialmente a EMOP, ou seja, pelo caráter personalista das casas. Essas repúblicas foram expandidas durante a ditadura também pela força de uma retórica da tradição, que envolvia o benefício e a manutenção de estilos de vida já privilegiados aos alunos da escola.

As repúblicas federais passaram a aceitar moradores que cursavam outras graduações, evidentemente com a criação de novos cursos na UFOP, após 1979 e especialmente após intensa mobilização do movimento estudantil. Em 1979, ingressou a primeira turma do curso de Nutrição, que inicialmente estava ligado à Escola de Farmácia. Rafael Resende se lembra que,

naquela ocasião, a universidade federal tinha duas escolas, a escola de Farmácia e a escola de Engenharia. Quando eu estava lá, houve o primeiro vestibular para a escola de Nutrição. Foi então o início de uma abertura para se transformar realmente em uma universidade (Rafael Marcos Chaves Resende. Entrevista cedida em 05 de novembro de 2020).

A partir dos anos 1980, outros departamentos e cursos foram criados e solidificados na universidade. Em 1979, tem início o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), que passou a receber alunos em 1981, em Mariana-MG. Em 1981, também é criado o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC); em 1982, o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB)⁵⁰. O aumento do número de alunos foi um dos impulsos para que as repúblicas federais fossem questionadas. As três repúblicas da Escola de Farmácia recebiam alunos do curso de

⁵⁰ Os outros cursos da UFOP foram criados a partir dos anos 1990. Disponível em: <<https://ufop.br/historia-da-ufop>>. (Acesso em: 10 jan. 2021.)

Farmácia e as repúblicas da EMOP alunos das Engenharias. Os outros estudantes, de acordo com Rafael Resende, se agrupavam em repúblicas particulares, que não faziam distinção entre estudantes das escolas. Segundo ele, “existiam as repúblicas federais da Engenharia e existiam as repúblicas federais da Farmácia. E as outras repúblicas eram particulares. Essas costumavam ser mistas, tanto de alunos da Engenharia tanto de Farmácia”. Atualmente, algumas repúblicas ainda recebem apenas alunos da EMOP, e as repúblicas antigas da Escola de Farmácia recebem alunos de todos os cursos. No próximo capítulo, discutiremos como os alunos militantes, mobilizados em pautas nacionais pela redemocratização, se organizam em torno da luta pela expansão da moradia estudantil e da discussão sobre as repúblicas federais que já existiam.

3 MOVIMENTO ESTUDANTIL EM OURO PRETO-MG NO CENÁRIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Quando meu avô paterno, vovô Ravengar, morreu, seus pertences que figuravam no mundo mágico de uma escrivaninha gigante (aos meus olhos) localizada em seu quarto, e que ninguém podia mexer, ficaram para mim. Meu pai me deu, disse que eu ia gostar. Eu tinha 13 anos. Naquela época, o que mais me chamou atenção e mais me divertiu foi encontrar, no meio daquela papelada, a ficha de expulsão do meu pai da Escola Preparatória de Cadetes de Campinas-SP. A escola enviou a ficha junto a uma carta em que comunicava seu desligamento. Após um ano como residente, o mandaram de volta a Belo Horizonte-MG. De acordo com o documento, ele não estava apto para frequentar as aulas, devido a problemas de disciplina. Meu avô, militar reformado, guardou a ficha. O ano era 1964 e dizia a carta:

... por mais que seja penoso ao Comando da Escola o desligamento de um aluno, não se furta êle a êste dever, na certeza de que, impedindo a permanência na carreira das armas de quem não possui aptidão para ela, estará prestando um serviço não apenas ao Exército, mas ao próprio aluno, que poderá realizar-se no exercício de outras profissões, livrando-se da perspectiva de permanecer ligado a uma carreira para a qual não possui interesse nem aptidão... o aluno 2-232, Ravengar Franzoni Junior tem revelado deficiência na capacidade de adaptação à vida militar (Arquivo pessoal).

Anos mais tarde, em 2018, eu já com 30 anos, quando faleceu o meu pai (que, por acaso, seguiu as carreiras de engenheiro eletricitista, cozinheiro, professor e escritor, e realmente não apresentava aptidão à carreira das armas), resolvi revistar as papeladas de meu avô. Reencontrei cartas que ele e meu pai trocaram durante o tempo em que papai permaneceu na escola de cadetes. Entre as cartas, encontrei uma de 11 de abril de 1964, 11 dias (ou 10 dias, ou nove dias⁵¹) após o golpe civil-militar que instaurou a ditadura. Nessa carta, papai relata que, no primeiro dia de aula, a escola toda havia se encaminhado para a praça central da cidade de Campinas-SP para receber as tropas revolucionárias (ele sublinhou a palavra “revolucionárias”) que voltavam do Rio de Janeiro. Ele não foi. Não sairia para comemorar uma revolução tão tenebrosa como aquela. Em suas palavras, ele diz que “no primeiro dia a escola teve que ir à cidade para receber as tropas revolucionárias que voltavam depois de uma tenebrosa revolução”

⁵¹ A data de 31 de março para o dia do golpe civil-militar também é tema de discussão entre historiadores (BAUER, 2015), como foi apresentado neste trabalho.

(Arquivo pessoal). Em tempos de revoluções e movimentos populares vitoriosos pelo mundo, imagino que aquela autoproclamada revolução não parecia atrativa ao garoto que acabava de completar 16 anos. Ao contrário, era altamente suspeita.

Entre o acervo de cartas de meu avô⁵², não encontrei resposta sobre o assunto até novembro daquele ano. Entre causos da vizinhança, notícias do irmão e de prováveis namoradas, descrição de anexos de dinheiro e acusações de envio de caixas de doces, em 5 de novembro de 1964, finalmente, ele responde ao filho:

a revolução de 31 de março, só agora vejo com clareza, foi realmente benéfica para o Brasil, fomos salvos de um terrível cataclismo que estava prestes a eclodir. Nossas Forças Armadas – já és uma parcela dela – com espírito altamente patriótico e sem derramamento de sangue mudaram em 48 horas a situação de caos em que nos encontrávamos e a mercê de elementos sem escrúpulos que estavam no governo. Pois êstes homens das nossas forças armadas, passaram muitos deles pelas Escolas Preparatórias, aprenderam aí ondes estás, que acima de todas as paixões e mesquinhas está o alto interesse da nossa pátria (Arquivo pessoal).

As inspirações de meu avô para esse entendimento não me parecem muito obscuras ou complexas, já que ele seguiu a carreira militar, se orgulhava de sua história no Exército⁵³, e creditava às Forças Armadas enorme credibilidade. Portanto, se o Exército brasileiro encabeçava uma autoproclamada revolução, não me estranha que ele tenha a apoiado. Noto, com interesse, que a opção de apoio aos militares talvez tenha sido complexa para ele, que refletiu por meses até registrar seu posicionamento. Me pergunto quais eram as leituras e as experiências de meu pai, e quais os ciclos em que convivia para que, naquela idade e de dentro de uma escola do Exército (antes, ele já havia estudado durante dois anos em uma escola do Exército, em Juiz de Fora-MG), endereçasse uma carta ao pai militar, em que criticava e deslegitimava o golpe. Comunista ele não era, isso eu havia perguntado em vida. Respondeu imediatamente que não, mas que frequentava as reuniões do partido comunista para beber whisky. Mesmo assim, em quase todas as suas cartas endereçadas ao pai, ele se refere aos colegas de escola com o famoso termo comunista “camaradas”. Talvez também o usasse em tom provocativo ao vovô, sempre sisudo e austero.

A qual parcela, então, da sociedade brasileira ele pertencia? A parcela que, logo

⁵² O acesso a essa correspondência ativa é possível porque meu avô, ao enviar uma carta a meu pai, guardava para si uma cópia da mesma.

⁵³ Entre os pertences de meu avô, também tenho um diário escrito por ele quando foi combatente na Segunda Guerra Mundial. Nesse diário, ele conta, com orgulho, várias passagens de sua vida entre os colegas do Exército.

após o golpe de 1964, identificou ali um marco de suspensão democrática tenebroso, mas que não necessariamente se agrupava em movimentações políticas institucionais. Uma parcela que não reagiu ao golpe de forma organizada, mas que também não compactuava com as lógicas políticas sociais impostas pelo regime. Uma parcela que fazia de suas relações pessoais uma microdisputa política refletida no que acontecia no país. Me pergunto como essas lógicas participaram das vivências cotidianas e também como produziram ações, mesmo quando os agentes envolvidos não participavam diretamente de alguma atividade política institucional de resistência ou de conciliação. E, ainda, como essa parcela se acomodou, mesmo diante de um entendimento em que não compactuavam com o golpe? Como foi possível se acomodar e o que significava essa acomodação? Da mesma maneira, me pergunto a qual parcela pertencia meu avô, que demonstrava afeto e solidariedade de diversas maneiras em suas cartas, preocupação com o próximo e rigidez de conduta, ao mesmo tempo em que abertamente creditava às Forças Armadas uma confiança patriótica.

Para Janaina Martins Cordeiro (2012), é essencial observar as relações entre a sociedade e a ditadura em suas formas complexas e com afastamento de proposições maniqueístas. A autora buscou compreender a formação de um consenso social, essencial para a manutenção da ditadura, e ressalta que a noção de consenso não significa unanimidade de posicionamentos e opiniões. Ela reflete sobre as situações políticas não democráticas, como o nosso caso, em que o consenso se deu por meio de inúmeras continuidades culturais nas quais a ditadura se apoiou. A autora também faz uso do conceito de cultura política, e localiza que o sentimento cívico, a exaltação de um passado supostamente glorioso, o conservadorismo e o autoritarismo são marcas dessa cultura que favoreceram a legitimação do golpe. Nas palavras dela,

para que possamos compreender melhor como foi possível a permanência de uma longa ditadura como esta em nosso país, é preciso compreender que as Forças Armadas não eram de modo algum um *corpo estranho* àquela sociedade e, portanto, a ditadura foi antes de tudo civil-militar, não somente porque os civis sustentaram de diversas formas, direta ou indiretamente, o regime ao longo de toda sua duração, mas também porque a encenação da vida pública brasileira conservava muito da *mitologia* militar desde longa data. Sob este aspecto, a ditadura foi uma construção social cujas bases estavam profundamente ancoradas na cultura política de inúmeros segmentos da sociedade (CORDEIRO, 2012, p. 310, grifos originais).

Entendemos que distintas formas de resistir à ditadura e à acomodação em relação à situação política são também uma força estratégica em situações de violência, e que o silêncio

não significa a sujeição ou aceitação. É conhecido, por exemplo, como os setores da esquerda brasileira discordavam das estratégias de enfrentamento ao governo militar, em que pese principalmente a questão em torno da luta armada. Os caminhos de resistência à ditadura foram múltiplos. Entendemos que as ações políticas não estão restritas a um processo de institucionalização, como a participação em partidos e em movimentos sociais. As ações comuns no cotidiano de trocas sociais também representam reações e ações que formam o contexto político amplo. Dessa maneira, buscamos, com nossa pesquisa, refletir sobre como a participação política não necessariamente define moralmente o lugar dos nossos atores, e como essa participação também pode ser controversa e múltipla.

Queremos dizer que separar as pessoas de maneira maniqueísta, entre direita e esquerda, não alcança as complexidades das atuações, além de, muitas vezes, corroborar o argumento golpista de que um governo está no poder executivo por vontade da maioria do povo, que, por isso, o merece. Esse argumento não leva em consideração quais são os mecanismos de engrenagem do poder, como a propaganda, a censura, o terror e a violência. Para Celso Castro (2017), por exemplo, o apontamento de que parte da população apoiou o golpe e que, por isso, a ditadura deve ser reconhecida como um processo civil-militar é um equívoco. Para ele, embora seja um argumento arregimentando por forças progressistas, acaba por legitimar muito mais a justificativa da direita autoritária, que justificou o golpe devido ao apoio civil e que chegou, ela mesma, a denominar a ditadura como civil-militar.

Nas entrevistas realizadas com Israel Barbosa, um ex-estudante que não se agrupava em alguma tendência política, ele ressalta que, em seu entendimento, todos, na época, eram contra a ditadura militar, mas não necessariamente se colocaram para lutar declaradamente contra a ditadura por medo das perseguições, retaliações e da imobilização causada pelos casos já conhecidos de assassinato, desaparecimento e de exílio cometidos pelo governo. Ele relatou que: “todos eram ‘abaixo a ditadura’... Eu não via ninguém se levantando e dizendo que era a favor. Todo mundo era contra”. Ao mesmo tempo, nos relata que a vida entre os estudantes era pautada pela solidariedade, pelo encorajamento, pela afeição, pelo cuidado etc.

Queremos dizer que a construção solidária da vida em comum, nas bases do cotidiano, é também uma força política de transformação social. Para Gildésio dos Santos, em Ouro Preto-MG, muitas pessoas se juntavam à militância por oportunismo, porque assim não teriam de trabalhar, ou porque realmente não precisavam trabalhar e, então, tinham tempo para a militância. Para o entrevistado, pessoas como ele não participavam da militância por não terem tempo, além de possuírem preocupações imediatas com o dia a dia, em relação a não

terem garantias de alimentação e moradia caso não trabalhassem, como era, de acordo com ele, o caso dos estudantes envolvidos com a luta política.

Na biografia de Marighella, escrita por Mário Magalhães (2012), o autor chama atenção para o que ele coloca como um problema de percepção da memória sobre os anos de luta e clandestinidade do movimento estudantil. Para o escritor, aqueles que, sob tortura, forneceram informações úteis para a captura dos parceiros considerados subversivos pela ditadura civil-militar foram, posteriormente, considerados traidores ou fracos, e a eles foi relegado um lugar de vergonha no passado, como se fosse possível ter controle do próprio corpo durante uma sessão de tortura, ou como se a “culpa” em um ambiente de tortura não fosse exclusivamente do algoz, mas também da vítima.

Alguns casos são emblemáticos nesse sentido. Frei Tito, que, após ser torturado pelo Doi-Codi em São Paulo-SP e foi obrigado a participar de uma emboscada para Marighella, foi usado como um símbolo de traição para o movimento de resistência à ditadura. É evidente que esse uso de maneira propagandeada foi extremamente explorado pelo governo militar, como forma de enfraquecer e desmoralizar os movimentos de resistência, mas a utilização dessa informação sugere que o argumento tivesse capilaridade social, a vilania de uma vítima. Nas recomendações de Marighella (2010) para a atuação militante, ele coloca que o guerrilheiro não deve, sob nenhuma hipótese, ceder informações à polícia, mesmo que estivesse preso e que fossem conhecidos os casos de tortura, como se a moral do militante fosse definida por sua capacidade de suportar a tortura e como se fosse razoável essa noção.

Extrapolando essa reflexão para nossa pesquisa, percebemos que a noção de honra, glória e protagonismo histórico daqueles que lutavam contra a ditadura é amplamente difundida entre os entrevistados, como se o crivo da atuação cidadã legítima fosse a participação política organizada. Mas como poderia ser diferente já que foram pessoas que se arriscavam e a seus familiares, com suas vidas e seus corpos, em prol de um bem coletivo? O mesmo Marighella morreu assassinado com um tiro à queima-roupa e, diante do cano de um revólver, proferiu a famosa frase: “abaixo a ditadura!”. Muito mais do que simbologias de glórias e honra, o real reconhecimento dessa luta seria a valorização das ações de quem lutou contra a ditadura, por meio do respeito à democracia e aos valores democráticos. No entanto, paradoxalmente, a valorização da militância contra a ditadura, em nosso país, não caminha junto ao respeito pelos valores democráticos. Por isso, nossos questionamentos e nossas reflexões permanecem. Sugerimos que, ao nos aprofundarmos nas complexidades das relações, podemos encontrar continuidades culturais que formam bases de apoio para práticas autoritárias e violentas.

Carlos Fico (2017) também chama atenção para as narrativas do passado que detêm o estudo entre apoiadores da ditadura ou aqueles que organizaram a resistência organizada. E os outros? São anódinos na história? É importante ressaltar uma questão que, na nossa historiografia e memória coletiva, está colocada como certa. Em nossas entrevistas, percebemos que as pessoas querem esclarecer seu posicionamento no passado, em nome dessa memória moral, querem dizer “eu participei”, ou eu não participei e o porquê. Em relação a esse tema, Carlos Fico (2017) destaca que a esquerda que, na época, arriscou os seus, sabendo do perigo que corriam e da derrota que sofreriam, deve, então, como saída, tornar heróis aqueles que perderam a vida na resistência à ditadura, como se fosse o caminho ou o moralmente correto. Para Fico (2017), ainda há pouco espaço para a discussão sobre a responsabilidade daqueles que organizavam a resistência armada diante de um regime extremamente violento.

Essas reflexões são importantes para nós e optamos por preceder esse capítulo com elas. Percebemos, em nossas entrevistas, as inquietações sobre os lugares de cada um no passado, em uma relação de identidade com a memória. Discussões sobre as ações e os posicionamentos políticos estão na ordem do dia da nossa sociedade. De um lado, alguns repetem a narrativa que vangloria a resistência armada e, por outro, temos a negação da violência cometida pelo Estado. Além disso, há a uma vertente mais “esquizofrênica”, que argumenta que a violência dos militares era usada para defender os valores cristãos da família brasileira. Mesmo que os casos de tortura, assassinato e desaparecimento sejam amplamente conhecidos e divulgados, ainda assim, a relativização ou a negação da violência cometida pelo Estado ditatorial são aceitas e defendidas. Essa conjuntura evidencia, pelo menos, que é preciso refletir sobre a maneira como construímos a narrativa histórica em relação a temas tão sensíveis e violentos.

Na introdução de um livro dedicado às repúblicas federais de Ouro Preto-MG, Machado (2013, p. 8) escreveu um pedido para

que pessoas preconceituosas em relação ao ambiente alegre de Ouro Preto percebam que por trás dos(das) jovens republicanos(as) existem desejos, vontades, paixões, emoções, alegrias, esperanças e uma gratidão muito grande por morar em uma cidade tão cheia de significados. Que as pessoas saibam de uma vez por todas que as repúblicas foram e são fundamentais para a conservação da cidade de Ouro Preto, ontem e hoje. Casas que foram abandonadas com a transferência da capital para Belo Horizonte no final dos anos de 1890 e início dos anos 1900 (ou simplesmente caíram nos anos 1960 por falta de condições para a sua conservação) foram assumidas por estudantes, que passaram de geração a geração até os dias de hoje se dedicando às casas dando o melhor de si para que os imóveis permanecessem conservados, impulsionando a presença de muitos brasileiros na cidade e divulgando a cidade por

todo o mundo. A autogestão é o modelo que deu certo e merece todo o nosso respeito. Longe do desinteresse pela coisa pública, da instrumentalização das repúblicas para fins particulares e do mau uso do patrimônio público, os moradores e ex-moradores trabalham afincamente para manter as casas dentro de um ideal carregado pelo mais alto espírito público, visando sempre o interesse social dos imóveis.

Essa defesa apaixonada e exagerada das repúblicas federais é muito comum entre os ex-alunos e moradores das casas. Em grande medida, isso inclusive limita esses estudos, pois são discursos construídos de forma apologética aos valores das repúblicas. Trata-se de um caso de moradia estudantil único no Brasil e, por serem bens públicos em atendimento aos estudantes, as repúblicas federais de Ouro Preto-MG instigam a investigação acerca de sua formação, consolidação, expansão e continuidade.

Pretendemos contribuir para o debate em torno da legitimidade e da legalidade das repúblicas federais na modalidade de autogestão por meio de uma reflexão que transite e articule presente e passado. Mais do que confrontar mentiras, a intenção é entender também porque elas são ditas e o que podem representar a respeito de determinada relação, inclusive pela sua persistente continuidade. A moradia estudantil é um espaço importante de formação e é primordial conhecermos e debatermos sobre os espaços e cenários que servem à vivência acadêmica (GARRIDO, 2012).

3.1 A “Libelu” em Ouro Preto-MG

No campo de atuação política do país, o movimento estudantil figura em lugares evidentes de participação, em que protagoniza diversas frentes de luta. Destacamos a recente tese de doutorado de Angélica Muller (2010), em que a autora demonstra como, ao contrário do que diz parte considerável da historiografia, o movimento estudantil esteve organizado e foi resistente à ditadura mesmo durante os “anos de chumbo”. O marco da atuação do movimento no Brasil é a organização institucional da UNE, a entidade de representação nacional dos estudantes, fundada em 1938. Como um movimento social de massa, organizado, e de luta pelos direitos estudantis e sociais, a UNE se consolidou como uma das principais organizações políticas do país, e foi composta por múltiplas tendências (MULLER, 2010). Por essa razão,

como parte das ações de repressão política do governo militar, ocorreu sua dissolução e, após a promulgação do AI-5 (1968) e do Decreto-lei nº. 477 (1969), passou a atuar na clandestinidade. Para Muller (2010), não é possível falar em interrupção da atuação do movimento estudantil após o golpe civil-militar, mas se deve perceber uma continuidade de ações diversificadas que implicavam em gestos de transgressões e resistência. Foram esses movimentos, ainda que escasseados, de organização e representação política que tornaram possíveis a reestruturação formal da UNE, em 1979, quando o país começou a passar pela abertura política.

É importante explicar a utilização de duas expressões que aparecem em nosso texto com frequência, Diretório Acadêmico (DA) e Centro Acadêmico (CA). As duas designam representações estudantis em espaços universitários. A diferença é que, em alguns casos, o DA pode representar mais de um curso, ao passo que CA se refere a apenas um. Utilizamos as nomenclaturas conforme nossos entrevistados e nossas fontes comunicaram. Destacamos que a EMOP era composta por mais de um curso, mas, em alguns momentos, nossos entrevistados e outras fontes se referem ao DA ou CA da EMOP, sem distinção entre os cursos. Da mesma maneira, encontramos referências na Escola de Farmácia (que, até 1979, só possuía o curso de Farmácia), como CA ou DA. Por isso, notamos que não há diferença substancial ou representativa entre essas denominações, pelo menos até a ampliação do número de cursos na UFOP.

Com a reestruturação da UNE, em 1979, a disputa pelas lideranças estudantis regionais se desencadeou com estudantes sedentos por espaços de organização e representação proclamados. Com tendências políticas múltiplas encabeçando as chapas, as disputas se formavam de forma acirrada. Estava na agenda política do movimento estudantil que a direção dos DAs era um dos caminhos importantes para a luta pela redemocratização, pois era preciso ocupar esses espaços. Dois de nossos entrevistados, Rafael Resende e Helvécio Lopes, compuseram, como alunos da UFOP e militantes da “Libelu”, a assembleia de estudantes que, no congresso em Salvador-BA, formalizaram a reestruturação da UNE.

Helvécio Lopes havia sido um dos estudantes presos na ocasião do terceiro ENE, em Belo Horizonte-MG, em 1977, quando as tropas militares cercaram o prédio da Faculdade de Medicina para desfazer a assembleia, como relatamos no segundo capítulo. A foto que nos enviou, mostrada logo a seguir, demonstra o momento da saída de quatro estudantes cercados pelos militares. Helvécio, que, à época, era presidente do grêmio estudantil do Colégio Técnico da UFMG (COLTEC) é o primeiro à esquerda dos cinco estudantes abraçados. No encontro de 1977, estava a intenção de reorganizar a UNE, mas foram cercados pelos militares e muitos

estudantes foram presos, os que estavam no prédio da Faculdade de Medicina da UFMG e outros que chegavam de outras cidades, como o ônibus da UFOP, no caso relatado no capítulo anterior. Destacamos a numerosidade do aparato policial em oposição ao reduzido número de estudantes que podemos perceber pela imagem.

Figura 1: Saída dos estudantes cercados do 3ENE



Fonte: Arquivo pessoal de Helvécio Lopes de Faria⁵⁴

A reorganização da UNE ocorreu no encontro em Salvador-BA, em 1979, com a presença de cerca de 10.000 estudantes (MULLER, 2010), e foi um impulso para que o movimento estudantil e outras organizações políticas e sociais voltassem a se organizar abertamente em diversos locais. Essa organização, composta por várias tendências políticas, teve diferentes papéis em centros educacionais do Brasil. Para nosso trabalho, nos interessa assinalar que a “Libelu”, que ganhou força em 1975, na USP, foi uma das tendências que, durante a reorganização dos encontros estudantis dos anos 1970, teve importante participação.

A parte do movimento estudantil que investigamos em nosso trabalho está em Ouro Preto-MG, a “Libelu”, organização trotskista, considerada o primeiro movimento político nacional a defender abertamente a bandeira que exigia o fim da ditadura. De acordo com Muller

⁵⁴ O relatório final da Covemg descreve detidamente o terceiro ENE, em Belo Horizonte-MG, e tem a mesma imagem publicada. Há também a nomeação dos estudantes que foram detidos. O nome de Helvécio Lopes e de outros estudantes secundaristas não consta na lista do relatório. De acordo com Helvécio, eles não chegaram a ser “fichados” por serem menores de idade.

(2010), a “Libelu” foi a primeira tendência a aderir, em São Paulo-SP, às palavras de ordem “abaixo a ditadura”, que significa a compressão evidente de um inimigo a ser combatido. Essa faceta também foi lembrada por todos os nossos entrevistados que estiveram ligados à organização. O pioneirismo no combate à ditadura feito pela “Libelu” é reivindicado pelos ex-militantes da tendência.

A “Libelu” foi uma organização de ideologia trotskista, que surgiu na esteira das movimentações e disputas política dentro da USP durante os anos 1960. Era uma tendência que integrava a Organização Socialista Internacional (OSI), e que defendia a criação de diretórios, grêmios e centros acadêmicos livres, ou seja, com eleições livres e que não prestassem contas à universidade. Helvécio Lopes nos relatou que nem todos os integrantes da “Libelu” em Ouro Preto-MG frequentavam os encontros da OSI na cidade, mas se lembra que, mais de uma vez, tiveram encontros com Antônio Palocci⁵⁵ (Toninho, nas palavras dele) para discutir questões do socialismo internacional, em especial, naquele momento, a situação da Albânia:

fizemos algumas reuniões, pouca em Ouro Preto. A gente fazia material e depois tínhamos que descartar. O Palocci, a gente conhecia como Toninho de São Paulo, fazia Medicina. Me lembro que discutíamos há época a situação da Albânia, por isso, me lembro, pois vejo hoje que a gente, às vezes, viaja... Não tínhamos nenhuma hierarquia, só não abríamos para muita gente por segurança e orientação de São Paulo (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 20/11/2020).

Não encontramos outros registros desses encontros, mas a atuação de Antônio Palocci na OSI foi divulgada por ele mesmo diversas vezes. Marcos Sokol⁵⁶ relatou que muitos estudantes ingressavam na “Libelu” para fazer parte da OSI, mas que nem todos eram admitidos queriam entrar⁵⁷. Havia outras tendências trotskistas no movimento estudantil, mas a “Libelu” foi praticamente a única que penetrou em diversos pontos do Brasil com o mesmo nome (MULLER, 2010).

Uma das grandes diferenças entre os projetos políticos da “Libelu” e das correntes do PCdoB (majoritário em Ouro Preto-MG) eram as proposições sobre as formas de ações. Em

⁵⁵ Antônio Palocci é médico e político brasileiro, importante quadro do Partido dos Trabalhadores (PT), integrante dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, quando ocupou o cargo de Ministro da Fazenda.

⁵⁶ Marcos Sokol é um dos fundadores do PT, foi militante do movimento estudantil na USP durante a ditadura e uma das lideranças da “Libelu”.

⁵⁷ *Revista Fórum*. “A Libelu ganhou o poder”, 11 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/revista/19/a-libelu-ganhou-o-poder/>>. (Acesso em: 11 jan. 2021.)

1974, por exemplo, na ocasião da primeira eleição parlamentar do governo de Ernesto Geisel, o grupo trotskista defendia o voto nulo como forma de protesto, como uma maneira de escancarar a farsa de uma eleição para deputados e senadores, em uma ditadura. Já os comunistas defenderam o voto crítico no MDB, ao alegarem que era necessário apresentar uma alternativa que fosse concreta e não preenchida por “simples palavras de ordem” (MULLER, 2010). Em nossas entrevistas, as disputas entre as duas organizações, do ponto de vista de nossos entrevistados, giram em torno de discussões semelhantes à de 1974, como se a “Libelu” estivesse alijada de uma suposta realidade concreta que era, então, defendida pelo PCdoB.

Composta, em Ouro Preto-MG, majoritariamente por estudantes universitários, (embora tivesse, entre seus integrantes no âmbito nacional, estudantes secundaristas e da pós-graduação), tanto da EMOP como da Escola de Farmácia, a “Libelu” teve sua atuação na cidade inicialmente marcada pela vitória da chapa que seus integrantes compuseram para a direção do DA da Escola de Farmácia, em 1979. Anteriormente, Chico atuava como militante da tendência, mas com pouca adesão dos estudantes. Para Rafael Resende, essa vitória só foi possível porque utilizaram um nome para a campanha que não remetesse à “Libelu”, já que, em sua visão, eles eram mal vistos pela comunidade universitária por serem muito radicais. Nas palavras dele:

o pessoal, os estudantes, eles tinham uma certa rejeição à gente, porque a gente era tido como muito radical. E a gente venceu a eleição da Escola de Farmácia mesmo assim, alterando o nome na época... Porque a gente sempre concorreu com o nome Liberdade e Luta mas, naquela ocasião, que a gente ganhou, a gente montou uma chapa que, na época, chamou Alternativa. Foi uma festa, foi uma vitória muito grande ter conseguido esse centro acadêmico e tirar da mão do pessoal do PCdoB (Rafael Marcos Chaves Resende. Entrevista cedida em 10/11/2020).

Em relação às diferenças dos projetos da “Libelu” e do PCdoB, Helvécio Lopes relatou que:

basicamente os projetos políticos, na época, eram bem distintos, apesar de aparentar uma certa unidade. O PCdoB sempre foi historicamente enraizado à vontade de poder, seja através das lutas de categorias e frentes isoladas, seja através de conquistas de cargos no poder para exercer alguma influência e conquistar espaços para avançar. Nós costumávamos dizer que eles mudavam de posição na mesma velocidade que conseguiam um cargo. Já a Liberdade e Luta, por sua vez, era mais romântica e combativa, e acreditava que nós não iríamos avançar sem unificar as lutas dos estudantes e outras frentes com as lutas dos trabalhadores, por isso, hoje falam que a “Libelu” foi o embrião do PT junto com o movimento operário do ABC. Tanto é verdade que eles faziam questão de sempre colocarem os militantes da Liberdade e

Luta como “porra loucas” e “radicais” e, por vezes, nos traíam nos movimentos de organização dos estudantes... A “Libelu” foi em peso para o PT. Claro que houveram desvios de ambos, mas o povo da “Libelu” foi coerente por mais tempo. Enfim, as diferenças tácitas eram que nós da, “Libelu”, defendíamos a unificação com as lutas dos trabalhadores, e os companheiros do PCdoB acreditavam que conseguiríamos avançar fazendo coalizões e assumindo cargos estratégicos no governo civil que se aproximava (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 20/11/2020).

Sobre a conquista da direção do CA da Escola de Farmácia, Helvécio Lopes também conta que:

comecei a participar do movimento no 2º período e a participar do centro acadêmico, e numa assembleia do antigo diretório acadêmico (que recebia recursos da universidade). No COLTEC, criamos o grêmio livre não atrelado aos recursos da universidade e, quando fui pra Ouro Preto, levei essa ideia. Quem aderiu foi o Chico, o Rafael e o pessoal da “Libelu”. E, numa assembleia do CA, conseguimos passar essa proposta e criamos o CA Livre da Farmácia, foi o primeiro. A retomada dos diretórios acadêmicos e transformá-los em centro acadêmicos (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 20/11/2020).

Embora as disputas políticas fossem intensas entre as tendências que formavam o movimento estudantil, os estudantes estavam certos de que um dos caminhos para a superação da ditadura civil-miliar era a reestruturação de suas formas representativas. Essa noção está presente na fala de Helvécio Lopes, que, vindo do movimento estudantil secundarista, entrou na UFOP com o afã de montar uma representação livre de estudantes do curso de Farmácia.

Encontramos, em pesquisa na edição do *Jornal do Brasil* de 6 de outubro de 1979, uma publicação sobre as eleições para a UNE, ocorridas entre os dias 3 e 4 de outubro daquele ano, em conjunto com as apurações dos DAs e CAs das universidades⁵⁸. A publicação, que ocupa quase uma página inteira e tem, ainda, o demonstrativo de votos por chapa, sugere que aquele era um momento de mudança no país, de reorganizações declaradas dos movimentos de massa, como a UNE. Era a primeira eleição direta para a diretoria da entidade, que ocorria 10 anos após sua desestruturação. Como mencionado, além da diretoria da UNE, foram recompostos diversos CAs e DCEs nas universidades brasileiras. Em relação à Escola de Farmácia, a publicação assinala que, “em Minas Gerais, a grande surpresa foi a vitória da

⁵⁸ *Jornal do Brasil*. “Mutirão vence eleição da UNE com 107 mil votos”, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22libelu%22%20%22ouro%20pr%22&pasta=ano%20197&pagfis=206385>. (Acesso em 13 jan. 2021.)

Liberdade e Luta na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto⁵⁹”.

Entendemos que a surpresa a que o jornal citado acima se refere tenha se dado pelo fato de a “Libelu” não possuir grande expressividade em relação ao número de militantes ligados a ela, e essa era uma impressão que, por ventura, os jornalistas possam ter captado entre os estudantes. Em relação a essa questão, questionado sobre o porquê da vitória da “Libelu” ter sido uma surpresa, Rafael Resende explicou que:

havia, na época, duas facções do movimento estudantil atuante em Ouro Preto. Uma que era ligada ao PCdoB, que a gente chamava de linha stalinista, e a gente do Liberdade e Luta, que era da linha trotskista... Então havia essas duas correntes. O grupo da Liberdade e Luta era um grupo pequeno, considerado de pouca expressão, tido como radical... Daí que a gente era um movimento muito atuante, mas tinha pouca representatividade nos órgãos do movimento estudantil dos diretórios acadêmicos etc. Por isso, essa surpresa pela nossa vitória (Rafael Marcos Chaves Resende. Entrevista cedida em 10/11/2020).

Em relação ao mesmo questionamento, Helvécio Lopes respondeu:

é porque a “Libelu” era considerada uma tendência minoritária no movimento estudantil. Em Minas, era menor ainda, ela era mais representativa em SP. À época, existiam, em Minas, tendências mais organizadas: Mutirão, Centelha e Nascente. Em OP, a Engenharia era maior e, na Farmácia, o movimento estudantil era menos ligado às tendências e menos organizado, daí a grande surpresa, pois iniciávamos um período na Farmácia com uma tendência que era considerada mais radical, politizada, ligada aos movimentos sociais e que pregava a unidade do movimento estudantil com as lutas dos trabalhadores. A gente defendia, e estávamos corretos, que, se os estudantes não se unissem aos trabalhadores, eles perderiam a relevância política e poderiam desaparecer. Para desqualificar a “Libelu”, apregoavam que éramos “porra loucos e inconsequentes”, o que não era verdade. A “Libelu” era um grupo organizado que estudava a conjuntura, os movimentos sociais e as lutas de classes. Éramos radicais sim, mas o momento exigia essa radicalização para avançarmos para a redemocratização do país, pelo menos era nisso que a gente acreditava (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 20/11/2020).

Investigamos a que se referia exatamente a radicalidade da “Libelu” entre nossos entrevistados. Para Israel Barbosa,

a “Libelu” era tipo assim, igual o PSol, PCdoB, Liberdade e Luta. Tinha esse grupo que era o mais radical de esquerda, então, havia os colegas da Liberdade e Luta. O

⁵⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1979.

Chico era da Liberdade e Luta. Era assim, era abaixo o imperialismo americano [risada] e era abaixo ao governo, todo mundo era abaixo o governo, agora eles eram abaixo o imperialismo. E outra coisa era a maneira deles vestirem... caracterizava... claro que eu não posso dizer para você qual era a chamada ideologia... uma das coisas que eu lembro era “abaixo ao imperialismo americano”. E a maneira deles se vestirem. Deixavam a barda grande.

Israel Barbosa havia sido diretor do DA da EMOP em 1976 e nos contou que foi um dos organizadores do centenário da escola e que, durante a sua gestão, foram organizados bailes de debutantes para as moças de Ouro Preto-MG. Segundo ele, sua direção no DA procurou moralizar o espaço e promover atrativos para os estudantes e as pessoas da cidade. Para ele, todos eram contra a ditadura, mas muitos tinham medo de expor isso, devido à conhecida violência do governo. Segundo Kátia Primavera, amiga de Chico, professora e próxima da “Libelu” na USP,

a questão da radicalidade não é questão de ser do contra, a questão da radicalidade é porque tinham algumas pessoas que gostavam de discutir as coisas pela raiz e não ficar na superfície, então, ser radical é a base, porque a raiz é a base das coisas. A raiz é onde se firma. Ser radical, pra mim, é isso, ir lá embaixo onde a coisa está pegando. Então quando as pessoas discutiam claramente a profundidade das questões, as pessoas pequeno-burguesas ficavam achando que as pessoas eram muito intransigentes, inacessíveis, que é uma maneira de se defender, não querer discutir. Mas, na real, a radicalidade era querer discutir as coisas (Katia Schelin da Costa Primavera. Entrevista cedida em 13/01/2021).

O radicalismo conferido à “Libelu” não se referia a uma disposição de, por exemplo, pegar em armas, mas de se posicionar abertamente contra os valores que não estavam de acordo com suas bandeiras, valores à margem do estabelecido. Nesse sentido, as roupas, as aparências estéticas e a retórica são destaques. Interessante notar como, no depoimento de Israel Barbosa, as tendências de esquerda apareceram como se fossem unificadas, o que demonstra o desconhecimento em relação aos projetos discutidos que estavam sendo abordados dentro da esquerda, mas que, ao mesmo tempo, reconhece semelhanças em suas bandeiras.

Sobre esse radicalismo, pesa a história da comemoração do 21 de abril de 1980. Nessa ocasião, ocorreriam as preparações para o evento que receberia João Figueiredo e algumas repúblicas federais de Ouro Preto-MG foram invadidas por militares sob a alegação de que os estudantes estivessem tramando uma manifestação violenta contra o presidente-ditador, encampada pelos integrantes da “Libelu”. Os relatos articulados pelo relatório do GT

UFOP dão conta de que plantaram artefatos explosivos na casa de David Maximiliano de Souza, aluno da EMOP da turma de 1979. O interesse por David se dava pela sua atuação como uma das lideranças da “Libelu” na cidade (SILVEIRA; MAIA; PEREIRA; SILVA, 2018). Na ocasião, ele não foi preso e conseguiu escapar para Mariana-MG. Rafael Resende, Helvécio Lopes, Marcondes de Oliveira e Israel Barbosa se lembram desse fato e todos concordam que havia uma manifestação que estava sendo gestada pelo movimento estudantil, mas que os explosivos foram plantados pelos militares.

Sobre a “Libelu”, em depoimento a Machado (2003), David Maximiliano, que, depois, foi preso em Juiz de Fora-MG e permaneceu na cadeia durante um ano pelo suposto crime em Ouro Preto-MG, descreveu que, naquela época, em 1978, a referência política mais importante na esquerda na cidade era a “Libelu”, não necessariamente pelo número de militantes que compunham a fileira, mas por sua atuação marcante, com uma mobilização que se estendia para além das questões burocráticas da universidade. Para David, os enfrentamentos do DA da EMOP estavam reduzidos, eram corporativistas e elitistas, só discutiam questões próprias dos estudantes da escola, não se preocupavam com as questões que atravessavam o país.

David Maximiliano compunha, junto a outros estudantes da Engenharia, o grupo da “Libelu” em Ouro Preto-MG. Helvécio Lopes se lembra de que a tendência era organizada pelos estudantes cujos nomes/apelidos eram David, Milboi, Theô e Toninho, da EMOP; além dele, Chico, Rafael Resende e Marcinho⁶⁰, da Escola de Farmácia. Não investigamos detidamente sobre os estudantes da EMOP que faziam parte da “Libelu” e focamos investigação sobre os estudantes da Escola de Farmácia. Para Helvécio Lopes, muitos estudantes só chegariam a frequentar o movimento estudantil depois de ingressarem na universidade, e a maioria daqueles que eram considerados, por ele, como combativos estava na EMOP.

Para David Maximiliano, a atuação do diretório da EMOP, em 1978, se referia muito mais a reivindicações corporativistas e não necessariamente a um movimento comprometido com as causas sociais, como ele considerava que a “Libelu” realizava. Nos depoimentos de Rafael Resende e Helvécio Lopes, as memórias se encontram nesse sentido, de explicitar que a “Libelu”, embora fosse uma tendência majoritariamente composta por estudantes e acadêmicos, tinha, em seu programa, a noção de que a emancipação popular e democrática só se realizaria em um conjunto da luta estudantil com a dos trabalhadores. Caso

⁶⁰ Não conseguimos verificar o sobrenome.

contrário, o movimento perderia qualquer relevância política.

Outra questão de divergência dentro do movimento estudantil estava no que se refere à organização de centros livres para os estudantes. O impasse entre as tendências políticas dizia respeito à continuidade de inclusão, ou não, dos DAs como órgãos oficiais das universidades e, portanto, ligados à reitoria. Nacionalmente, algumas tendências, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), acreditavam que quanto mais formalizadas legalmente as representações, melhor seria para a luta real pela redemocratização, pois defendiam uma linha de defesa democrática e legalista. Já para outras tendências, como a “Libelu”, as representações deveriam ser livres e marcar um espaço de oposição estabelecido, em que ficasse claro que não estavam ligadas à burocracia da universidade. Ou seja, existiam de fato, mas não eram entidades jurídicas e nem estavam ligadas às reitorias. Importante destacar, no entanto, que o PCdoB foi um dos grupos que mantiveram e incentivaram as organizações estudantis durante toda a ditadura civil-militar. Inclusive, o PCB deixou de participar das decisões da entidade enquanto ela foi clandestina (MULLER, 2010). Por isso, Helvécio Lopes relatou que, após a vitória da “Libelu”, em 1979, o DA da Escola de Farmácia passaria a se chamar CA Livre de Farmácia. Era a demarcação de um posicionamento político.

Ainda em relação ao movimento estudantil na organização dos DA da UFOP, no depoimento de Israel Barbosa, ele pontua que, durante o ano de 1976, esteve na direção do CA da EMOP, que esse centro não prestava contas à universidade, e era uma instituição independente. Não há, em seu testemunho, uma preocupação em sublinhar o distanciamento institucional em relação à universidade ou o reconhecimento de que essa tenha sido uma pauta amplamente discutida pelo movimento. No relato de Helvécio Lopes e Israel Barbosa, percebemos considerações distintas sobre as responsabilidades e atuações do CA. Nas palavras de Israel Barbosa,

o centro acadêmico era mais social, mas havia movimento naquela época já. Tinham as pessoas que tinham muito medo, mas a gente teve a oportunidade de fazer movimentos relacionados a questões que nos atingiam naquele momento. Por exemplo, o restaurante era só da Escola de Minas. Recebia verba da universidade e os estudantes gerenciavam. E aí, por questões de verba, nós fizemos uma greve muito longa lá. A gente fez um movimento muito forte contra o reitor. Fizemos um enterro dele. Pegamos um caixão. Naquela época, todas as reuniões eram dentro do centro acadêmico (Israel José Barbosa. Entrevista cedida em 06/11/2020).

Em outro momento ele diz que,

nós não prestávamos conta. Não tínhamos nada com a universidade. A única coisa que eu fazia... Quando eu peguei o CA, ele estava acabado, fisicamente e moralmente. O CA sempre foi um palco de muitas festas e tal, e quem eram as pessoas que frequentavam lá? Os estudantes e as moças, as nativas. Na Escola de Minas, não tinha muita mulher. Quem frequentava eram as moças da cidade. Mas a turma fazia muita tigrada, não tinha respeito com as moças. Nós entramos na diretoria pra moralizar, tipo assim, vamos consertar isso aí. Pintar, reformar. Fizemos uma festa de debutante. Em Ouro Preto, não tinha festa há muitos anos. Aí nós conseguimos fazer uma festa de debutantes que há muitos não não tinha (Israel José Barbosa. Entrevista cedida em 06/11/2020).

Percebemos que, nos depoimentos de Israel Barbosa e de Helvécio Lopes, há o orgulho da independência do CA em relação à direção da universidade, mas em situações diferentes. Enquanto Helvécio Lopes faz questão de exemplificar a posição de renúncia à burocracia da universidade e a independência do CA como um órgão livre, Israel Barbosa assinala que o diretório não prestava contas, mas, em nenhum momento, questiona a participação do diretório como parte institucional da universidade.

Para refletirmos sobre essa questão, é importante ressaltar as diferenças entre uma época e outra. Na experiência de cada entrevistado, são diferentes as legislações vigentes que versavam sobre o movimento estudantil e a atuação dos estudantes dentro das universidades. A Lei da Anistia (1979) revogou o famigerado Decreto nº. 477 (1969), e os estudantes e funcionários das instituições escolares passaram a ter novamente a possibilidade legal da organização política. Antes, desde a promulgação do decreto, os estudantes, professores e funcionários estavam proibidos de se organizar politicamente, sob pena de expulsão ou perda do vínculo. O decreto dizia:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA: Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. § 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: I - Se se tratar de membro do corpo

docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. § 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos. § 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional. Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias. Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial. Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas. § 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo. § 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa. § 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento. § 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei. § 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente. Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem. Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei. Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República (BRASIL, 1969).

A escolha por colocar a íntegra do decreto no corpo do texto se dá pela importância que acreditamos ter para a reflexão, tamanha sua violência e caráter acedioso. Entendemos que a representação estudantil, durante o ano de vigência do Decreto nº. 477, deve ser pensada a partir do decreto e de suas consequências devastadoras. Afinal, sob a pena de suspensão, perda da bolsa ou proibição de matrícula em outra unidade de ensino nos parece amplamente razoável que as estratégias dos estudantes para as formas de resistência fossem realmente outras que não o combate direto. Por isso, as diferenças entre as atuações de nossos entrevistados também devem ser pensadas nesse contexto.

Falamos sobre as diferenças entre pautar uma organização estudantil livre e explícita depois da abertura política, e dirigir um CA durante a vigência do Decreto nº. 477. Evidentemente, isso não quer dizer que não houveram pessoas perseguidas por meio do Decreto nº. 477, inclusive na UFOP, como foi relatado anteriormente, pessoas que se arriscaram e entregaram suas vidas e seus corpos para uma luta de resistência à ditadura feita

declaradamente, ou mesmo que a atuação de Helvécio Lopes teria sido diferente se tivesse ocorrido anos antes. Até porque, como foi mostrado, Helvécio Lopes havia sido preso em 1977 por fazer parte da organização do 3ENE na Escola de Medicina da UFMG, quando era diretor do grêmio estudantil livre do COLTEC. Também não queremos afirmar que a Lei da Anistia colocou fim às perseguições políticas e à repressão da ditadura militar, mas acreditamos que, para pensar sobre os caminhos que os estudantes tomaram durante a ditadura, principalmente nos “anos de chumbo”, precisamos extrapolar os esquemas de enquadramento entre resistência e apoio, ou entre militância e acomodação, e enxergar as diversas redes e contextos que cercam as ações.

Com a promulgação da Lei da Anistia, o período do final dos 1970 e o início dos anos 1980 foram marcados por numerosas manifestações entre os estudantes de Ouro Preto-MG, que caminhavam junto à esteira de mobilizações pela redemocratização do país e também apresentavam as pautas regionais. Entre as discussões que os estudantes militantes pautavam, a moradia estudantil pública e, então, os aspectos associados as repúblicas federais da cidade estavam presentes. Por isso, para nós, discutir o movimento estudantil entre 1975 e 1983, centrado nos estudantes da “Libelu”, é rememorar as pautas, principalmente por moradia estudantil, e relacionar essas pautas com a bandeira política mais ampla do movimento, a liberdade e a democracia. O que esperamos demonstrar é que se, antes, a república estudantil pública estava centrada nos alunos da EMOP ou era um direito de estudantes homens daquela instituição, agora, estava na agenda estudantil a discussão pela ampliação do acesso dos estudantes às moradias, de maneira democrática.

Destacamos que a luta era por ampliação das repúblicas federais e pela mudança nos trotes dados nos alunos novatos, porque, dentro da nossa pesquisa, diferentemente do debate que ocorre atualmente⁶¹, percebemos que não se tratava do questionamento ao modelo de autogestão das repúblicas federais. Até porque, no final dos anos 1970, os estudantes combatiam a ditadura civil-militar e tinham um reitor designado pelo governo, um interventor. Por isso, não seria lógico, à ideologia que defendiam, que pedissem uma moradia estudantil organizada pela universidade.

Notamos que o critério de autogestão das moradias estudantis em Ouro Preto-MG estava relacionado, naquela época, à liberdade em oposição ao autoritarismo e à repressão da ditadura. Ao mesmo tempo, isso não quer dizer que as práticas dentro das casas eram

⁶¹ Como mostrado no primeiro capítulo, atualmente, o questionamento central em relação às repúblicas se refere às normas para escolhas dos novos moradores.

democráticas, que não mimetizavam o que acontecia na sociedade, e que os estudantes não questionavam esses pontos. Nos levantamentos feitos durante nossa pesquisa, o questionamento (ao menos o oficial, feito pelo TCU) sobre a política de autogestão das repúblicas federais está presente a partir dos anos 1990. Queremos dizer que o debate em torno das repúblicas federais tem uma tonificação diferente em relação à autogestão das casas, desenhado pela conjuntura política. Os avanços das pautas democráticas e o estabelecimento de normas para a distribuição das vagas na moradia estudantil são o início do questionamento, digamos, seguro, em relação à autogestão, pois, nesse caso, a liberdade não está mais sendo defendida em oposição ao autoritarismo da ditadura civil-militar, mas em relação às violências das políticas de hierarquia das repúblicas, e que não devem ter lugar em uma sociedade democrática.

A seguir, demonstraremos como a experiência estudantil de militância, dos estudantes da “Libelu”, entrevistados por nossa pesquisa, organizou um movimento que, entre outras pautas, questionou o modelo considerado elitista e autoritário das repúblicas federais de Ouro Preto-MG.

3.2 Memórias dos militantes da “Libelu” e a luta pela democratização da moradia estudantil na UFOP

Para escrever sobre a tendência “Libelu” em Ouro Preto-MG, escolhemos narrar a história de três personagens já citados em nosso texto. Chico, Helvécio Lopes e Rafael Resende. Na Figura 2 é possível ver os três juntos, na ocasião da formatura em 1981. É uma foto que ilustra o fim da vivência atuante dos três em Ouro Preto-MG, depois de terem vencido a eleição para a direção do CA Livre da Escola de Farmácia, de participarem da reconstrução da UNE em Salvador-BA e terem estado presentes na votação da Lei da Anistia no Congresso Nacional. No meio está Rafael Resende; à direita, Helvécio Lopes; e à esquerda, Chico.

Sabemos que o trabalho do historiador na finalização de um projeto acadêmico, como essa dissertação, não é o de prestar homenagem. Devemos buscar a objetividade que se espera de um trabalho científico. Por isso, essa imagem e as declarações pessoais sobre Chico são colocadas no texto. São uma homenagem objetiva. Já que fazemos um trabalho acadêmico

sobre a ditadura civil-militar, nada mais justo que mostrar objetivamente quem foram os atores dessa história de luta e resistência. Um trabalho acadêmico sobre um governo ditatorial, que, de muitas formas, diretas e indiretas, violentou a população de nosso país terá, pelo menos, uma homenagem àqueles que viveram sua vida em militância contra a ditadura. Por isso, a imagem deles faz parte do texto. Estavam juntos, compunham uma tendência política de resistência, que ganhou notoriedade nacional ao ser considerada a primeira a defender publicamente a bandeira “abaixo a ditadura⁶²”. Em Ouro Preto-MG, fizeram parte de importante luta pela universidade pública gratuita e de qualidade, ao discutirem, entre outras pautas, a expansão da moradia estudantil de forma democrática.

Faremos nosso relato com uma exposição inicial da chegada de cada um a Ouro Preto-MG, das casas onde moraram e da experiência nas repúblicas federais. Queremos demonstrar como a vivência da moradia estudantil pública, por esses integrantes da “Libelu”, estava recheada de conflitos pela luta pela democracia. Em seguida, apresentaremos relatos das greves estudantis das quais fizeram parte e, por fim, explicaremos como se deu a expansão das repúblicas federais em 1982. Defendemos que o avanço das mobilizações estudantis fez crescer a militância pela ampliação da moradia estudantil democrática.

Figura 2: Chico, Helvécio e Rafael



Fonte: Arquivo pessoal de Helvécio Lopes de Faria

Chico, uma das lideranças da “Libelu”, foi o primeiro a chegar em Ouro Preto-MG.

⁶² Sobre esse tema, citamos também a dissertação de mestrado defendida na USP, por Luã de Campos Cupolillo (2018), em que o autor faz uma análise das publicações do jornal *O Trabalho*, produzido pela OSI, organização da qual a “Libelu” fazia parte.

Não conseguimos identificar como foi a sua aproximação anterior com a “Libelu”, mas ele é lembrado, por nossos entrevistados, sempre associado à tendência, o que nos faz sugerir que, ao chegar em Ouro Preto-MG, em 1975, já estava alinhado ao grupo que, naquele ano, ganhava expressiva força no movimento estudantil nacional. Chico foi um militante considerado radical e apaixonado pelas causas humanistas e, por isso, encontrava semelhança ideológica com a linha trotskista de enfrentamento da tendência “Libelu”.

Para Kátia Primavera, que, na época, era professora da USP, amiga do Chico, que conheceu durante um curso que ofereceu aos estudantes da Escola de Farmácia, a questão central, para ele, era combater a desigualdade social, acabar com os privilégios e as grandes fortunas. Para ela, Chico fez parte dessa história, dos militantes que tentaram mudar a vida política do país. Maria Leônia Chaves, sua irmã, nos relatou que ele saiu de casa cedo, aos 16 anos, para trabalhar e “fazer sua vida”. Rafael Resende contou que ele havia feito um curso de técnico em Química que o levou ao vestibular de Farmácia em Ouro Preto-MG.

Chico morou, durante todo o tempo de estudante, na república federal Macarangalha, que, na época, pertencia à Escola de Farmácia. Essa casa era reconhecida, pelos estudantes do curso, como a melhor por ser a mais central e ter mais quartos. Naquele período, era composta apenas por estudantes homens desse curso, mas, atualmente, recebe estudantes de todos os cursos. Marcondes de Oliveira relatou que Chico foi seu colega de quarto na Maracangalha até o ano em que se formou, 1981. Ele se lembra que Chico era um companheiro agradável, tranquilo e que tinham uma relação boa. Disse que ambos habitavam um quarto da república apelidado de INPS (em alguns momentos, ele fala INSS), que era a habitação destinada aos “bixos”. Chico nunca saiu dessa habitação e, a despeito da hierarquia da casa, permaneceu como “bixo” durante todo o tempo. Sobre isso, Marcondes supõe duas razões: uma, que a convivência de Chico com os outros moradores era conflituosa por causa de sua atuação política, o que fez com que ele interagisse pouco com eles. Relatou também que Chico participava minimamente das questões da casa, como na escolha de novos moradores. Outra suposição que ele nos apresentou é que Chico permanecia no quarto de calouros para tentar convencer os estudantes a ingressar nas fileiras da “Libelu”. Marcondes nos narrou que Chico tentou convencê-lo a participar da militância da tendência e a distribuir o jornal *O Trabalho* pela cidade, mas ele nunca aceitou o convite, embora respeitasse as ideias do companheiro.

Além de não ter aderido à tendência política de Chico, Marcondes relata que, estimulado pelos outros moradores da casa (“envolvido por eles”), fizeram, em 1981, campanha para o CA Livre da Escola de Farmácia, que disputou em oposição à chapa do Chico, e ganhou.

Marcondes não soube delimitar quais eram exatamente as diferenças entre as proposições dos dois grupos. A vitória, segundo ele, foi por uma questão de popularidade entre os alunos. Marcondes foi prefeito, pelo PSDB, durante três mandatos na cidade de Campanário-MG e, atualmente, se considera alinhado ao conservadorismo. No passado, quando era companheiro de Chico e, segundo ele, mesmo sem entender ou estar inteirado das disputas políticas, preferiu apoiar o grupo que se opunha ao colega por considerá-lo muito radical. Chico vivia para a política e a militância, e nunca foi visto com uma namorada.

Mesmo depois de terem concorrido em posições opostas, a convivência com o colega de quarto continuou de maneira amigável. Essas memórias demonstram que a sugestão de que os posicionamentos políticos pudessem afastar o líder da “Libelu” dos outros moradores em relação aos rituais de convivência realmente podem indicar uma realidade, embora não parece ter havido fortes animosidades entre eles. Em fragmento de artigo sobre o movimento estudantil escrito em 1981, por Chico e Rafael Resende, para a publicação do CA Livre de Farmácia, que já estava sob o controle da nova direção, Chico assinou o texto como um membro da oposição à diretoria em vigência⁶³. Sobre essa ocasião, Helvécio Lopes conta que foi uma surpresa. Para ele, apesar de terem organizado todo o movimento e os estudantes, perderam as eleições para uma chapa que “caiu de paraquedas” e ganhou.

Ainda em relação à república Maracangalha, Kátia Primavera, que se hospedou algumas vezes com o amigo, disse que

a Maracangalha tinha mesmo essa coisa meio elitista mesmo... Não só a Maracangalha, mas como era uma república da própria universidade, do sistema educacional de Ouro Preto... Essa história de escolher dependia muito de indicação... O Chico não tinha essa referência, ele foi lá, quis entrar, porque ele precisava e não tinha onde ficar... Então tinha essa discussão de abrir essa possibilidade de todos concorrerem e ter a chance de ter a vaga... Não era uma coisa muito democrática... Ele falava sobre isso... Era uma reivindicação... Como era a reivindicação do ensino público gratuito de qualidade, tinha também a questão da moradia... Não só em Ouro Preto, mas na própria USP, que a moradia estudantil era pra ser aberta pra quem realmente tinha necessidade... Era uma democratização do acesso... (Katia Schelin da Costa Primavera. Entrevista cedida em 08/01/2021).

Esse relato, em conjunto com o de Marcondes de Oliveira, nos sugere uma preocupação e um enfrentamento com as formas hierárquicas da república, que será refletida

⁶³ Jornal *A Botica*, Ouro Preto, 1981. Arquivo pessoal de Rafael Marcos Chaves de Resende.

no engajamento da luta pela expansão da moradia estudantil.

Marcondes de Oliveira considera o antigo colega de quarto como uma pessoa que viveu para a militância e que queria mudar o mundo. Embora não tenha “abraçado” as ideias políticas de Chico, pondera que sempre tenha tido uma boa convivência com ele. Marcondes considera que ele próprio não tinha definições políticas ou ideológicas, que possuía dúvidas, ao contrário do colega, e que, por isso, por não ter entendimento político da conjuntura, não concordava com as ideias de Chico. No entanto, no mesmo depoimento, relata ter sido parte da diretoria do CA, além de ter participado de greves e de caravanas estudantis de luta para Brasília-DF. Portanto, sua posição de neutralidade em relação ao posicionamento político de Chico parece ter sido marcada também por uma real oposição, que pode ter sido suscitada por posturas fora de seus padrões, consideradas diferentes e radicais. Para Kátia Primaveira, Chico era

totalmente anarquista, fora completamente dos padrões, super criativo, intelectual, varredor de livros, rato de biblioteca, de jornal de panfleto... Tudo que você pode imaginar escrito, ele sabia e devorava... A casa dele era um monte de papeis de todo tipo... e uma pessoa surreal. Ele discutia tudo aquilo e ele queria que você interagisse com ele sobre tudo que ele estava lendo... E, ao mesmo tempo, com aquela rigidez filosófica dele. Ele era uma pessoa super amiga, solidária cativante... Tão criativa, tão forte... pra querer mudar as coisas, a vida das pessoas... Uma pessoa surreal... Completamente fora dos padrões de vida, de vida pequeno-burguesa. Ele tinha todo um esquema de fazer as coisas do jeito dele... As pessoas ficavam até assustadas... No fundo, no cerne dele, existia uma personalidade muito marcante e solidário... Amoroso com a família, a mãe principalmente. A gente tinha uma força muito grande... Uma amizade... Dentro daquela aparência transformadora e radical, existia uma pessoa super doce e amorosa (Katia Schelin da Costa Primavera. Entrevista cedida em 08/01/2021).

Rafael Resende, seu irmão, ingressou no vestibular para Farmácia em 1978, no mesmo ano da chegada de Helvécio Lopes. Rafael se lembra de que, quando chegou, Chico e um colega chamado Marcinho eram os dois que organizavam o movimento da tendência “Libelu” na Escola de Farmácia. Não se recorda de ter tido, em sua trajetória, significativa participação no movimento estudantil secundarista. Mas, com a sua chegada à universidade, também passou a participar do movimento estudantil, como membro da “Libelu”, e foi, inclusive, ao congresso realizado em Salvador-BA para a reestruturação da UNE. Rafael Resende morou, durante todo o curso, na república federal Pronto Socorro, que, na época, apenas recebia alunos da Escola de Farmácia. Questionado sobre as discussões em torno da moradia estudantil, Rafael disse que não se lembra de tal questão na época, até porque ele

mesmo morava em uma república federal. Nos disse que outros colegas que haviam tido uma experiência em casas particulares poderiam se lembrar mais. No entanto, mesmo quando disse que não se lembrava da discussão sobre a moradia estudantil, revelou a preocupação com a questão da moradia democrática. Em sua entrevista, faz questão de dizer que era legítimo que morasse na república Pronto Socorro, caso contrário, não teria condições de custear sua permanência. Além disso, relatou que as escolhas eram autônomas, feitas pelos próprios estudantes, que buscavam elaborar uma seleção democrática, que desse preferência a quem precisasse. Também se lembrou de uma república conhecida por só aceitar estudantes ricos e que tivessem carros, coisa que eles não compactuavam. Nas palavras dele,

sei de um caso de uma república, não vou citar o nome, de uma república que parece que o pessoal só escolhia quem tinha carro, era uma república da Engenharia, não era da Farmácia não... Tinha lá os critérios deles lá. Era uma república considerada de ricos... Essa república tinha autonomia pra escolher os ricos de acordo com os critérios deles lá, mas eu nunca confirmei isso não, embora onde há fumaça há fogo (Rafael Marcos Chaves de Resende. Entrevista cedida em 12/01/2021).

Não procuramos elucidar exatamente esses critérios de escolha ou a respeito de qual república Rafael Resende se referia, porque a intenção de nosso trabalho não é o de apontar para culpados, mas investigar como o movimento estudantil percebia a questão da moradia estudantil na UFOP, em relação às repúblicas federais. Interessante notar que, mesmo que Rafael não se lembre de ter participado diretamente de discussões sobre moradia estudantil, em algumas vezes, em seu depoimento, fica evidente que, em sua memória, esse era um assunto discutido, como no caso da lembrança das formas de acesso a determinada república ou a maneira de inserção nas casas por meio dos trotes. Sobre os trotes, Helvécio Lopes e Rafael Resende se lembram que, na turma em que ingressaram, houve uma dedicação em substituir os trotes por atividades culturais, para transformar a prática que continua com contornos humilhantes. Para Rafael, sua chegada em Ouro Preto-MG foi, de certa forma facilitada, pelo fato de seu irmão já ser morador da cidade.

Em relação às escolhas de moradores e ao funcionamento das repúblicas, ele relatou:

havia, principalmente, uma carência de repúblicas federais, mas a escolha era feita pelos moradores que já estavam na república. Então, quando a gente chegava na

república, a gente colocava o nosso nome para a apreciação do pessoal que já morava na república e era feita a seleção por eles... segundo os critérios que eles tinham... Um processo mais ou menos democrático, do qual eu participei depois, como morador da república. Então a gente fazia uma reunião diante dos nomes daqueles que estavam pleiteando a vaga e a gente escolhia aqueles que iriam morar conforme iam saindo aqueles que iam formando, iam saindo e iam entrando os calouros novos (Rafael Marcos Chaves de Resende. Entrevista cedida em 12/01/2021).

Rafael Resende ainda relatou, que naquela época, as repúblicas eram divididas entre as casas da EMOP e as da Escola de Farmácia. Como ainda não haviam estudantes de outros cursos, como relatamos no segundo capítulo, sua república aceitava apenas estudantes da Escola de Farmácia. Em outro momento, relata que a escolha de moradores novos também era feita por uma questão de simpatia, e que até poderia ser levado em conta a questão financeira, mas isso não era determinante.

Notamos que, diferentemente do que ocorre hoje, quando os estudantes passam por um semestre de “batalha” morando na própria república, na época estudada, aqueles que pleiteavam vaga não moravam nas casas. Marcondes de Oliveira relatou que, em seu caso, permaneceu na república durante o processo de escolha, o que foi algo diferente para a época e que quase causou a sua exclusão.

De nossos três personagens, Helvécio Lopes foi o único que morou, por determinado período, em uma república particular, embora tenha se formado morando na república Pronto Socorro e tenha, assim como Rafael Resende, um quadrinho na parede da casa⁶⁴. Ele chegou à universidade já egresso do movimento estudantil, como relatado, e se lembra de ter sido ferrenho crítico das dinâmicas em relação aos trotes e às modalidades de escolha de novos moradores das repúblicas federais. Para ele, era injusto que a EMOP tivesse, à disposição dos alunos, número maior de casas e vagas, enquanto a Escola de Farmácia só dispusesse de três repúblicas. Também critica o fato de eu a EMOP tivesse uma república feminina, enquanto a Escola de Farmácia tinha um contingente maior de mulheres, mas nenhuma república destinada a elas. Nas palavras dele,

esses prédios eram da universidade e, para você entrar nessas repúblicas da universidade, você tinha que passar por um processo de seleção que os próprios estudantes criaram. Ai você tinha que fazer uma espécie de estágio. Hoje, eles chamam de batalha, mas não tinha esse nome na minha época. Você entrava na república e tinha que ficar puxando o saco dos caras, fazer subtrabalhos. Se você

⁶⁴ Um dos rituais tradicionais nas repúblicas federais é a inauguração de um quadrinho com a foto do ex-aluno, que ficará junto aos outros ex-moradores da casa.

jogasse bola ou fosse um cara que tocava violão, tinha uma vaga mais garantida, era uma coisa mais assim... uma escolha meio... E a gente não concordava, eu não concordava com aquilo e achei que era um tipo de escolha que não correspondia com a realidade. Eu tinha colegas carentes que pagavam moradia na Barra morando até em condições bem ruins, enquanto, nas casas da universidade, você tinha que passar por esse processo de seleção que era muito degradante na época, a gente entendeu assim. Os alunos tinham que passar por uma série de humilhações para serem escolhidos. Os que não eram escolhidos alugavam moradia particular (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 15/12/2020).

A perspectiva que Helvécio Lopes trazia de sua experiência militante no movimento estudantil, aliada à real conjuntura de déficit das casas e à diferença em relação à Escola de Farmácia, pode ter ajudado na percepção da condição injusta que nos relatou. Egresso de um movimento que lutava pelo fortalecimento das pautas democráticas, ele encontrou, nas dinâmicas das repúblicas federais, indícios da sedimentação de violências e autoritarismo, já marcantes na ditadura militar.

Juntamente a outros 13 colegas, fundaram uma república particular chamada Anistia. O nome era referência à lei que estava em disputa naquele momento e uma crítica às repúblicas federais. Nesse sentido, o nome se referia a uma provocação para que as repúblicas se transformassem em locais mais democráticos e menos autoritários.

Para nossa interpretação, sugerimos que a vivência nas repúblicas federais de Farmácia parece ter sido outro tipo de experiência. Primeiro, porque eram bem menos casas destinadas a esses estudantes, e, segundo, pela condição de prestígio e glória que gozava a EMOP, que, aliás, possuía um contingente muito maior de homens do que a Escola de Farmácia. Não que necessariamente os estudantes da Escola de Farmácia fossem mais democráticos, mas sugerimos que o fato de terem bem menos casas e vagas disponíveis fazia com que tivessem mais preocupação direta com a luta de expansão da moradia estudantil, por uma questão de garantia de permanência na universidade e por aspirarem as mesmas condições dos estudantes da EMOP.

3.3 As greves estudantis na UFOP e a expansão das repúblicas federais

Investigamos, em nosso trabalho, principalmente os alunos da Escola de Farmácia que estiveram ligados ao movimento estudantil. Essa escolha se deu porque, em nossas pesquisas e preparações para a organização e seleção dos entrevistados, o nome de Chico apareceu diversas vezes como uma figura indispensável para a construção de nossas narrativas. Por isso, digamos que não fomos nós que os escolhemos, mas o contrário. Essa tratativa é interessante, pois o movimento estudantil comumente estudado na UFOP consiste no que se refere à EMOP e à atuação de seus alunos e professores durante a ditadura civil-militar, como se a proeminência e o prestígio da escola fossem refletidos em uma proeminência também do movimento estudantil.

Em nossas entrevistas, o DA da Escola de Farmácia foi, por diversas vezes, citado como um lugar onde eram realizadas reuniões de estudantes com fins de organização de combate e resistências às lógicas da ditadura. Na percepção de Mônica Valadares, os alunos da Escola de Farmácia tinham muito mais respeito com as mulheres e os moradores de Ouro Preto-MG. Evidentemente, não queremos transportar a rivalidade histórica das duas escolas para nosso trabalho. Reivindicamos uma narrativa sobre o passado do movimento estudantil em Ouro Preto-MG que não seja tão assertiva quanto a afirmação de que os estudantes da Escola de Farmácia estiveram ausentes nas fileiras de combate à ditadura.

O movimento estudantil, na UFOP, no final da década de 1970, estava composto por pautas e demandas, como a expansão das vagas de moradias públicas, a ampliação do restaurante universitário contra o pagamento de taxas universitárias, e a oposição ao autoritarismo na universidade e no país, além da luta pela expansão do ensino público. A “Libelu” era uma tendência minoritária, mas, como mostrado, para seus atores, era a organização que conseguia mobilizar mais contundentemente as pautas reivindicadas. Elas se referiam à situação local da universidade e também a mobilizações sobre a situação do país, que se preparava para a abertura política e o reinício da experiência democrática. Já não se aguentava mais a ditadura civil-militar, se fazia evidente o anseio pela liberdade de participação e representação daqueles estudantes, um grupo de militância atuante, disciplinado e rebelde, além de contraditório e multifacetado, como costumam ser nossas ações. No relatório do GT UFOP, os autores concluíram que

o final dos anos 1970 e início dos 1980 foi um período de profusão de mobilizações conjuntas dos estudantes de Ouro Preto. Entre 1981 e 1982, ocorreram diversas manifestações que tinham como pauta a assistência estudantil e estavam diretamente ligadas à conjuntura nacional de luta pela redemocratização. Foram escritas várias cartas direcionadas à população de Ouro Preto, aos professores e funcionários da UFOP, bem como aos secundaristas, cujo objetivo era o de alertar para os problemas universitários e esclarecer os motivos das greves estudantis. Dentre as principais reivindicações estavam a construção de novas moradias, a readequação do Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto (REMOP), a construção de novos restaurantes universitários capazes de atender a todos os estudantes e a disponibilização de um ônibus fretado para fazer o transporte entre os *campi* de Ouro Preto e Mariana (SILVEIRA; MAIA; PEREIRA; SILVA, 2018, p. 223).

Nossos entrevistados formam parte desse corpo de estudantes mobilizados. Como vimos, até 1978, a UFOP era formada apenas por estudantes da EMOP e da Escola de Farmácia. Com o ingresso de novos cursos nos anos seguintes, seria razoável sugerir que as demandas aumentassem. Destacamos que, para nossos entrevistados, o sentimento era de que não havia, declaradamente entre eles, estudantes que se manifestassem a favor da ditadura. Ao mesmo tempo, aqueles que se dispunham realmente a se posicionar contra a ditadura, a atuar no movimento estudantil e a fortalecer as mobilizações eram poucos. Supomos que a grande massa de estudantes despolitizados ficava alheia às disputas do movimento e voltava suas percepções para seus problemas mais concretos, de forma despolitizada. No entanto, tanto a greve de 1980 como a greve de 1983 obtiveram adesão massiva dos estudantes. Não realizamos mapeamento das greves ou fizemos nossa investigação sobre os aspectos das movimentações, pois pretendemos mostrar é como as repúblicas federais foram questionadas sob o ponto de vista da moradia estudantil e que esse processo se avolumava a medida em que a transição política se consolidava.

As organizações e os direcionamentos das greves estudantis foram feitos com uma unificação das tendências políticas em torno de projetos em comum sem, contudo, perder as diferenças e as disputas. Helvécio Lopes relatou uma das discussões entre os integrantes da “Libelu” e do PCdoB na ocasião da greve de 1980, quando discutiam sobre o aumento do preço do restaurante universitário:

nós defendíamos nenhum aumento e eles defendiam 0% de aumento, só para nos colocar junto aos estudantes e burocracia universitária como radicais, pois alegavam que 0% dava margem à negociação com a reitoria e nenhum aumento não. Foram três

horas de assembleia com réplicas e trélicas defendendo as duas propostas [risadas] (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 15/11/2020).

Em relação à disputa pela direção do CA Livre da Escola de Farmácia em 1979, Helvécio Lopes relatou:

conheci o Chico numa assembleia de prestação de contas do antigo DA da Farmácia. Eu, ainda calouro, participei da assembleia e fiz a proposta de criação do CA Livre de Farmácia desvinculado da burocracia universitária nos moldes que tínhamos criado no COLTEC, colégio técnico da UFMG, que eu tinha sido presidente em [19]76 e [19]77. O Chico e Marcinho também defenderam esta proposta. Eles eram um ano na nossa frente, e eu e Rafael éramos calouros. Através do Rafael e da nossa afinidade política, ficamos amigos (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 15/11/2020).

Ainda sobre a eleição do CA Livre de Farmácia, Helvécio Lopes relata que o nome escolhido para órgão seria, a partir daquele momento, Centro Acadêmico Antônio Carlos Bicalho Lana, em uma franca homenagem ao estudante secundarista de Ouro Preto-MG que havia sido assassinado pela ditadura, em Perus-SP. Tempo depois, em outra gestão, o CA passou a se chamar CA José Baldini, homenagem a um professor que Helvécio considera uma figura importante, mas que, para ele, não representava a luta dos estudantes.

A amizade entre Rafael Resende e Chico se estabeleceu para toda a vida, e resultou em diversas ações em Ouro Preto-MG. Encontramos referências a duas grandes greves de estudantes da UFOP, em 1980 e em 1983. Helvécio Lopes se referiu a uma greve ocorrida em 1979. Marcondes de Oliveira nos relatou que a greve, em 1979, na UFOP, foi exclusivamente da Escola de Farmácia e que a pauta principal se referia a uma questão específica dos estudantes desse curso, que se relacionava à luta por equiparação com o curso de Biomedicina, em relação à regulamentação da profissão. Marcondes contou que os estudantes organizaram um ônibus para Brasília-DF, para que fosse acompanhada essa discussão no Congresso Nacional e que, chegando lá, por coincidência, acabaram participando da votação da Lei da Anistia, embora não tivessem ido para isso. Contou também que muitos estudantes participaram das manifestações nos gramados do congresso, quando foram usados gás lacrimogênio contra eles.

Helvécio Lopes, no primeiro momento de seu depoimento, nos relatou que a participação na votação da Lei da Anistia foi organizada e consciente, pois estavam lá para debater e apoiar a votação da lei. Para ele, essa discussão sobre a Lei da Anistia vinha sendo

feita pelas tendências políticas, e os estudantes estavam lá organizados para isso. Sobre as características da Lei nº. 6.683, de 1979, ele afirmou que,

naquela época, a gente achava que a redemocratização era mais importante. Mas essa é uma cicatriz que está aí até hoje. Tanto que o Brasil virou um local de aceitação de ex-nazista. Porque essa conveniência com a aceitação da violência como uma coisa normal é histórica no nosso país. Alguns foram beneficiados, em contrapartida, conseguimos trazer muitos presos políticos. Tem uns até do lado da esquerda que se aproveitaram da situação. Alguns receberam o abono da ditadura sem poder. A gente priorizou uma redemocratização pacífica. De certa forma, a gente conseguiu. A discussão teve um segundo plano, eles falavam que era revanchismo... Não é nada disso, não tem conciliação, com a violência e tortura. A gente não tinha pernas para fazer esse combate, se o debate ficasse mais acirrado. Foi uma estratégia, pode dizer equivocada, mas há sempre tempo de resgatar. Deixar essas pessoas sem pagar pelo crime... É um resgate histórico que devemos fazer, não como revanchismo, mas como uma questão de justiça (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 15/11/2020).

Nesse trecho, Helvécio Lopes reflete sobre possíveis parâmetros da esquerda para o apoio à votação da lei e se refere, de forma incomodada, aos termos acordados pela norma, que diziam respeito à anistia irrestrita, ou seja, também contemplavam os crimes cometidos pelo Estado. Para ele, na época, essa foi a estratégia possível, mas que não necessariamente estava correta ou devia ser seguida até hoje. Queremos demonstrar, então, como, para os estudantes militantes da “Libelu”, a participação política dentro da universidade estava vinculada às mobilizações nacionais e que as pautas se encontravam em torno da defesa dos processos democráticos, como na expansão das vagas das moradias estudantis e no combate às políticas vexatórias e autoritárias das casas. Após o depoimento de Marcondes de Oliveira, questionamos novamente Helvécio Lopes sobre a greve de 1979, para averiguar se se tratava de um movimento próprio da Escola de Farmácia ou se tratou de uma organização do movimento estudantil mobilizado com diversas pautas. Ele nos respondeu:

estou misturando as greves. A que referi foi a de [19]80, de toda universidade. A da Farmácia, que foi específica, foi a contra o projeto que tramitava em Brasília para regulamentação do curso de Biomedicina. A gente organizava idas à Brasília de ônibus, íamos num dia e voltava quase que no dia seguinte... 13 horas de viagem... Depois, fomos para a votação do Projeto da Anistia. Nós, na época dos Biomédicos, dormíamos no Salão Verde do Congresso, os carpetes eram iguais a colchões (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 08/01/2021).

Em relação à greve de 1979 e à questão apresentada pelos estudantes da Escola de

Farmácia, encontramos que, em 3 de setembro de 1979, foi sancionada a lei que regulamentava a profissão de biomédico (Lei nº. 6.684). Notamos que os estudantes estavam envolvidos nas disputas pelas normas e organizações do país, em pautas que se referiam ao campo profissional de atuação e à organização político-social. O que estava em jogo era a participação política.

A greve de 1980 é considerada, por nossos entrevistados, como o início de uma grande mobilização pela construção de mais moradias estudantis na UFOP. Helvécio Lopes, Rafael Resende, Israel Barbosa e Marcondes de Oliveira relataram que, entre as pautas dos estudantes, estava a exigência pela ampliação das vagas em moradias públicas, e que a construção de novas repúblicas para os estudantes foi uma consequência dessa luta. Para Helvécio Lopes, quando o CA Livre da Escola de Farmácia foi ocupado pela direção da “Libelu”, a questão da moradia estudantil foi imediatamente pautada. Ele também reivindica que o movimento grevista tenha sido iniciado com a “Libelu”. De fato, com o depoimento de David Maximiliano a Machado (2003), mostrado no início do capítulo, a perseguição das lideranças da organização pelo aparato policial sugere o entendimento de que realmente tinham influências nas mobilizações da cidade.

Em relação à atuação do CA da Escola de Farmácia, Machado (2014, p. 14) afirmou que:

seu espaço independente, sempre fugindo a agregação à Diretoria de sua unidade, é um fato importante, e que a destacava neste momento em relação às outras entidades. Suas publicações, cartazes, boletins e folhetos, também, foram um dos marcos de sua disposição dentro do movimento estudantil. Sua participação, principalmente na greve de 1983 e na fundação do DCE demonstra sua maturidade adquirida a todo custo ao longo de sua trajetória.

Marcondes de Oliveira se lembra que a disputa pelas vagas nas repúblicas federais era enorme, e que muitos que precisavam acabavam não conseguindo ingressar nas moradias. Em relação ao próprio processo de disputa de vaga para a república Maracangalha, ele se lembra que concorreram outras 20 pessoas. Interessante destacar que, para ele, a situação que ocorre hoje, em relação ao grande número de vagas ociosas, é absurda, como demonstramos em quadro no segundo capítulo. Ele supõe que isso ocorre, ou porque o movimento estudantil não é tão atuante como era em sua época, ou porque os estudantes possuem uma condição social melhor, e não precisam se submeter às dinâmicas de moradia das repúblicas federais.

Um estudo divulgado pela Prace, em 2018, sobre o perfil socioeconômico dos

estudantes da UFOP, indica que a renda da grande maioria dos estudantes é inferior a 1,5 salário mínimo, e que 30% deles informava possuir renda menor que um salário mínimo. A pesquisa também revela que a moradia é o item que mais demanda recursos dos estudantes, quando comparada à alimentação e ao transporte (UFOP, 2018). Entendemos, com esses dados, que a ociosidade de vagas em repúblicas federais não está principalmente relacionada a não necessidade da moradia estudantil pública. Em relação à certa nostalgia do movimento estudantil, outros entrevistados também guardam a mesma impressão, de que, naquela época, os estudantes eram muito mais atuantes e combativos.

Um dos documentos da greve estudantil de 1980 é o registro de uma carta enviada ao Conselho das Repúblicas, assinada em conjunto pelas representações estudantis da UFOP. Nessa carta, os estudantes fazem um apelo pela expansão das moradias estudantis democráticas e conclamam as repúblicas estudantis da cidade a se posicionarem e se organizarem diante da luta política (MACHADO, 2013). Em artigo sobre a atuação do movimento estudantil, publicado no jornal da Escola de Farmácia, Chico e Rafael Resende, mencionam aos estudantes que

se vemos hoje a impossibilidade de darmos uma resposta de conjunto ao governo (MEC), por outro lado vemos através da reitoria da UFOP nossas conquistas ameaçadas referentes ao bandeirão, moradias etc. A única forma de não aprovarmos o corte de verbas e seguirmos nossas bandeiras de suplementação de verbas é retomar as discussões e a luta frente aos ataques a nossas conquistas (Jornal *A Botica*, Ouro Preto, 1981. Arquivo pessoal de Rafael Marcos Chaves de Resende).

As repúblicas federais do Morro do Cruzeiro são a consequência das mobilizações estudantis em Ouro Preto-MG. O Morro do Cruzeiro é o local apartado do centro histórico onde foram construídas e finalizadas, em 1982, as novas instalações da UFOP e onde está, hoje, a maioria de seus cursos e departamentos, o que inclui a EMOP. As novas casas dos estudantes foram construídas adjacentes ao *campus* e entregues aos alunos também em 1982.

Segundo Helvécio Lopes, a princípio, a escolha dos moradores se deu por meio de cadastro na UFOP e da criação de uma lista com os nomes prioritários para a ocupação dessas casas, cuja prioridade seria o critério socioeconômico. A luta pela expansão da moradia estudantil não significou, nesse sentido, a expansão nos moldes das casas que existiam. Em relato sobre a fundação da república Vira-saia, uma das casas que ocupam as moradias do Morro do Cruzeiro, lê-se que “a Vira Saia vive sob um regime de normas consensuais, democráticas e

não hierárquicas; fundamentos básicos passados a todos os que venham a serem moradores” (MACHADO, 2014, p. 83). No entanto, não tardou para que a escolha feita a partir da universidade fosse substituída pela autogestão dos moradores, que passaram a determinar quem entrava nas casas. Em relato de Duarte M. Barbalho, citado por Machado (2014, p. 100), sobre a formação das casas do *campus*, lemos que

o que mais incomodava o movimento estudantil da década de 1980 era a tradição oitocentista da rivalidade entre os estudantes da Escola de Minas e os da Escola de Farmácia. Existia discriminação e humilhação muito grande para com os alunos recém-ingressados na UFOP, com trotes exagerados e costumes de hierarquização do meio estudantil. Daí o porquê da opção de muitos alunos que estavam nos períodos iniciais e dos “bixos” de procurarem abrigo nas novas repúblicas recém-criadas no Campus – no intuito de criar ali um ambiente universitário e estudantil menos hostil, sem as tradições arraigadas das repúblicas do centro histórico. Muitas das novas repúblicas optaram pela diversificação de alunos de vários cursos na sua composição.

O movimento de expansão das repúblicas federais de Ouro Preto-MG, cuja luta se intensifica com as mobilizações do movimento estudantil em 1980, está ligado à figura do ex-reitor da UFOP, Antônio Fagundes de Souza. Foi também em sua gestão (1979-1982) que ocorreu o início da expansão da universidade, com a construção das novas casas destinadas aos alunos e a criação de novos cursos, como o de Nutrição, em 1978 (que, inicialmente, estava vinculado à Escola de Farmácia, mas adquiriu autonomia didática em 1982, e, em 1994, foi criada a Escola de Nutrição) e a incorporação dos cursos de Letras e História em Mariana-MG, que, em 1979, passaram a fazer parte da UFOP. Em relação ao reitor, Rafael Resende diz que a “Libelu” fazia um grande enfretamento, ao vincular novas propostas orçamentárias do MEC, que eles julgavam nefastas para a educação pública. Em relação a Antônio Fagundes, um de nossos entrevistados, cujo nome não será revelado neste trecho, envolvido com a militância disse que

Antônio Fagundes foi reitor da Universidade de Viçosa antes de ir para Ouro Preto. Ele era arrogante e autoritário, fazia o jogo da Ditadura, mas gostava de passar uma imagem de progressista. Tivemos embates para conseguir a construção das repúblicas no Morro do Cruzeiro e, a princípio, a ideia era um quantitativo bem maior do que foi realizado, mas, na época, foi uma vitória nossa (Arquivo pessoal. Entrevista cedida em 15/11/2020).

Para Marcondes de Oliveira, Antônio Fagundes de Souza foi um bom reitor e se

lembra dele como uma figura progressista, que conseguia responder às exigências estudantis. De fato, em sua gestão, houve a construção de 14 casas no Morro do Cruzeiro. De acordo com Helvécio Lopes, o acordo era de mais casas, com número suficiente que abrigasse a todos os estudantes. Durante a constituinte mineira, Antônio Fagundes de Souza foi eleito deputado estadual em Minas Gerais pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Ainda durante os trabalhos da constituinte, foi substituído pelo suplente. O PFL era o partido de Romeu Tuma, que dirigia um dos principais órgãos de repressão durante a ditadura militar, o Deops⁶⁵. Podemos supor que a atuação do reitor tenha sido de expansão, mas isso não significa que essa expansão não tenha sido autoritária.

A culminância de parte da luta do movimento estudantil foi a expansão das casas destinadas à moradia. Em 1982, foram inauguradas 14 casas no Morro do Cruzeiro. Na época, as primeiras seleções para moradia foram feitas por meio de uma lista organizada pela universidade. Os alunos também se organizaram em uma comissão, que pretendeu discutir as formas de ocupação dessas casas. Em entrevista para Machado (2014, p. 100), Duarte M. Barbalho, ex-morador da república Arte e Manha, uma das que ocupou as casas em 1982, descreveu que

o que mais incomodava o movimento estudantil da década de 1980 era a tradição oitocentista da rivalidade entre os estudantes da Escola de Minas e os da Escola de Farmácia. Existia discriminação e humilhação muito grande para com os alunos recém-ingressados na UFOP, com trotes exagerados e costumes de hierarquização do meio estudantil. Daí o porquê da opção de muitos alunos que estavam nos períodos iniciais e dos “bixos” de procurarem abrigo nas novas repúblicas recém-criadas no Campus – no intuito de criar ali um ambiente universitário e estudantil menos hostil, sem as tradições arraigadas das repúblicas do centro histórico. Muitas das novas repúblicas optaram pela diversificação de alunos de vários cursos na sua composição.

A preocupação com dinâmicas de sociabilidade democrática estava presente na construção das novas repúblicas. Com o passar do tempo, os estudantes conseguiram colocar as repúblicas do campus no mesmo sistema das repúblicas federais, que já existiam e cuja principal característica era a autonomia dos moradores na escolha dos novos habitantes e as regras de hierarquia. Em que pese as diferenças entre as casas, o sistema de autogestão está, hoje, presente em todas elas.

Para Helvécio Lopes, a dinâmica das repúblicas federais do Morro do Cruzeiro

⁶⁵ Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/romeu-tuma/>>. (Acesso em 10 jan. 2020.)

representava uma traição ao movimento estudantil, que lutou para conquistá-las:

essas repúblicas não tinham nem o direito de fazer as escolhas dos estudantes do mesmo padrão que as repúblicas lá de baixo, do centro da cidade faziam. Essas repúblicas iriam... Parece que os primeiros moradores foram escolhidos por critério socioeconômico. Lutas e movimento que fizemos há 40 anos atrás voltaram para a estaca zero. Em relação aos trotes e escolha das vagas, voltaram com as escolhas da mesma forma degradante que a gente batalhou. Mas existe essa história de luta contra isso, uma história não contada, que eu estou te contando. E a gente pode tá comprovando isso com as repúblicas do Morro do Cruzeiro que foram construídas pelo Fagundes com o compromisso de que pudessem absorver os alunos da universidade. E a forma da escolha seria a princípio socioeconômico e democrático, que não fosse aquela coisa degradante que a gente contrapôs (Helvécio Lopes de Faria. Entrevista cedida em 08/01/2021).

Não encontramos menção direta à questão da autogestão das repúblicas federais relacionada às lutas do movimento estudantil na UFOP. O fato de as vagas das repúblicas do campus terem, inicialmente, sido preenchidas a partir de critérios estabelecidos pela universidade, como constam alguns relatos, demonstra preocupação social com a maneira como as casas seriam ocupadas. Ainda como argumentamos, esperar que os estudantes estivessem discutindo contrariamente o critério de autogestão em uma situação política ditatorial, quando a universidade era gerida por interventores do governo federal, não parece estranho. Isso não significa que os estudantes não questionassem as dinâmicas de escolha das casas e mesmo que se pusessem contra essas dinâmicas, como aferimos nos depoimentos citados. Esse enquadramento das novas repúblicas nos antigos modelos indica algo pouco discutido: a força das tradições das repúblicas federais no imaginário dos estudantes.

Muitos desses estudantes almejam compartilhar do *status* das federais e suas tradições, com forte ideal de diversão, comprometimento mútuo e autoproteção. Muitos compartilham o apreço pela hierarquia e o vínculo entre alunos e ex-alunos, querem esses laços, almejam ter um lugar para voltar depois de formados e serem ali respeitados e tidos como parte da casa para sempre. O que queremos dizer é que a escolha com base na hierarquia é vista como algo essencial para isso. O critério socioeconômico, mais imparcial, é visto, por eles, como desagregador, pela sua imparcialidade. É um direito que não passa pelo vínculo com a tradição da casa. Sobre a autonomia das repúblicas federais, Israel Barbosa disse:

o grande diferencial de Ouro Preto é uma escola razoável com uma vivência social interessante, que a gente sai querendo melhorar o mundo que a gente vive. Em Ouro

Preto, você tem que crescer dentro da sua história, então, eu acho que essa questão... tem muita coisa pra melhorar... achar um denominador comum nesse fato da escolha do morador seria muito interessante. Você tem a coisa legal. Isso não é errado. Por outro lado, eu sei que isso vai esbarrar, porque outras escolas fizeram isso e empobreceu muito essa interação que tinha entre os alunos e ex-alunos no sentido da melhoria. Se nos acharmos um ponto comum que favoreça a maioria das pessoas... Se fosse hoje, alguns colegas não poderiam estar lá, porque eram abonados. Mas eu também não teria adquirido tanta experiência do outro lado. Eu aprendi muito com as pessoas que tinham condições financeiras melhores (Israel José Barbosa. Entrevista cedida em 07/11/2020).

Ainda sobre o critério de autogestão, o atual questionamento ocorre democraticamente, as disputas e os conflitos são geridos por dinâmicas legais, estabelecidas com bases na constituição. No caso do momento que estudamos, a autogestão das repúblicas federais representava liberdade diante de um governo ditatorial. Portanto, contestar a autogestão seria considerar a universidade como a ideal gestora das moradias, no momento em que os próprios estudantes debatiam e combatiam a atuação autoritária do governo e da UFOP.

Queremos dizer que, pelo fato de o critério de autogestão não ser criticado, ele deve ser pensado como uma vitória diante de um governo ditatorial. Mas não significa que, por isso, estavam garantidos dentro das repúblicas, que as dinâmicas entre os estudantes fossem democráticas ou mesmo libertárias. O paradoxo ou o estranhamento se apresenta hoje, em uma situação política bastante diferente, quando a ocupação das casas ainda continua a mercê do bom senso de seus moradores e é gerida por normas hierárquicas rígidas e, muitas vezes, violentas, além de injustas, como é o caso, por exemplo, de repúblicas federais que aceitam apenas estudantes do curso de Engenharia⁶⁶. No entanto, garantir a autogestão diante de um regime autoritário era outra coisa. O motivo dessa garantia pode estar alocado no prestígio, no privilégio e na participação de muitos ex-alunos do governo ditatorial, mas, mesmo assim, para o movimento estudantil naquela época, não faria sentido questionar a autonomia dos estudantes. Situação bem diferente da maneira como o questionamento é encarado hoje, em um sistema democrático, em que os privilégios de uns estão ao desserviço de garantias de outros.

Em 1981, Chico, Rafael Resende e Helvécio Lopes se formaram. Chico foi o orador da turma. Em seu discurso, ele fez diretas críticas ao reitor da UFOP, ao desmonte do MEC e ao autoritarismo da ditadura. Seu discurso foi descrito como um momento esfuziante, tocante e arrebatador. Maria Leônia Chaves, sua irmã, então com 15 anos, também militante do

⁶⁶ Questionamos pessoalmente alguns moradores da república Verdes Mares e Ninho do Amor, que nos confirmaram essa especificidade.

movimento estudantil em sua cidade, presente na formatura, relatou que

a cena foi histórica. O reitor se retirando, reafirmando sua postura conivente, autoritária, meu pai muito aborrecido e o Chico ovacionado. Eu estava lá! Senti aquele orgulho de irmã e de militante. Um dia para não esquecer no apagamento da história na luta da educação pública de qualidade. E, claro, os fins a que deve servir: ao povo brasileiro (Maria Leônia Chaves de Resende. Entrevista cedida em 08/11/2020).

A transcrição do discurso é possível por nós, pois Kátia Primavera, que estava também presente na formatura, nos relatou que pediu ao Chico a cópia do discurso, tamanho o impacto que as palavras haviam tido sobre ela naquele momento. Ela nos contou que, dias depois, recebeu, em sua casa, uma correspondência de Chico, que continha o discurso nas páginas originais em que ele havia escrito. A transcrição desse discurso foi feita por Maria Leônia Chaves, irmã de Chico e professora de História da UFSJ, e por Iandê, filho de Chico e seu afilhado. O discurso está anexo ao nosso texto e, com certeza, esse trabalho não esgota as inúmeras possibilidades de interpretações e diálogos com o documento.

De acordo com o fragmento do discurso cedido por sua irmã, Maria Leônia Chaves, Chico disse que

... cabe-nos realizar uma análise de nossa formação, que é o próprio momento histórico que vivemos, retratando todo o comportamento social, econômico, e político de uma época, que objetivamente exige modificações por parte dos brasileiros, de tal sorte que passe a ler a história de todo o povo com todos os seus ideais, anseios e lutas e não o reflexo de uma minoria privilegiada como vemos hoje... O decréscimo relativo das dotações orçamentárias ao Ministério da Educação leva à privatização crescente do ensino em todos os níveis. Transpõe a responsabilidade do Estado para o setor privado, o que vem em prejuízo de uma formação dirigida para os avanços oriundos das más condições de habitação, saneamento básico, na falta de alimentação adequada, em suma, na miséria e na marginalização... a educação como um serviço público e de utilidade social jamais foi prioridade nesse regime. Prioridade é a defesa dos interesses das classes dominantes e, assim, realizar o seu orçamento em primeiro lugar para o financiamento das grandes empresas e de seus lucros, como para o armamento de seu aparato repressivo... Os anos se passaram e lado a lado com o crescimento das lutas dos trabalhadores e do povo contra a ditadura, a mobilização dos estudantes, professores e funcionários começa a se intensificar. O autoritarismo e a ausência de democracia são desmascarados... No bojo das lutas por melhores condições de ensino, por mais verbas para a educação e pelo ensino público e gratuito, estamos forjando junto com os professores e funcionários uma unidade sobre novas bases... Porém, contra fome, a miséria e a repressão oferecidas pelo regime, parcelas cada vez maiores dos explorados se organizam e se mobilizam. É esse movimento o único capaz de impor barreiras aos planos do governo e que traz a nu o verdadeiro caráter da propalada “abertura” – abertura que intervém nos sindicatos e prende trabalhadores, que condena dirigentes sindicais, na famigerada lei de segurança nacional, que sufoca as liberdades democráticas, que aprofunda a crise nas instituições

do regime, como ficou demonstrado nos episódios do Rio Centro – e que na defesa de interesses espúrios faz lhe ser pacotes como o recente das regras eleitorais... De nossa parte, fica a certeza de que a transformação desse estado de coisas exige uma única postura: seja nos sindicatos ou a nível partidário cabe-nos engrossar fileiras no combate permanente contra todas as formas de dominação, opressão e exploração do homem pelo homem (Transcrição do rascunho original do discurso de formatura do orador Francisco Eduardo Chaves de Resende. Arquivo pessoal de Maria Leônia Chaves de Resende).

Em sua fala, Chico partiu de uma análise da conjuntura social brasileira, com o enfrentamento direto às mazelas da ditadura civil-militar e falou de questões relacionadas ao ensino superior brasileiro. Disse, ainda, a respeito das condições de trabalho e de profissionalização dos profissionais do curso de Bioquímica e Farmácia. Denunciou os planejamentos de adoção de políticas de privatizações nos setores públicos e das condições dos trabalhadores. Questionou o papel da universidade no enfrentamento às questões e aos problemas sociais. Em sua fala, é visível sua preocupação com o combate à ditadura, com a democratização da universidade e com as políticas democráticas no acesso à educação, além de sua contrariedade diante de práticas autoritárias. Denuncia como, para ele, a educação não era uma preocupação central da ditadura, mas, antes, servia para a manutenção de privilégios de classes dominantes. Nas palavras de Kátia Primavera, durante o momento do discurso,

a gente começou a ficar nervoso... porque ele tascou mesmo... falou tudo de maneira enfática... a gente ficou muito apreensivo... mas a plateia veio abaixo... foi muito maravilhoso... o pai que estava presente ficou apavorado... na frente do reitor... ele enfrentou, fez e falou e foi super aplaudido (Katia Schelin da Costa Primavera. Entrevista cedida em 08/01/2021).

Helvécio Lopes, Rafael Resende e Marcondes de Oliveira também estiveram presentes. Os três relatam que foi um momento de intenso enfrentamento com o reitor e que pai do Chico ficou extremamente nervoso, com receio de que aquele posicionamento pudesse colocar o filho em perigo. Helvécio Lopes nos enviou uma foto do momento em que tentava consolar o senhor Francisco Pedro de Resende. O fotógrafo da cerimônia entendeu que os dois eram familiares, pai e filho, e Helvécio conta que tem mais fotos da formatura com o pai do Chico e do Rafael do que com o seu próprio. Na foto que inserimos a seguir, é possível perceber a expressão de tensão e desaprovação provocada pelo discurso do pai de Chico e Rafael Resende. Por sua vez, em 1982, o reitor voltou a ocupar o mesmo cargo em Viçosa-MG e, em 2010, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas

da UFOP⁶⁷.

Figura 3: Helvécio e Francisco Pedro de Resende



Fonte: Arquivo pessoal de Helvécio Lopes de Faria

Não houveram maiores consequências para Chico. A formatura terminou e ninguém foi preso. Talvez a maior consequência seja a lembrança emocionada que todos fazem desse momento e dessas palavras, que, para eles, representavam o anseio de luta por transformações que ainda hoje não os abandonou e continuam extremamente necessárias. Em seu discurso, Chico falou muito mais e apontou para inúmeras questões sobre a situação dos estudantes, da universidade e dos trabalhadores. Colocamos o texto completo como anexo para que seja interpretado e utilizado por outros pesquisadores, uma vez que atestamos as limitações de nosso trabalho diante de um documento com tantas possibilidades.

Com a criação do DCE da UFOP, em 1983, o movimento estudantil ficou ainda

⁶⁷ Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/tv-ufop-site-ex-reitor-da-ufop-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa>>. (Acesso em 02 jan. 2020.)

mais organizado e disputado na universidade. As repúblicas federais continuaram sendo tema de disputa e de questionamentos, como anteriormente demonstrado. Talvez a maior herança do movimento estudantil que atuou na UFOP no período estudado por nós tenha sido a de destacar a importância das organizações e das mobilizações sociais para a construção da democracia. Essas mobilizações estavam tão pulsantes que a greve de 1983⁶⁸ teve como pauta as agendas regionais e de âmbito nacional. Com a reestruturação da UNE e a constituição do DCE da UFOP, os alunos grevistas pediam desde a expansão das vagas da moradia estudantil pública ao fim do FMI. Foi a greve mais longa, com duração de um semestre, que até então tinha ocorrido.

Sobre esse movimento, Machado (2014, p. 19) escreveu que

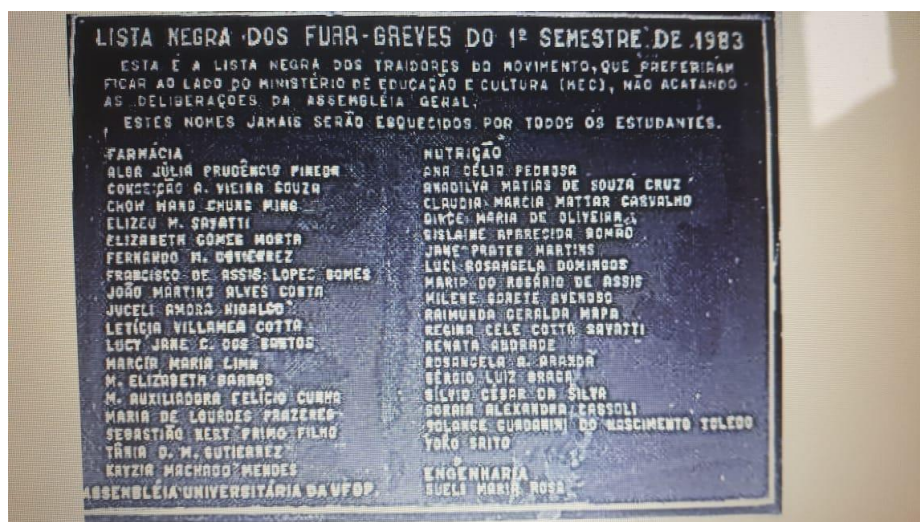
a greve estudantil de 1983 foi um momento único na UFOP, pois foi uma greve que conseguiu barrar uma série de medidas que iam em desconformidade à garantia da universidade pública, gratuita e de qualidade. Foram, principalmente os estudantes, os artífices do movimento que construiu na UFOP a garantia da moradia estudantil gratuita, o direito à alimentação subsidiada no próprio REMOP, sem contar que nesse período o movimento estudantil ganhou força com a criação do Diretório Central dos Estudantes.

Ao final da greve, os estudantes que aderiram à paralisação tiveram o semestre cancelado e o conseqüente atraso para a conclusão dos créditos acadêmicos. Os grevistas, então, produziram uma placa com os nomes daqueles que não aderiram à greve, os chamando de traidores, sem considerar as diversas dimensões políticas de cada indivíduo. Curioso que a imagem da placa segue na memória de muitos estudantes, mas pouco se discutiu sobre ela e sobre a sua permanência com o passar do tempo.

A seguir, inserimos a imagem da placa, em que é possível ler: “esta é a lista negra dos traidores do movimento que preferiram ficar ao lado do ministério de educação e cultura (MEC), não acatando as deliberações da assembleia geral. Esses nomes jamais serão esquecidos por todos os estudantes”. Interessante notar o tom de acusação e a sentença de que, para sempre, esses estudantes estarão do “lado errado” da história.

⁶⁸ O ano de 1983 foi marcado por diversos movimentos grevistas pelo país. O movimento foi chamado por diferentes centrais sindicais e tendências de esquerdas. A greve na UFOP estava unificada a esses movimentos.

Figura 4: Placa de estudantes não grevistas de 1983



Fonte: Machado (2014)

Sobre essa placa, Machado (2014, p. 14) escreveu que

muitos dos que furaram a greve eram formandos, que tiveram que escolher o que poderia ser mais importante para suas vidas naquele momento. Mas a radicalização dos movimentos fizera com que tais pessoas se tornassem “traidores”, o que numa assembleia muito dividida mesmo assim a maioria dos presentes entendeu que uma placa deveria ser afixada para manter a memória daquele momento histórico de Ouro Preto.

A história, no sentido do passado e das ações dos indivíduos, é acima de tudo multifacetada. Escolher o “lado certo” da história, como fizeram os estudantes, é correr sérios riscos de incorrer em moralismos e em hipocrisias. Não seria essa placa autoritária? Há, junto a essa placa, estrutura semelhante que condene os reais responsáveis pelas consequências da greve? As formas de opressão e submissão, que, muitas vezes, são impedimentos para a organização política coletiva estão resolvidas com essa placa? A placa garante, a todos os estudantes, condições de estudos equânimes para que se julgue sua participação política? A placa, colocada em 1983, esteve presente no prédio do restaurante universitário localizado no Caem até o ano de 2018, quando o restaurante encerrou suas atividades. Era comum, então, entre os estudantes que frequentavam o Caem, se depararem com ela.

Após a formatura, Helvécio Lopes ainda participou da criação do Sindicato dos Trabalhadores de Educação em Minas Gerais. Rafael Resende nos contou como sofreu

retaliações por sua participação no movimento estudantil, quando ingressou por concurso na Caixa. De acordo com Maria Leônia Chaves, Chico continuou na militância como quem carrega um peso, um fardo do qual não se pode escapar, sempre com extrema sensibilidade à vida e às pessoas, ao real. De fato, as consequências, diretas e indiretas da luta contra a opressão e o autoritarismo, talvez sejam inestimáveis. Integrantes da “Libelu” e da OSI integrariam o processo de formação do PT e comporiam a corrente O Trabalho, uma das que formavam o partido. Além disso, muitos de seus dirigentes passariam, depois, a cargos políticos em diversos setores do governo.

Em relação às mobilizações estudantis, muitas conquistas foram logradas e Ouro Preto-MG guarda, na memória dos que por aqui passaram, o *status* de uma cidade atuante em relação às pautas nacionais e regionais. É também essa memória que questiona como muitas conquistas e lutas desse período estão ou esquecidas ou abandonadas. Para nossos entrevistados, algo se perdeu entre os estudantes, que pouco se organizam atualmente. Se isso for verdade, a placa não parece ter servido para manter o “espírito de luta”, de contestação e mobilização. Algumas repúblicas federais foram criadas após o fim da ditadura, e ainda foi criado um alojamento estudantil no *campus* do Morro do Cruzeiro. O alojamento foi, durante muitos anos, ocupado de forma autônoma pelos estudantes. Mesmo que a abertura política tenha sido um momento de questionamento do *status* das repúblicas e, por um período, as casas tenham aceitado algumas mudanças, a continuidade da autogestão e do privilégio continua sendo a sua marca mais registrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a narrativa de parte da trajetória de nossos entrevistados, buscamos demonstrar como o movimento estudantil alocado no período da abertura política esteve envolvido com o questionamento sobre as lógicas das repúblicas federais, que não representavam o acesso democrático à moradia estudantil. A bandeira não era exclusivamente o “abaixo a ditadura”, mas também às formas de repressão e autoritarismos presentes na experiência estudantil, que não representavam os anseios democráticos. Nesse sentido, em Ouro Preto-MG, a exigência pela ampliação das repúblicas federais, além dos questionamentos sobre os trotes aos estudantes ingressos, também esteve no radar dos estudantes militantes. Alguns desses estudantes, hoje, se sentem traídos pelas continuidades autoritárias ainda experienciadas nessas casas, como se toda a luta que travaram anos atrás tivesse sido em vão.

As entrevistas com os estudantes que militavam na “Libelu” e o encontro com a história e o discurso de Chico trouxeram a Escola de Farmácia (geralmente desconsiderada) para um radar de protagonismo e de luta contra a ditadura, e mostrou que a experiência em relação aos estudantes da EMOP foi muito diferente, no que tange à moradia. Para esses últimos, haviam muito mais repúblicas e vagas. Na construção do processo democrático, essa diferença, que depois também será sentida pelos outros cursos da UFOP e ainda hoje se configura (algumas repúblicas federais apenas aceitam estudantes da EMOP), é um contrassenso.

A repúblicas federais seguem como uma modalidade de moradia estudantil consolidada na cidade, cuja maior característica é a autonomia e a gestão das casas pelos estudantes. Muitas vezes, os trotes praticados são excludentes, vexatórios e humilhantes. Ao mesmo tempo, as casas também foram e são um espaço de convivência afetuoso e solidário. Muitos questionamentos do poder público interrogam sobre o uso das casas para a promoção de eventos, com o fim de custear sua manutenção. A instância pública considera a justificativa das repúblicas e da UFOP não satisfatória, uma vez que as contas declaradas não corresponderam ao entendimento das necessidades de manutenção dessas casas. Também questionam as medidas adotadas pela universidade a respeito das práticas humilhantes e vexatórias para o ingresso nas repúblicas. Nesse debate, as narrativas sobre o passado são o grande alicerce das casas, pois justificam que a história e a tradição das repúblicas compõem a identidade da cidade de Ouro Preto-MG.

Defender a qualidade das repúblicas federais sobre o critério de autogestão, com o

argumento de que estiveram presentes, durante a ditadura civil-militar, como espaços de resistência não necessariamente depõe a favor delas, como se tivessem sido focos de resistência democrática. Embora muitos estudantes se posicionassem contra a ditadura civil-militar e, por isso, tenham sido perseguidos, expulsos e exilados, como nos casos que relatamos, isso não significa que as repúblicas estivessem a favor da resistência contra a ditadura, ou que as lógicas que produziam dentro das casas fossem construídas sobre valores democráticos. Até porque muitas das práticas que eram (e são) comuns dentro dessas casas, como os trotes violentos, humilhantes e as discriminações, são práticas que mimetizam, que produzem e legitimam lógicas sociais autoritárias.

Nossa dissertação foi escrita durante uma pandemia que colocou em evidência nosso abismo social. Fomos e estamos obrigados a pensar saídas para formas mais justas de organização. Escrever sobre os contornos das moradias estudantis em Ouro Preto-MG, que ainda hoje insistem em permanecer cercadas por privilégios nos coloca em busca de razões para isso. Razões que escapem de um “jogo de torcida” com apenas dois lados.

O encontro com os personagens da “Libelu” se deu por um acaso, nem tão acaso assim. Em um grupo de pesquisa sobre historicidades democráticas, um dos colegas contou sobre o recente lançado documentário sobre a “Libelu”, e perguntou se conhecíamos a história de Chico, que havia morado na “Maraca”⁶⁹. Disse que havia sido um grande militante, cuja história merecia ser contada. Nas conversas com os entrevistados e com os relatos sobre Chico, comprovei esse merecimento. Imaginei que, se eu estivesse lá àquela época, formaria fileiras com eles. Também muitas vezes me imaginei como alguém que não teria pactuado sempre ao lado deles, ou me colocado à disposição e exposição para a luta política. Entendo que as ações e as escolhas também estão alicerçadas em relações de poder que escapam da antítese da situação política governamental.

Mas, ao fim e ao cabo, mesmo com todas as complexidades que merecem ser pensadas e consideradas, para entender um processo histórico tão consolidado e longo como o das repúblicas federais, e com a devida atenção à complexidade dos processos históricos, as denúncias realizadas por Chico em seu discurso parecem muito atuais. É preciso pensar as formas da moradia estudantil em Ouro Preto-MG e estabelecer relações que sejam, de fato, democráticas com os bens públicos da universidade. Temos uma história que é reflexo de uma minoria privilegiada. Muitas vezes, em excursão a museus, praças e bairros da cidade, ouvi os

⁶⁹ Diminutivo de Maracangalha, república da Escola de Farmácia, onde Chico morou.

meus alunos relataram ser a primeira vez que estavam ali. Presenciei e presencio o constrangimento dos alunos por estarem em espaços em que se sentem pouco à vontade. Em uma excursão à Belo Horizonte-MG, em um museu da cidade em que fazíamos uma aula, um segurança nos abordou e pediu que nos retirássemos sob a alegação de que não era adequado estar ali. Em uma reunião do Comtur, em 2020, o então secretário de turismo de Ouro Preto-MG sugeriu que alguns estilos musicais, como o funk e o rap, não eram adequados para festas do centro histórico da cidade. É nítida a relação de exclusão que se manifesta pelo capital cultural que constitui as experiências desses alunos, marcada pelo *habitus* e, por isso, pré-estabelecido (consciente ou inconscientemente), com bases em tensões e violências de raça, gênero e classe. Por que alunos moradores de Ouro Preto-MG não convivem na cidade histórica? E o que leva os alunos moradores das repúblicas federais, além de conviverem na cidade histórica, serem considerados também guardiões desse patrimônio? Buscamos, antes, realizar nossas interpretações, não como uma realidade natural, mas como uma manifestação enraizada por diferentes questões e forças.

Escrever sobre as repúblicas federais em Ouro Preto-MG é tarefa bastante melindrosa. Alguns me falaram para ter cuidado, muitos não me cederam entrevistas ou documentos, outros não me receberam em suas casas, muitos me procuraram ávidos para denunciar um estado injusto de coisas, vários torceram para que o trabalho pudesse contribuir para denunciar abusos que ocorrem dentro das casas. Encarei esses desafios durante a escrita do texto, em que procurei estar atenta aos documentos e justificar minhas interpretações. Busquei demonstrar como a história das repúblicas foi construída com conjunturas políticas distintas, com múltiplos significados, especialmente ligados à história da EMOP. A experiência das casas quando só haviam dois cursos ou quando só haviam as escolas superiores, e a experiência dessas casas após a fundação da UFOP e depois a expansão dos cursos, são muito distintas e serviam a anseios e questões diferentes em cada tempo. Cabe sempre, aos atores do tempo, a realização das tarefas históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 384p.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. História oral da ditadura militar: o papel dos testemunhos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *História oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020, p. 15-37.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. 2012. 316f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *A EMOP, seus ex-alunos e suas moradias estudantis: elementos de uma tradição inventada*. 2003. 142f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Revista Anos 90*, v. 22, n. 42, p. 115-152, 2015.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 236p.

BAUER, Caroline Silveira. Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura. *Estudos Ibero-americanos*, v. 45, n. 1, p. 91-103, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. *Qual é o papel da história pública frente ao revisionismo histórico*. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 195-205.

BEDARIDÁ, François. Tempo presente presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 219-232.

BONFIM, Leonardo Corrêa. A ritualização nas repúblicas federais de Ouro Preto-MG: dos hinos às “rezas de cachaça” e suas implicações. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE MÚSICA E MÍDIA, 9., 2013, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2013, p. 148-178.

BOMFIM, Rainer; SILVA, Jéssica de Paula Bueno da; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco Bueno de Moraes. População LGBTI, repúblicas e a institucionalização do preconceito na cidade de Ouro Preto. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, v. 5, n. 2, p. 156-179, 4 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

- CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento*. 2012. 333f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.
- CUPOLILLO, Luã de Campos. *Crise da dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa: uma análise do jornal O Trabalho entre 1978 e 1985*. 113f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Civis que colaboraram com a ditadura. *Relatório da CNV*, v. 2, p. 314, 2014.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981. 814p.
- FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. *História da Historiografia, International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 17, p. 11-29, 2015.
- FAUSTO, Rui. *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 209p.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.
- FRANZONI, Maria Ávila. *Um ingrediente barato do turismo gastronômico: a sindicalização simbólica e a precarização dos trabalhadores do centro histórico de Ouro Preto*. 2018. 64f. Monografia (Graduação em Gastronomia) – Instituto Federal Minas Gerais, Ouro Preto, 2018.
- GARRIDO, Edleusa Nery. *Moradia estudantil e formação do(a) estudante universitário(a)*. 2012. 269f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- GERMANO, José Wellington et al. *Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985: um estudo sobre a política educacional*. São Paulo: Cortez, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 283p.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

MACHADO, Otávio Luiz. *Escola de Minas de Ouro Preto: memórias dos seus ex-alunos*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2012. 244p.

MACHADO, Otávio Luiz. *Repúblicas estudantis de Ouro Preto e Mariana: percursos e perspectivas*. Ed. especial. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2014. 112p.

MACHADO, Otávio Luiz. *Estudantes, universidade e o patrimônio e artístico de Ouro Preto*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013. 147p.

MACHADO, Otávio Luiz. *Repúblicas estudantis de Ouro Preto e a construção de um projeto de país*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013. 226p.

MACHADO, Otávio Luiz. *Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto*. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013. 66p.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 732p.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano (1969)*. Digitalizado em 2003. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>>. (Acesso em: 20 mar. 2020.).

MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 267p.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. 2010. 3v. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido? *Revista do Lhiste – Laboratório de Ensino de História e Educação*, v. 3, n. 5, p. 82-85, 2016.

OLIVEN, Arabela Campos. A marca de origem: comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125, p. 111-135, 2005.

OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 7-25, 2011.

- PAULA, Leandro Silva de. Políticas públicas e a Escola de Farmácia de Ouro Preto: entre a mudança e a resistência (1891-1910). *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 8, p. 189-200, 2009.
- PEREIRA, Mateus Henrique. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro *et al.* O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, v. 14, p. 25-39, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258p.
- RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Revista Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 13, n. 25, p. 27-46, jul./dez. 2019.
- REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 296p.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.
- SAYEGH, Liliane Márcia Lucas. *Dinâmica urbana em Ouro Preto: conflitos de correntes de sua patrimonialização e de sua consolidação como cidade universitária*. 2009. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273p.
- SILVEIRA, Marco Antônio; MAIA, Marta Regina; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Camila Cristina (Orgs.). *Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região*. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344p.
- SOUSA, Leticia Pereira de. *A moradia estudantil no processo de afiliação e integração à vida acadêmica*. 2020. 374f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FONTES

Jornais e revistas edições avulsas

Hemeroteca Digital

Jornal do Brasil

Revista O Cruzeiro

O Jornal

Jornal O Tempo

Arquivos pessoais

Helvécio Lopes de Faria

Maria Leônia Chaves de Resende

Rafael Marcos Chaves de Resende

Maria Ávila Franzoni

Entrevistas realizadas

Gildésio Raimundo dos Santos

Helvécio Lopes de Faria

Israel José Barbosa

Jarbas Eustáquio Avelar

Kátia Schelin da Costa Primavera

Kenji de Sousa

Márcia da Conceição Valadares

Marcondes de Oliveira e Souza

Maria Leônia Chaves de Resende

Maria Madalena de Souza e Santos

Maurílio Torres

Mônica Versiani Machado

Rafael Marcos Chaves de Resende

Entrevistas secundárias

César Epitácio Maia

David Maximiliano de Souza

Nilmário Miranda

Relatórios

Relatório Final Comissão Nacional da Verdade Volumes I e II

Relatório Final Comissão da Verdade de Minas Gerais

Relatório Final Grupo de Trabalho da Ufop em parceria com a Covemg

APÊNDICE I: ENTREVISTAS REALIZADAS PELO TRABALHO

Entrevistado	Nascimento	Ano da entrevista	Conteúdo	Local
Jarbas Eustáquio Avelar	1945	2016	Exploratória	Ouro Preto
Maurílio Torres	1936	2016	Exploratória	Ouro Preto
Maria Madalena de Souza e Santos		2019	Temática	On-line
Kenji de Sousa	1970	2019	Temática	Ouro Preto
Gildésio Raimundo dos Santos	1933	2019	Temática	Ouro Preto
Helvécio Lopes de Faria	1959	2020	Temática	On-line
Israel José Barbosa	1950	2020	Temática	On-line
Kátia Schelin da Costa Primavera	1944	2021	Temática	On-line
Márcia da Conceição Valadares	1970	2021	Temática	On-line
Marcondes de Oliveira e Souza	1956	2020	Temática	On-line
Maria Leônia Chaves de Resende	1963	2020	Temática	On-line
Mônica Versiani Machado	1953	2020	Temática	On-line
Rafael Marcos Chaves de Resende	1958	2020	Temática	On-line

APÊNDICE II: QUESTIONÁRIO ENTREVISTA GERAL/PREPARAÇÃO PARA ENTREVISTA TEMÁTICA

O projeto se concentra em investigar as memórias de estudantes que viviam em repúblicas federais durante o período da ditadura civil-militar no Brasil e que atuavam no movimento estudantil. Pretendo contribuir para as memórias do movimento estudantil, suas lutas e conflitos, principalmente relacionados à questão da moradia.

A entrevista será realizada, inicialmente, a partir dos tópicos dispostos a seguir.

- Biografia do entrevistado e relação com Ouro Preto-MG; domicílio familiar/estudantil;
- Curso e moradia estudantil;
- Memórias da convivência estudantil durante o período militar;
- Memórias dos posicionamentos políticos (ou não) nas relações dentro das repúblicas federais;
- Relação direta (ou não) com movimentos políticos;
- Percepções da conjuntura no presente;
- Principais pautas do movimento estudantil ao qual pertencia.

Questionário de entrevistas temáticas

- Como foi sua chegada a Ouro Preto-MG e qual curso você realizou?
- Participava do movimento estudantil antes de ingressar no Ensino Superior?
- Como foi a chegada à república federal em que morou?
- Você conhece a história da república e quando a escola cedeu a casa para os moradores?
- Como foi feita a sua escolha como morador? Quais foram os critérios e avaliações a que foi submetido?
- Como foram feitas as escolhas de moradores das quais participou como morador?
- A universidade interferia de alguma maneira na organização da república?
- Se lembra da Comissão de Inquérito criada na Escola de Minas e na Escola de Farmácia para identificar possíveis atores subversivos para o governo militar?
- A convivência entre os estudantes estava relacionada com o governo militar? As tendências políticas eram fatores considerados para a escolha dos moradores?

- Os estudantes tinham participação política em organizações (de direita ou esquerda)? Você participava?
- Como era a organização? Quais as principais pautas de reivindicação?
- Os encontros eram organizados com qual periodicidade?
- Existia rivalidade entre os estudantes das duas escolas?
- Quais eram as principais tendências políticas do movimento estudantil em Ouro Preto-MG?
- Participam de encontros nacionais e estaduais de estudantes?
- Quais eram as pautas nacionais do movimento estudantil?

ANEXO I: TRANSCRIÇÃO DO RASCUNHO ORIGINAL DO DISCURSO DE FORMATURA DO ORADOR FRANCISCO EDUARDO CHAVES DE RESENDE

Curso de Farmácia e Bioquímica da UFOP – 1981

(Arquivo pessoal de Maria Leônia Chávez Rezende)

Pág. 1

Magnífico reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, professor Antônio Fagundes de Souza Digníssimo Diretor da Escola de Farmácia Professor Emanuel Torres Breyner

Prezado paraninfo professor Arthur Francisco Fontes Drumond Caro Representante do Centro Acadêmico Livre da Escola de Farmácia Universitário Oswaldo Aparecido de Carvalho Digníssimas autoridades, prezados homenageados, professores e funcionários da UFOP, colegas, senhores e senhoras. Estamos concluindo parte de nossa formação, processo este contínuo, que dia após dia é acrescido de novos fatos, dados, situações e realidades. E essa etapa que atingimos não é uma etapa qualquer. É sim o produto final de todo um investimento que uma geração fez, que uma sociedade empenhou-se, e espera ansiosamente seus resultados. Assim sendo, cabe-nos realizar uma análise de nossa formação, que é o próprio momento histórico que vivemos, retratando todo o comportamento social, econômico, e político de uma época, que objetivamente exige modificações por parte dos brasileiros, de tal sorte que passe a ler a história de todo o povo com todos os seus ideais, anseios e lutas e não o reflexo de uma minoria privilegiada como vemos hoje. Passemos às seguintes considerações. O decréscimo relativo das dotações orçamentárias ao Ministério da Educação leva à privatização crescente do ensino em todos os níveis. Transpõe a responsabilidade do Estado para o setor privado, o que vem em prejuízo de uma formação dirigida para os avanços oriundas das más condições de habitação, saneamento básico, na falta de alimentação adequada, em suma, na miséria e na marginalização. Os futuros profissionais de saúde estão sujeitos a um ensino elitista e tecnicista, sem, em seus sentidos, a sua atuação como agente na história onde cabe-lhe um decisivo papel. Aos futuros farmacêuticos bioquímicos é imposto um ensino voltado à técnica, à especialização, ao pensamento acrítico em relação às questões de saúde.

Pág. 2

Sua função primordial – o farmacêutico na farmácia comunitária – é esquecida, pois as grandes [palavra não identificada], nas áreas de [palavra não identificada] alimentar, requisitam meros executores de técnicas importadas. E a própria presença do farmacêutico na farmácia não interessa num sistema capitalista, onde a saúde é encarada como um bem comercial e não como um bem social. Se esse profissional tivesse possibilidade de atuar na área de saúde, respaldado por uma legislação que existe mas não é executada na prática (como tantas outras), respaldado por uma formação acadêmica eficiente, dirigida para a saúde pública, estaria apto para exercer a função social de um profissional básico na área de saúde. Não seria, apenas um ato de vontade, mas a consequência lógica e natural. Assim, o farmacêutico impediria o comércio abusivo de drogas, a automedicação, a “empurroterapia” e a “buloterapia”. Estaria apto a aviar receituário médico personalizado, induziria, através de um trabalho ético, a padronização de medicamentos e evitaria, assim, a farta e antiética de comercialização de 30 mil especialidades oriundas de multinacionais. O farmacêutico faria a fiscalização “in loco”, não permitindo a venda abusiva de medicamentos que necessitam de receituário médico. Seria, enfim, um verdadeiro profissional de saúde. A estas realidades o Estado responde transferindo suas responsabilidades, com a implantação de convênios com empresas privadas – através de uma legislação inadequada que transforma entidades representativas de categorias em meras entidades

assistenciais – com intuito de favorecer essas empresas e com isso acelerar o processo de “desatendimento” pelo Estado na área de saúde; esse processo será, naturalmente, agravado, com as concessões que são realizadas na área médica.

Pág. 3

Essas empresas privadas são as mesmas que, não remunerando condignamente os profissionais empregados os condiciona a necessidade de críticos empregos, deixando, assim, de proporcionar um melhor atendimento a população. A privatização do setor tem, como objetivo, a concentração e expansão do capital. E isso não é por acaso. A saúde está mercantilizada. Não existe a prevenção, pois uma medicina preventiva não atrai a iniciativa privada: não é lucrativa! Portanto, não é prioritária. Os serviços de saúde se caracterizam por uma prática curativa, hospitalar, onde o tecnicismo é a solução para todos os males, onde são efetuados “remendos” no trabalhador acidentado, para que, num curto prazo de tempo, volte a dar lucro a seus patrões. Ao Sistema Nacional de Saúde é dado um enfoque sistêmico de ser um conjunto, “conjunto de órgãos e instituições que prestam serviços de saúde com o mesmo objetivo”, o que proporciona uma visão de peças de uma economia que funciona de modo harmônico, sem haver conflito. Na medida em que a assistência prestativa é influenciada pelos interesses econômicos das multinacionais do medicamento, dos instrumentos médico-hospitalares e das empresas médicas, há um equívoco no enfoque dado ao Sistema Nacional de Saúde, e mascararia a existência de interesses contraditórios, como se houvesse desvinculação entre os interesses das classes que prestam e recebem assistência. Certos grupos que têm hegemonia dentro do Sistema Nacional de Saúde têm lucros fabulosos com a doença do povo trabalhador brasileiro.

Pág. 4

Como recorrência de um modelo econômico baseado na total dependência do capital, o Brasil é uma “porta aberta” às multinacionais. O caso exemplar da [renacionalização?] é o das multinacionais no [palavra não identificada]: dos 23 laboratórios farmacêuticos encontrados no país, apenas um é de capital nacional, retendo esses laboratórios o poder na pesquisa e obtenção de matérias primas, o controle da tecnologia e não tendo o mínimo interesse em romper a dependência brasileira, com o objetivo de toda a multinacional: lucros máximos em prazos mínimos – exemplo clássico do capitalismo. Graças às manobras do capital, num país como o nosso, onde são necessários cerca de 300 medicamentos básicos para as “doenças brasileiras”, existem para comercialização cerca de 30.000 especialidades. Os profissionais diretamente envolvidos na área de medicamentos (farmacêuticos, químicos, médicos, engenheiros químicos), aptos para implantar uma estrutura químico-farmacêutico nacional não tem poder de decisão para exigir condição de pesquisa e produção de matérias primas e equipamentos nacionais. Isso num país com fontes inesgotáveis de matérias primas de origem vegetal que são arrancadas do solo brasileiro, levadas para o exterior, pesquisadas, transformadas em medicamentos e vendidas ao povo trabalhador a preços absurdos. Ao mesmo povo trabalhador que serve de cobaia para experiências com medicamentos muitas vezes proibidos no país de origem. Partindo desses elementos aqui expostos, podemos chegar a pelo menos algumas constatações.

Pág. 5

Os problemas de saúde se concretizam de forma diferente nos diferentes segmentos de um sistema social, existindo interesses que se chocam. A assistência médica é oferecida de forma diferente conforme a classe envolvida: que para a classe dominante ela é individualizada e, muitas vezes, preventiva, para a classe dominada ela se expressa em forma de uma medicina curativa, com enfoque uni fatorial (procura de um único fator de enfermidade – agente etnológico, sem se preocupar com o envolvimento social ao qual o paciente está sujeito – moradia, alimentação, salário). [Trecho riscado] Mas, afinal, como a universidade, enquanto centro de debates, discussões e elaboração de soluções responde a estas e muitas outras necessidades do povo trabalhador [trecho riscado], que paga impostos e taxas? Simplesmente a

universidade não responde a essas necessidades porque está em crise. Esta crise, que não se restringe ao ensino superior, não começou este ano. Sem dúvida alguma, ela veio se intensificando ano a ano, especialmente após a implantação da ditadura militar no Brasil. O motivo é simples: a educação como um serviço público e de utilidade social jamais foi prioridade nesse regime. Prioridade é a defesa dos interesses das classes dominantes e, assim, realizar o seu orçamento em primeiro lugar para o financiamento das grandes empresas e de seus lucros, como para o armamento de seu aparato repressivo.

Pág. 6

Já se tornaram dados famosos: o resultado desta orientação tendo chegado a 12% do orçamento nacional em 1963, caiu para 4,21 em 1981. A percentagem desse orçamento a educação. Ao mesmo tempo, o governo entregou empresários da educação ávidos de grandes lucros a responsabilidade no ensino e hoje essas instituições particulares são frequentadas por 80% dos estudantes universitários do país. Os anos se passaram e lado a lado com o crescimento das lutas dos trabalhadores e do povo contra a ditadura, a mobilização dos estudantes, professores e funcionários começa a se intensificar. O autoritarismo e a ausência de democracia são desmascarados. O arrocho das verbas para as universidades é combatido e a reivindicação de mais verbas ganha as ruas. O MEC reconhece a crise e apresenta a sua solução. E a desativação do ensino superior é parte da sua proposta. Argumentando que o prioritário para ele é o ensino médio e o fundamental, busca justificar a remoção de verbas para o ensino superior. Só que tanto o ensino fundamental como o médio continuam na mesma: salas cheias, professores mal remunerados, os pais pagando caro os colégios. E muita gente sem estrutura por falta de escolas. Por trás dessa demagógica e falsa argumentação, a verdade vai surgindo. Nas escolas particulares, os aumentos ocorridos impossibilitaram milhares de estudantes, por não terem como pagar. Já para as escolas públicas, o arrocho intensificado atinge o pouco que resta. O objetivo central de tornar possível a política do MEC para estas instituições: em primeiro lugar, inviabilizar o ensino público, abrindo campo para a realização do sonho no MEC de implantar o ensino pago.

Pág. 7

Em segundo lugar, ao arrochar as universidades públicas, o MEC as força a viver cada vez mais dos seus próprios recursos. Assim, se transformando em universidades de aluguel, empurrando-as a viverem de convênios com empresas, o MEC vai tentando viabilizar o seu projeto de transformar as universidades públicas em autarquias de regime especial, mais conhecido como pacote Portela ou Projeto de Fundações. Enfim, a solução que o MEC dá para a crise não é o seu descompromisso com a educação, nem também uma mais intensa vinculação de todo o ensino aos interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras, e um maior distanciamento dos interesses da maioria da população. [Trecho riscado] É perseguindo essa política que a UFOP segue em ritmo cada vez mais acelerado os convênios com as empresas tais como: metalurgia, siderurgias, Petrobras e outras. [Trecho riscado] Para os estudantes saída da crise é bem outra. [Trecho riscado] No bojo das lutas por melhores condições de ensino, por mais verbas para a educação e pelo ensino público e gratuito, estamos forjando junto com os professores e funcionários uma unidade sobre novas bases. Estamos lutando por eleições livres e diretas para reitores e diretores, pela autonomia universitária, a exemplo da USP, UNICAMP e outras universidades. Trata-se de efetivar a democracia na universidade, colocando-a a serviço da maioria oprimida e explorada da população, contra as intervenções e plano do governo na universidade.

Pág. 8

Ao lado de todos esses questionamentos, um novo problema começa a surgir. É o futuro do profissional universitário que longe de corresponder às expectativas daqueles que o buscam; o desemprego já não é uma ameaça mas uma dura realidade. Uma realidade que atinge a milhares

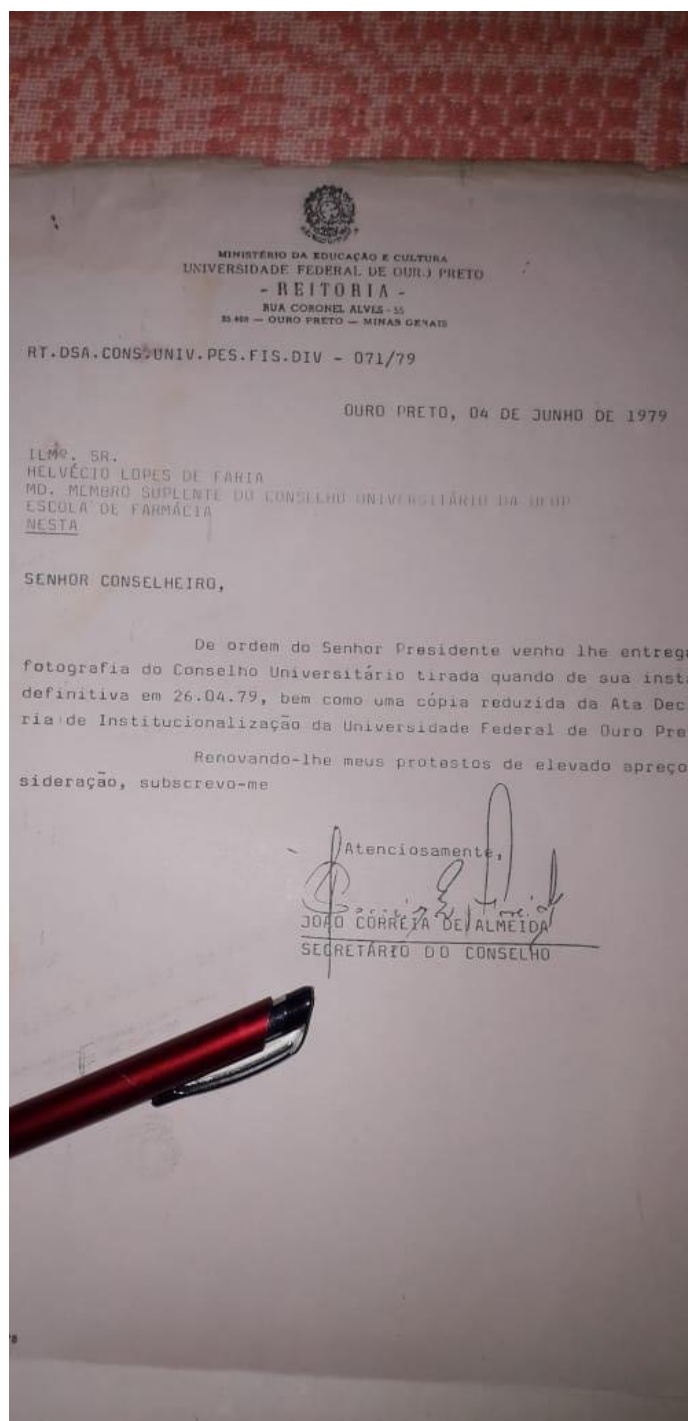
e milhares de trabalhadores, como se já não bastassem os ataques do regime às condições de vida.

Nem mesmo as próprias leis do regime são respeitadas, o salário mínimo é rebaixado, os reajustes semestrais são ameaçados, a previdência social é modificada.

Porém, contra fome, a miséria e a repressão oferecidas pelo regime, parcelas cada vez maiores dos explorados se organizam e se mobilizam. É esse movimento o único capaz de impor barreiras aos planos do governo e que traz a nu o verdadeiro caráter da propalada “abertura” – abertura que intervém nos sindicatos e prende trabalhadores, que condena dirigentes sindicais, na famigerada lei de segurança nacional, que sufoca as liberdades democráticas, que aprofunda a crise nas instituições do regime, como ficou demonstrado nos episódios do Rio Centro – e que na defesa de interesses espúrios faz lhe ser pacotes como o recente das regras eleitorais. De nossa parte, fica a certeza de que a transformação desse estado de coisas exige uma única postura: seja nos sindicatos ou a nível partidário cabe-nos engrossar fileiras no combate permanente contra todas as formas de dominação, opressão e exploração do homem pelo homem. Em nome dos meus colegas, obrigado.

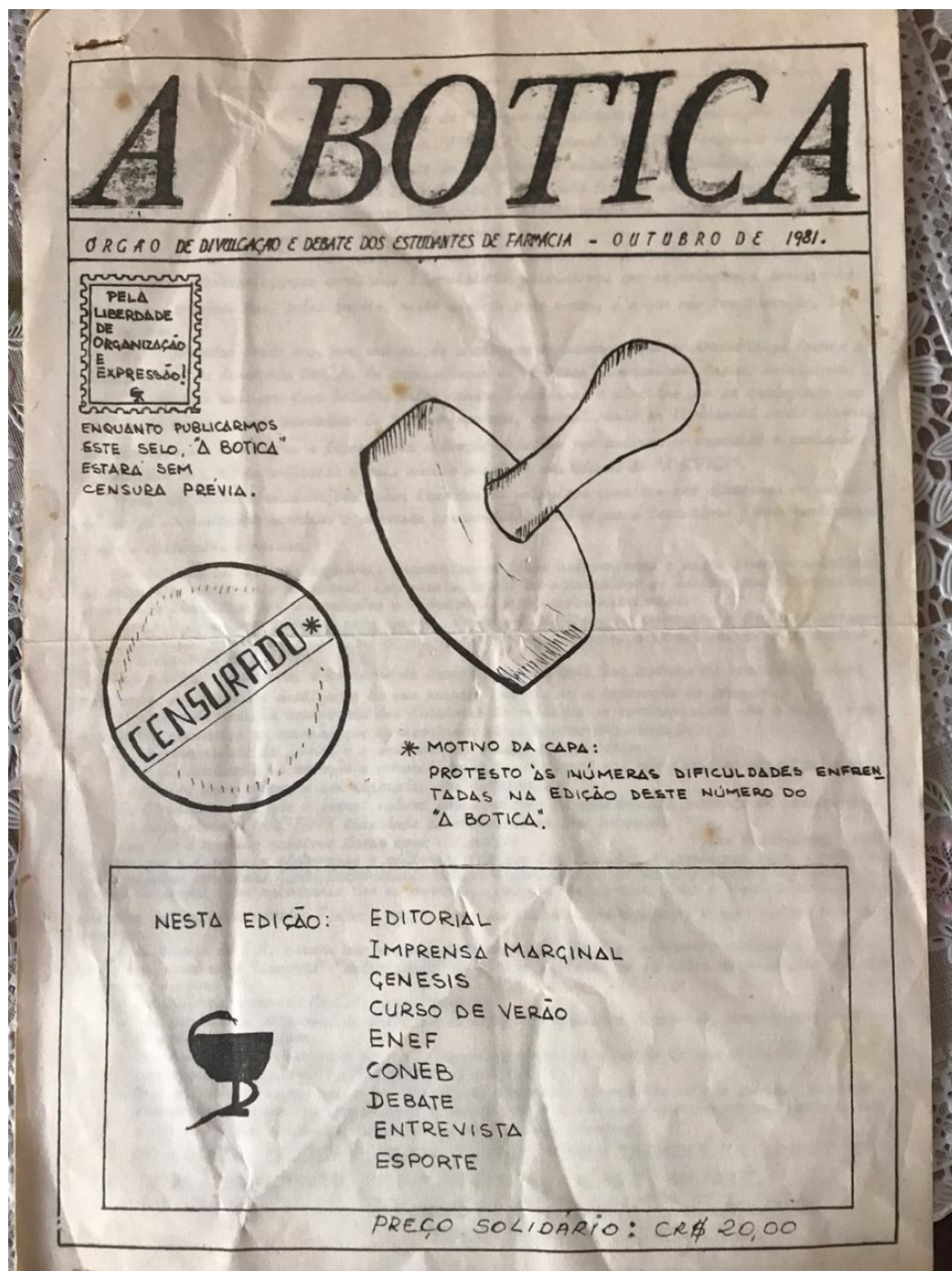
**ANEXO II: IMAGEM DOCUMENTO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO, NA ASSINATURA DA ATA DECLARATÓRIA DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UFOP**

(Arquivo pessoal de Helvécio Lopes de Faria)



ANEXO III: EXEMPLAR DO JORNAL *A BOTICA*, EDIÇÃO 1981

(Arquivo pessoal de Rafael Chaves Marcos Resende)



EDITORIAL

Desde novembro de 1980 que os estudantes de Farmácia não contam com a publicação do "A BOTICA". O jornal "A BOTICA", enquanto órgão de divulgação e debate do conjunto dos estudantes de Farmácia, cumpre um papel de suma importância. É isso pelo fato do mesmo assumir um palco privilegiado na fomentação de idéias, opiniões, informações tão necessárias ao convívio estudantil.

Por outro lado, cabe à entidade representativa dos estudantes, através de sua diretoria, criar condições e impulsionar iniciativas que se coloquem a serviço de seus representados. Mas, infelizmente, neste aspecto pelo menos, é o que não tem ocorrido. Senão vejamos:

No 1º semestre deste ano, com uma edição praticamente pronta, esta se inviabiliza frente a justificativa da diretoria do C.A. de inexistência de recursos financeiros. Assim, reiniciamos este 2º semestre após uma dura batalha pelos nossos interesses e direitos que se trataram em 31 dias de greve. Neste movimento de tal envergadura, anormal seria se tivéssemos saído ileso, sem discussões e avaliações a fazer. Esta situação objetiva vem motivar em especial a comissão de imprensa do C.A. em articular o mais rápido possível uma edição do "A BOTICA".

Partindo dessas considerações foram travados os primeiros contatos com diretores da entidade que já se mostravam arredios a proposta apresentada. Mais algumas tentativas foram realizadas, e novos obstáculos surgiram.

Neste ínterim, as mais razoáveis argumentações foram apresentadas e assim mesmo persistiram as recusas de patrocínio do jornal. Com essa situação constrangedora só restava uma alternativa: superar as inércias e dar condições a livre manifestação dos estudantes.

Através de avisos afixados pela escola, a comissão de imprensa convocava a todos interessados a exercerem seu direito democrático de opinião e participação, seja com matérias ou engrasando fileiras na comissão.

Numa última tentativa, a comissão de imprensa em conjunto com membros da oposição à atual diretoria, propuseram a realização de uma reunião que visava a superação do impasse.

A obstinada posição equivocada dos diretores da entidade se contrapuseram com a visão dos estudantes presentes na reunião que apresentaram as seguintes argumentações:

- A. A necessidade do jornal e o seu caráter aberto e democrático;
- B. A discordância em relação a concretização de um jornal que não fosse um organizador unitário, como chegou a ser cogitado, dos estudantes;
- C. A refutação de que o jornal estava sendo veículo de determinada corrente de pensamento, haja vista a LIBRE liberdade de expressão em seu interior.

Por fim a reunião resolveu tomar como indicativo un determinado prazo para que a diretoria elaborasse o editorial (de que tem direito) ou quaisquer outras matérias que desejasse publicar. Ainda ficou resolvido que a comissão de imprensa assumiria o caráter inicial do jornal, que retornaria com as contribuições dos estudantes, dado a inexistência de fundos para tal empreendimento. Findo o prazo, após sucessivas prorrogações, o pior estava para acontecer.

A diretoria do C.A. assume uma postura totalmente ESTRANHA ao movimento estudantil, condiciona uma provável e "incerta" "autorização" do jornal, somente se as matérias passassem por sua clivagem (censura?)

A comissão de imprensa do C.A., considerando:

- Sua necessária autonomia de trabalho em relação a qualquer diretoria, como garantia de independência e unidade;
- Que a posição da diretoria do C.A. (momentaneamente na direção de uma entidade sindical) configura uma visão ANTI-DEMOCRÁTICA e ARBITRÁRIA;
- Que tal atitude caracteriza uma posição divisionista e sectária ao não cumprir um dever elementar de permitir, impulsionar e incentivar a livre manifestação dos estudantes, sem a momento algum exigir pré-condições e restrições, resolveu:

NÃO ACEITAR TAL EXIGÊNCIA E PUBLICAR "A BOTICA", MESMO A CONTRACOSTO DOS DIRETORES DO C.A., QUE MUITO PELO CONTRÁRIO, DEVERIAM ESTAR INCONDICIONALMENTE À SUA FRENTE.

COMISSÃO DE IMPRENSA DO C.A. LIVRE FARMÁCIA.
MEMBROS DA OPOSIÇÃO À ATUAL DIRETORIA.

genesis

A BOTICA - 2

por RAFAEL

Perdi a conta de quantas vezes iniciei a escrita desta GENESIS e a quanto tempo ele está na minha cabeça. De qualquer forma ainda não perdi a validade ou atualidade e me arrisco a tentar novamente.

A idéia, em principio, surgiu dos bate-papos pela escola. Naquele tempo o assunto predileto era comentar o elevado Índice de parentescos entre os professores da universidade e mais especificamente da nossa escola.

Cheguei a iniciar uma pesquisa com detalhes, mas acabei por crer que nunca encontraria o fio da meada. Além disso, citar nomes não vem ao caso e, serão todos, a grande maioria dos alunos sabem. Dizer também quais são bons ou maus professores, quais estão aqui merecida ou inmerecidamente depende do critério de cada um e não há porque especular.

Acho que Drummond já descreveu a situação muito bem: "Carlos que amava Dona, que amava Lia, que amava..., que amava toda a quadrilha".

É difícil falar sobre esse assunto sem se perder nessa névoa que encobre as contratações da nossa escola. Provavelmente somente Calixto J. Arieira e Manoel J. Cabral escaparam dessa (prá quem ainda não fez farmacotécnica, foram os dois primeiros professores da escola que, em 1841, deram aula gratuitamente porque haviam esquecido de votar o pagamento deles no orçamento da provincial). A situação é indefinível...

— Aqui tudo funciona de pai prá filho — alguém me falou um dia.

— De pai prá filho, marido prá mulher, irmão prá irmão, amigo prá amigo, etc, etc... — e mentou outro alguém.

Foi daí que não entendi mais nada. O etc, etc que ele disse é um complexo indecifrável que nem equação de arranjo (ou será permutação?) resolve.

Raciocino agora e concluo que o meu não entendimento é o esclarecimento de tudo.

Nessa ocasião ainda foram me contar da contratação de um professor, doutorado na Holanda e outros detalhes curriculares elogiosos. Desconfiei... Mais tarde soube que era cunhado de não sei quem e não desconfiei mais. O amigo que me contou esqueceu-se de um importante detalhe.

Houve também um concurso para admissão de professores e que, pelos candidatos, todos já sabiam do resultado, antes de sua realização. Não deu outra.

Numa dessas brincadeiras consagradas pelo uso de veterano prá calouro, um formado lá da PS virou para o recém-chegado e disse:

— Quando eu voltar daqui a dez anos quero ver você fazendo matemática com a D. Izabel ainda. E o calouro, que já se tinha apercebido de muita coisa respondeu:

→ Até lá quem vai tá dando aula é a filha dela.

— ???

E fatos como estes são inúmeros e o tempo me fez esquece-los. De qualquer forma é preciso reafirmar que não entro no mérito dos professores. Aqueles que nada devem, nada temem...

Quero pedir desculpas se não descrevo realmente a origem, geração de todos esse parentescos e similares da escola, que é o que o título sugere, a exemplo do GENESIS da Biblia. Seria subestimar o "Sherlock Holmes" escondido em todos nós. Afinal, as coincidências (coincidências? sic) estão aí para quem quiser ver. Não há nenhum mistério.

Finalmente, como não tenho vocação para ser exceção à regra, dou minha ficha: Sou neto e sobrinho de farmaceuticos formados em Ouro Preto, além de ter um irmão estudando comigo.

SO FALTA O EMPRECO...

debate

A BOTICA - 3 AUTOMEDICAÇÃO E EMPURROTERAPIA.

A cada dia, torna-se mais gritante a invasão do mercado de medicamentos por drogas que têm "o mesmo valor dos outros". Algumas delas inclusive, são causadoras de males que vão desde a simples dor de cabeça até problemas mais sérios.

Não é novidade que os medicamentos podem produzir doenças, porém foi Ivan Mich quem recalocou o problema em termos de maior atualidade política. Segundo Nésio Condeiro, "as relações entre o sistema de produção e comercialização de medicamentos e a prática médica são vistas como uma situação particular das sociedades onde todos os valores de uso são transformados em valores de troca, em mercadorias".

Não existe doente que não faça diagnóstico de seu próprio mal. Esse diagnóstico é feito com maior ou menor lucidez, ou maior ou menor competência. É dessa competência que resultará ou não a automedicação; e a auto-medicação levará o indivíduo a procurar o melhor medicamento para ele, ou seja, o mais barato.

A aquisição de produtos farmacêuticos sem prescrição médica, talvez seja ainda, um substituto da consulta, por ser bem mais barato e evitar as longas peregrinações ao sistema médico, ou por uma dependência mal aceita por alguns em relação ao seu médico.

Todos nós sabemos que no Brasil, onde por um lado a saúde não existe, e por outro o número de rótulos ultrapassa em número quase todos os países ditos avançados, a empurroterapia é muito utilizada.

Essa "terapia" é bastante compensadora para o dono de Farmácia que, ao comprar dos laboratórios aquele "remédio milagroso" (dois ao preço de um), tem uma possibilidade muito grande de logo fixar um lucro maior que o esperado se fosse vender a droga normal.

Faço minhas as palavras de Nésio Condeiro quando afirma que "a proliferação de medicamentos ineficazes ou de eficácia duvidosa, as prescrições excessivas, a automedicação representam, ao mesmo tempo, estratégias de lucro da indústria farmacêutica e estratégias do médico em garantir um estatuto científico e positivo à sua prática".

Isso tudo, nos propõe uma reflexão sobre a política de saúde e sua articulação com o consumo de medicamentos e a Indústria Farmacêutica, principalmente as multinacionais. Não podemos, como farmacêuticos, evitar o problema. Devemos propor alternativas para as políticas sociais e de saúde. Só assim, a invasão medicamentosa e a empurroterapia, poderão ser totalmente erradicadas do nosso dia a dia.

(MARCELO-CUÍCA).

aviso

ES TODANTES INTERESSADOS EM HOMEOPATIA.

Atualmente realiza-se o ENEIH - Encontro Nacional de Estudantes Interessados em Homeopatia, objetivando a difusão dessa terapêutica, principalmente entre os estudantes e profissionais da área de saúde.

O VI ENEIH será em Curitiba, no mês de janeiro de 82. A pauta foi discutida em 16 de agosto de 81 em Salvador e está sendo divulgada em todas as Escolas.

CONEB

Hoje em Campinas (SP) o 11º CONEB - Conselho Nacional de Entidades de Base, com a participação de 400 Centros e Diretórios Acadêmicos, além de DCEs e DEEs. Apenas um tema, dos 4 que deveriam ser discutidos, o foi na verdade (LUTAS EDUCACIONAIS), sendo os outros (SITUAÇÃO NACIONAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS e ESTRUTURAÇÃO DA ENTIDADE), pouco aprofundados. Os debates se concentraram em resoluções que dessem continuidade no combate ao Ensino Pago.

As resoluções tomadas colocam em primeiro lugar, mudanças na pauta de reivindicações aprovada no Congresso da UNE em outubro de 80 e que foram ratificadas no início do ano pelo CONEB de Curitiba. São elas: ao invés da exigência de aumentos não superiores a 31,4% nas anuidades das escolas particulares, passa-se a reivindicar a revogação do aumento de 50,9% decretado pelo MEC para o 2º semestre; quanto ao crédito educativo, a reivindicação central passou a ser a não liberação dos juros e correção monetária, ao invés de sua transformação em bolsas não reembolsáveis; sendo incluída a reivindicação do arquivamento definitivo do projeto de transformação das universidades federais em fundações.

Foram mantidos os demais pontos: subsídio para as escolas particulares; suplementação de verbas para escolas públicas; 12% do orçamento da União para a educação; eleições diretas para reitores e diretores; 1/5 de participação estudantil nos órgãos colegiados; reconhecimento da UNE e das DEEs.

A questão que há algum tempo estamos presenciando, isto é, o descompromisso cada vez mais claro do MEC, do governo para com a educação se reflete nitidamente hoje, quando a estimativa do número de estudantes das escolas pagas que deixarão a universidade por falta de condições de pagar as anuidades é de 300 mil dos 1,5 milhões de universitários do país.

No caso do constante corte de verbas aplicado às universidades federais, viramos conhe-

cendo essa realidade pela decadência das condições de assistência (bandeirão, moradia, etc), com essas condições básicas para o acesso à universidade. Porém a coisa não pára aí, o corte de verbas ameaça as condições de ensino em si, como é o caso da UFJF, onde os estudantes de odontologia no semestre passado iam à escola cumprir horários de estágio à toa por falta de material para trabalhar e o hospital escola da UFGO que parou suas atividades por inviabilidades econômicas.

Após "calorosas" discussões aprovou-se a proposta de indicação de uma greve nacional das escolas pagas contra o aumento de 50,9%, a ser referendada por um conselho de DEEs.

Na verdade o que presenciamos é uma falta completa de análise do movimento neste 1º semestre e a falta completa de discussão nas escolas em preparação ao 11º CONEB.

Se é verdade que no início do ano o ME - Movimento Estudantil, demonstrou todo seu potencial de luta (desmentindo os profetas do imobilismo), realizando centenas de assembleias massivas para discutir a greve nacional, após o CONEB - Conselho Nacional de Entidades Gerais, de Brasília houve uma retração das mobilizações. E a razão para isso foi o estrangulamento da greve nacional, sim, porque se a greve não saísse, isso se deu não apenas pelo bloqueio sem tréguas de uma boa parte das correntes contra a proposta, fazendo com que os estudantes evitassem entrar num combate de tal envergadura com a divisão instaurada no ME.

Nesse sentido vemos como a única proposta capaz de levar o conjunto dos estudantes à luta para barrar a política do governo frente às investidas de implantação do ensino pago era a seguinte: impulsionar as lutas nas escolas pagas, fundamentalmente (impulsionando assembleias exigindo a revogação dos aumentos, greves com organização de comitês eleitos democraticamente, boicotes, etc) e ao mesmo tempo impulsionar as lutas contra o corte de verbas nas federais, unificando essa luta com professores e funcionários. Somente com o desenvolvimento desse processo é que se poderá ditar a possibilidade de aprofundar a sua unificação a nível nacional, pelo que

... a comissão...
... a atual com...
... de verbos...
... e 19

CONTINUAÇÃO CONEB...

também se propunha um congresso da UNE - União Nacional dos Estudantes para setembro. Do CONEB ao congresso da UNE seria o tempo necessário ao desenvolvimento das lutas e discussões no conjunto dos estudantes para que se aprovasse não uma proposta capulista de greve ou não greve, mas uma proposta referendada pelos estudantes como um todo, uma resposta forte, única, frente ao Ministério da Educação e Cultura.

Se vemos hoje a impossibilidade de darmos uma resposta de conjunto ao governo (MEC), por outro lado vemos através da reitoria da UFOP nossas conquistas ameaçadas referentes ao alojamento, moradia, etc.

A única forma de não aprovarmos o corte de verbas e seguirmos nossa bandeira de suplementação de verbas é tomar as discussões e a luta frente aos ataques a nossas conquistas, única maneira pela qual poderemos evitar que assistamos a curto prazo a implantação do ENSINO PAGO.

(CARICO e RAFAEL).

Imprensa marginal

Para muitos pôde parecer a chamada IMPRENSA MARGINAL uma simples brincadeira, o que consiste um equívoco propositalmente colocado, no sentido de que a essência do objetivo da mesma visse em determinado período colidir com toda estrutura universitária, representação hoje (desde 68) controlada, que visa além do rebaixamento do nível de ensino, visa também asfixiar qual quer atividade cultural e científica que não esteja adequada aos interesses do regime.

O que se objetivou nessa campanha pelo "pior professor" não foi como muitos chegaram a pensar como forma de agressão àqueles que não conseguem exercer com eficácia a sua função, objetivou-se sim, foi avaliar em potencial, a disponibilidade e vontade do estudante de participar dos rumos da universidade, atuando na sua autonomia, mobilizando-se diretamente contra a má condição de ensino que vive hoje a universidade brasileira. Lógico que, não obstante também de atuar como alerta e incentivo aos próximos professo-

res que temos hoje na escola e em específico ainda, principalmente naqueles que já se esgotaram todas as formas de diálogo no sentido de melhorarem o nível de suas aulas, naquelas que já foram vetadas pelos estudantes por meio de abaixo assinados, boicotes, aquelas considerados casos irreversíveis.

Nós, da IMPRENSA MARGINAL, acreditamos ainda que uma efetiva democratização da Universidade, será aquela que nascera da mobilização da comunidade universitária e não da boa vontade de reitorias e diretorias "progressivas", será aquela que acabe com os critérios seletivos de avaliação e coloque a universidade como um espaço aberto de produção científica e cultural, será também, porque não, de iniciativas que tragam discussões como essa que ocorre após

a leitura de cartazes da IMPRENSA MARGINAL. É importante portanto, que se tenha a exata amplitude do papel que pretendemos exercer na comunidade universitária não fazendo confusão entre o nosso objetivo e a nossa clandestinidade.

Á de se perguntar também porque não nos identificamos, personalizando os elementos da chamada IMPRENSA MARGINAL, visto que o que pretendemos chegar independe dessa personalização. Hoje o que pretendemos colocar é a autonomia universitária, "não a do pacote do Pontella", como forma de luta e ainda após nesta eleição colocar a necessidade de eleições livres e diretas na universidade, por serem estas fruto de aspiração da comunidade universitária, o que nada tem a ver com apoiar a burocracia universitária, ao contrário significa romper com os atuais dirigentes (filhos da reforma universitária e apadrinhados do MEC).

Portanto, esperamos que a IM venha constituir num mecanismo que imulsiona as discussões, objetivando MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO.

OS PREFERIDOS NA OPINIÃO DOS ALUNOS POR VOTO DIRETO E LIVRE!

"OS PIORES"

- * ISABEL Lapertosa — 71 VOTOS
- * ELIANE Krügher — 54 VOTOS
- * Toledo — 49 VOTOS
- * CARAM — 20 VOTOS
- * RONEI — 16 VOTOS
- * HERALDO — 14 VOTOS
- * ADIR — 12 VOTOS
- * FARAH — 11 VOTOS

MENÇÃO HONROSA:

- JOSE AMÉRICO
 - VANDERLEI
 - CLARICE
 - MAGNO
 - TEIXEIRINHA
- Obs: A CARAPUÇA SERVIU! O 1º LUGAR ARRABOU O CARTAZ!!!
* IMPRENSA MARGINAL *

Entrevista:

Entrevista com Rubens França Duarte - o Rubinho - para a BOTICA. O Rubinho formou-se em Dezembro de 80.

A BOTICA - Como se encontra a situação atual no Mercado de Trabalho para o Farmacêutico-Bioquímico?

RUBINHO - Assim como toda e qualquer outra profissão, a de Farmacêutico-Bioquímico não escapa da situação geral. Muito anda, muito espera... e aquele gosto de desemprego a ser engolido. Embora sendo uma "poli-profissão", so por isso não se coloca em situação vantajosa às demais, pois como disse... a situação é geral.

Digo por mim; as situações às quais me defrontei não precisam ser ou não são obrigatoriamente iguais à que outros tenham encontrado ou encontrarão. Talvez alguns tenham mais dificuldades, outros mais "facilidades" (o que meu otimismo nega a acreditar).

Tenho tido contato com outros colegas, alguns deles desempregados e "nada em vista", alguns outros se virando. O salva-vidas ainda (me parece) é a responsabilidade técnica de uma farmácia, que por sua vez deixa muito a desejar. Pois não existe um piso salarial (quer dizer, existiu existe, mas como há concorrência, já viu, né?) Fulano assina por tanto, ciclano quer assinar por tanto mais x, então!!! Não dá outra senão fulano. No CRF me disseram e esclareceram bem esta questão, o salário para "assinar por uma farmácia" é um acordo feito entre o farmacêutico e o dono da farmácia, o CRF não tem nada com isso, se ele achar justo e compensante um salário ou dois, problema do farmacêutico ele só quem perde.

A BOTICA - E os estágios?

RUBINHO - Quanto a estágios na área de Análises Clínicas não é problema, se encontra em

muitos laboratórios "particulares", quantos quiser, pelo tempo que quiser... Mas naquela base, tudo por sua conta, pensão, comida, etc, sem nenhuma remuneração.

A BOTICA - Quais as condições de financiamento para um profissional que se proponha aventurar na montagem de um laboratório?

RUBINHO - Tentei financiamento para a montagem de um laboratório. Recorri a três bancos (CEF, CEE, BEMGE) e não constava em nenhum deles um plano especial de financiamento para laboratório e farmácia, a juros baixos e fixos, como tive conhecimento no CRF. A não ser um financiamento fornecido pela CEF para micro-empresas, mas não interessa pois o financiamento é feito para expansão e não montagem, logo o laboratório já deveria estar montado e "faturando" pois (assim tive conhecimento) o empréstimo é proporcional ao faturamento (é uma grande piada).

Pode-se fazer financiamento comum, mediante as notas fiscais apresentadas, avalistas e todos os requisitos mais exigidos, a juros normais (???, digo atuais), 7 a 8% ao mês em dez meses. Simplificando, se você financia 250 mil, divide por dez meses e acrescenta 8% à prestação.

A BOTICA - E o credenciamento pelo INPS?

RUBINHO - Há muito está fechado e imagino que por muito mais tempo ainda estará fechado o credenciamento de laboratórios de análises clínicas pelo INPS. Mas há laboratórios se credenciando e muitos se credenciarão. Credenciamento este que na maioria das vezes é conseguido pelas vias legais, geralmente conseguido por apadrinhamento. Um ponto importante, para cada local existe uma cota de US - Unidade de Serviço, dividida pelo número de laboratórios credenciados. Se um novo laboratório é credenciado não é aumentada esta cota, que passa a ser dividida por mais um.

CONTINUA . . .

CONTINUAÇÃO ENTREVISTA

A BOTICA - Como funciona o CRF nisso tudo?
 RIBINHO - É um órgão extremamente burocrático.
 O CRF alega não ser uma entidade reivindicatória de classe e sim uma entidade fiscalizadora do profissional farmacêutico.

na tarefa de construir um governo dos trabalhadores e não ser um partido eleitoral.

(OSWALDO)

Esporte

CAMPEONATO DE PERÍODOS:

A Associação Desportiva da Escola de Farmácia - ADEF estará promovendo logo após o primeiro bloco de provas um campeonato de períodos abrangendo as modalidades de FUTEBOL DE SALÃO, VOLEI MASCULINO e FEMININO.

As inscrições estão abertas na ADEF até o dia 20 de setembro para que haja tempo de preparar as tabelas e também o regulamento do campeonato. Será cobrada uma taxa de Cr\$500,00 por período para os gastos com as taças, medalhas e material.

As tabelas e as informações estarão sempre afixadas no quadro de ADEF que se encontra na cantina.

O bom andamento e o calor humano que este campeonato pode nos proporcionar depende de cada um de nós.

- COLABOREM!
 - PARTICIPEM!

ADEF

PT

Com 212 delegados, de quase todos os estados do país, o PARTIDO DOS TRABALHADORES realizou, nos dias 8 e 9 de agosto o seu encontro nacional.

Suas resoluções avançaram bastante, tanto em relação às discussões feitas nos estados, quanto às formulações dos textos preparatórios. Avançaram quanto a democracia no funcionamento do partido, quanto a definição de uma campanha central contra o desemprego e quanto ao lançamento de candidatos próprios do PT em 1982. Esse avanço fez dele um encontro positivo na construção partidária.

Na discussão sobre lutas do PT houve a presença contundente do desemprego. Foi importante a fixação da luta contra o desemprego como campanha central do partido e marcado um dia nacional de luta e a abertura de uma ampla discussão no partido sobre o papel desta luta.

Ainda se destacaram as palavras de ordem assumidas: o salário desemprego e a estabilidade no emprego.

Para os trabalhadores que querem fazer um PT de lutas, o dia nacional não é o fim e sim o começo de uma grande campanha, onde o PT deverá sempre ser quem conclama os trabalhadores à luta, e fazer de suas atividades um constante organizador dos trabalhadores

o "A BOTICA" é o órgão de divulgação dos estudantes de farmácia da UFOP e está aberto a sua colaboração, seja com artigos, seja na sua execução.

TRAGA SUA SUGESTÃO, SUA CRÍTICA, SEU ARTIGO...

Participe...

ENEFF

O V Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia foi realizado em Belém do Pará, no período de 18 a 25 de julho.

Ouro Preto se fez presente com um pequeno número de participantes (cinco elementos) e isto se deu por falta de um trabalho melhor por parte da entidade junto ao estudantado.

Dada a distancia, o ENEF não contou com o número máximo de escolas do país.

O ENEF foi um palco bastante democrático, onde se discutiu desde os problemas específicos da Farmácia, até formas pelas quais podemos lutar contra o pacote do MEC, ou seja, contra a implantação do ensino pago.

Foram tiradas varias diretrizes e propostas, as quais cada escola deverá encaminhar da melhor forma que lhe convir.

Ficou patente que cada escola deverá criar ou impulsionar onde já exista a farmácia universitária, pois esta é de suma importancia para a formação do profissional.

Lutar por um sindicato forte e atuante é também uma indicativa do V ENEF, dada sua importância na defesa dos interesses da categoria.

A luta pela unificação do currículo a nível nacional também foi pauta do ENEF e teve a apresentação de um tronco básico, que deverá ser discutido em cada escola para que esta luta tenha continuidade no próximo seminário de currículo, a ser realizado em Ouro Preto nos dias 16, 17 e 18 de outubro.

Quanto a sub-secretaria de farmácia, BH está representando a região sudeste e tentará junto a todas escolas da região levar as lutas pelo encaminhamento das resoluções do ENEF.

O VI ENEF será realizado em Curitiba em julho de 82.

(VIDAL)

NUTRIÇÃO: NOSSA LUTA!

Diante dos acontecimentos ocorridos com o desempenho do curso de Nutrição, mais especificamente com as cadeiras da área profissionalizante, o C.A. Livre Nutrição desencadeou junto aos estudantes um processo de luta. Processo este que terá que contar com o apoio de toda a comunidade universitária, pois, mesmo sendo um problema específico do curso, atinge a todos os estudantes por se tratar mais uma vez de falhas na esfera administrativa da universidade.

A partir da criação do curso e logo após a sua estruturação teórica, ou seja, no papel, já era prevista a necessidade de laboratórios, contratação de professores especializados e toda uma infra-estrutura mínima necessária para que quando o curso atingisse o 5º período pudesse ter um funcionamento normal, sem a série de deficiências que hoje são detectadas. Tais como:

1. Falta de laboratórios específicos para o curso;
2. Falta de material;
3. Carga horária excessiva, devido ao remanejamento de cadeiras para suprir falhas da administração.
4. E milhares de outras que se não solucionadas agora, tornar-se-ão problemas sérios.

Assim sendo, está mais uma vez provada a incapacidade daqueles que estão hoje na administração e que são os responsáveis diretos pelo caos em que se encontra atualmente a universidade brasileira. Universidade esta totalmente desvinculada do seu propósito, que seria usar a ciência em benefício da comunidade, mas que, ao invés disso cria protótipos para servir uma minoria.

Nota-se aí uma total falta de consciência e bom-senso por parte da administração, já que, problemas como este é um dos responsáveis pelos profissionais incompetentes que são lançados no mercado.

Concluindo, nós vimos a necessidade de pressionar a administração para que problemas deste tipo sejam definitivamente sanados e que tenhamos garantias concretas de não nos defran-

travamos novamente com estas e outras deficiências desta ordem.

Δ BOTICA - 9

(CfA. LIVRE INSTRUÇÃO - SETEMBRO/81)

CURSO DE VERÃO

Conforme deliberação da Assembleia Geral Universitária, a luta pelo Curso de Verão, durante as próximas férias, começa deste já.

Entendendo ser o problema do calendário escolar (previsão para se iniciar as aulas em 19 de fevereiro) ainda não discutido o bastante e o que vai determinar esta luta pelo Curso de Verão, a Assembleia elaborou a seguinte posição:

- Nenhuma instância de "poder" da universidade deve decidir sobre questões diretamente ligadas aos estudantes (curso de verão, calendário escolar, etc), sem que antes façamos ampla discussão a respeito.

Assim, para evitarmos a exclusiva dependência das resoluções do CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto a manutenção do calendário escolar para 1982, que impossibilita a realização do Curso de Verão, temos de nos organizar.

Isso pode ser feito como já está ocorrendo através dos departamentos do Curso de Engenharia, com a elaboração de listas de assinaturas para o requerimento das diversas disciplinas.

Adaptando a realidade específica da Esc. de Farmácia, cabe a diretoria da Entidade impulsionar a "Comissão de Curso de Verão", o que a mesma, quando consultada, se recusou a articular alegando que ainda não é o momento.

(MARIA EMILIA JANELLA).

Formandos de dezembro de 81:

odila
zeze marisa rosário
chico odair rafael zé lúcio canmem ernesto
marcos jéssica dodora pt maneta
rosana helvécio zé donizetti dulce
heleno silvania simone abisio
ester nilma

"É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho. De examinar com atenção a vida real, de confrontar nossa observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossa fantasia."

(MENAGEM)

farmacotecnica

Os 70 (setenta) estudantes de Farmácia atualmente cursando Farmacotécnica estão totalmente sem condições de acompanhar, mesmo precariamente, a disciplina.

Acontece que as aulas teóricas são de caráter eminentemente dissertativas e exigem um estudo complementar através de uma apostila. Só que a referida apostila, por sinal adotada pelo professor da cadeira, não pode ser adquirida na seção da gráfica da UFOP porque está com tiragem esgotada. Como podemos observar não se está cogitando, o que seria correto, aquisição de livros e apostilas disponíveis.

Trata-se de um direito elementar dos estudantes dispor de material didático referente a disciplina e que por isso mesmo cabe uma solução urgente.

POR APOSTILAS À DISPOSIÇÃO DOS ESTUDANTES!

(ALUNOS DE FARMACOTÉCNICA).

cut

"A Central Única dos Trabalhadores pela Base", este foi o grito repetido por milhares de trabalhadores que nos dias 21, 22 e 23 de setembro estiveram na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), decidindo construir em 82 sua central sindical.

Em três dias de trabalho, mais de 5 mil trabalhadores, representando 1126 sindicatos e associações escreveram uma das mais importantes páginas da história do movimento sindical brasileiro. Ao final da CONCLAT, estava dado um passo decisivo, os trabalhadores brasileiros começaram o processo organizado de construção de sua Central Sindical, após décadas de dispersão imposta pelos patrões.

A importância deste fato é tão grande que, antes mesmo de encerrada a CONCLAT, a imprensa dos patrões lançava uma verdadeira cortina de fumaça sobre sua realização, truncando informações, falseando as deliberações, mostrando o pavor da classe dominante frente ao avanço conquistado pelos trabalhadores.

Mas ela não pode esquecer que o processo desencadeado na CONCLAT é hoje um fato concreto, frente as principais deliberações adotadas pela conferência. Os trabalhadores têm hoje um eixo de lutas em torno do qual se aglutinam, expresso no plano de lutas aprovadas, que levanta suas principais reivindicações - apontando para

a deliberação de uma greve geral nacional caso o governo não responda às reivindicações. Da mesma forma foi eleita uma coordenação nacional - a Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores - encarregada de colocar em prática as deliberações tomadas.

E por fim, os trabalhadores caminham em direção à construção da CUT, cuja data e processo de formação (um congresso nacional em agosto de 1982) foram também definidos.

(FERNANDO)

Leia e divulgue:

- O Trabalho
- Convergência Socialista
- Em Tempo
- Companheiro
- Movimento
- Cojornal
- Hora do povo
- Tribuna da luta operária
- Pasquim
- Voz da unidade

ANEXO IV: CÓPIA DA ATA DE FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA PRONTO SOCORRO

(Arquivo pessoal de Rafael Marcos Chaves Resende)

